

CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES PÓS COVID19

ANÁLISES E
PROPOSTAS



CONFERENCIA
DE ALCALDES
E ALCALDESAS
POST COVID19
CONFÊRENCIA
DE PRESIDENTES
PÓS COVID19

EIXO ATLÂNTICO DO
NOROESTE PENINSULAR
PONTEVEDRA 17/09/20



**CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES
PÓS COVID 19
ANÁLISES E PROPOSTAS**

EDITA:

Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

DIRETOR:

Xoán Vázquez Mao

AUTORES:

Fernando González Laxe

Jose Luís Méndez Romeu

José Santos Soeiro

COORDINAÇÃO:

Emma Ben

MAQUETAÇÃO:

María Llauger

TRADUÇÃO:

Tdi Comunicación

AGP Traducciones, S.L.

IMPRESSÃO:

Tórculo Comunicaciones Gráficas

DEPÓSITO LEGAL:

VG 520-2020

ISBN:

Versão impressa: 978-989-54918-5-8

Versão digital: 978-989-54918-6-5

Esta publicação é cofinanciada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional FEDER através do Programa Interreg V-A España-Portugal (POCTEP) 2014-2020. As opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor que as emite.

ÍNDICE

• INTRODUÇÃO	4
• ANÁLISES	
EFEITOS SOCIOECONÓMICOS DA COVID-19 NA GALIZA E NO NORTE DE PORTUGAL por Fernando González Laxe.....	7
POLÍTICAS LOCAIS PÓS-PANDEMIA: ESTRATÉGIAS PERANTE AS NOVAS EXIGÊNCIAS por José Luis Méndez Romeu.....	33
A MAIOR CRISE DAS ATUAIS GERAÇÕES PODERÁ SER UMA OPORTUNIDADE PARA A EURO-REGIÃO GALIZA – NORTE DE PORTUGAL por José Santos Soeiro	51
• PROPOSTAS E CONCLUSÕES	
1. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DA CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DO EIXO ATLÂNTICO	63
2. PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS INSTITUIÇÕES LOCAIS MEMBROS DO EIXO ATLÂNTICO	75
3. AS INICIATIVAS DOS MUNICÍPIOS DA EURO-REGIÃO GALIZA – NORTE DE PORTUGAL NO CONTEXTO DO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E DO PRÓXIMO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL	83
• FOTOGRAFIAS	
AUTORES DO INFORME	99
EXPERTOS ASSISTENTES POR VIDEOCONFERÊNCIA	100
EXPERTOS ASSISTENTES PRESENCIALMENTE	102
• DOSSIER MEIOS	113

INTRODUÇÃO

XOÁN VÁZQUEZ MAO

Secretário Geral do Eixo Atlântico



A situação que o mundo está a viver, à data de hoje tem mais dúvidas que certezas. Apesar de vários *think tanks* ligados aos serviços de inteligência, terem identificado nos seus relatórios uma hipotética pandemia entre os três principais riscos para a segurança nacional, nenhum governo europeu levou a ameaça a sério. Lamentavelmente a pandemia não foi hipotética e a reação dos governos tem sido desigual e em vários casos com base mais na improvisação do que na planificação. À data de hoje, novembro de 2020, a esperança da Europa radica na existência de uma vacina contra o coronavírus e o nível da queda das economias dependerá em grande medida do tempo que demorará a termos essa vacina disponível. Mas duas certezas existem: a primeira é que nada voltará a ser igual, o que não tem de ser necessariamente negativo, e a segunda é que apenas quem se preparar e assumir a primeira certeza, continuará em frente. Apropriando-se de um *slogan* lançado nestes dias por setores sociais e económicos de uma cidade espanhola, ou nos unimos ou nos afundamos.

Essa é a nossa vantagem competitiva. Há mais de vinte e cinco anos continuamos unidos no Eixo Atlântico, que agora se converte num espaço seguro no meio desta tormenta. Mas como se costuma dizer, nada será como antes, e isso pode ser positivo ou negativo, dependendo de como encararmos a saída da crise. Temos uma ampla bagagem intelectual e concetual para saber como devemos fazer as coisas, só falta decisão e vontade política, que se quisermos também a teremos. Por isso reunimos, numa iniciativa excecional, os dirigentes do Eixo Atlântico, Presidentes, representantes legítimos e democráticos dos cidadãos ao nível de maior proximidade, com expertos de referência em todos os âmbitos que caracterizarão o dia seguinte. As conclusões do debate foram nítidas e claras: o futuro terá quatro pilares, a economia, a política social, o desenvolvimento sustentável e a inovação, que deve começar prioritariamente por desenvolver processos de digitalização. Estes quatro pilares serão complementados com dois apêndices transversais: a regeneração urbana, para adaptar as nossas cidades a esta estratégia, e a investigação em todos os âmbitos, apesar de, por razões óbvias, neste momento em especial os ligados à saúde.

Este documento resulta dos resultados desta reflexão assim como das medidas analisadas, com base nas propostas que os Municípios e Deputacións realizaram, e configura-se como um guia estratégico de futuro na gestão das cidades e das províncias.

ANÁLISES |

▶ EFEITOS SOCIOECONÓMICOS DA COVID-19 NA GALIZA E NO NORTE DE PORTUGAL

Fernando González Laxe

A pandemia deu origem à pior recessão que a União Europeia já teve. É uma recessão que suscita várias questões quanto à dimensão da mesma e aos respetivos períodos de recuperação. Não há dúvida de que este ano, 2020, o declínio das magnitudes económicas será muito profundo e prevê-se uma recuperação na maior parte dos países europeus nos próximos dois anos, mas é preciso ter em conta a existência de bastantes riscos que forçarão a descida das taxas de crescimento.

Além disso, é fácil deduzir que as dinâmicas de recuperação serão assimétricas, ampliando as divergências entre os países da UE e, sobretudo, dentro das regiões europeias, colocando em risco o próprio projeto europeu. Finalmente, essas recuperações também não serão generalizadas em todas as atividades económicas e registar-se-ão tendências diferenciadas atendendo às condições da oferta e da procura da economia no seu conjunto.

Não há dúvida de que as respostas à recessão deveriam ser globais e comuns, embora inicialmente as decisões tenham sido tomadas num contexto nacional. Face a este choque exógeno comum, a lógica seria preservar a igualdade de oportunidades em todos os países europeus com o intuito de evitar uma fragmentação do mercado interno. As referidas abordagens adotadas pela UE teriam servido para reduzir e atenuar as consequências negativas em toda a União Europeia devido às interdependências políticas e às interligações económicas.

Embora o choque tenha sido assimétrico em termos de impacto e gravidade, não deixa de ser verdade que também a recuperação vai ser divergente e será determinada pela estrutura empresarial das economias e pelos seus padrões de especialização setorial. Isto significa que as respostas devem ser supranacionais e nacionais, centrando-se de maneira diferente nas diversas regiões e nos diversos setores e atividades.

A magnitude das medidas colocadas em prática ou projetadas para o futuro próximo pode variar de país para país em função da capacidade dos apoios públicos, uma questão que afeta as possibilidades de recuperação das diversas zonas territoriais gerando, subseqüentemente, riscos de maiores divergências.

Do ponto de vista empresarial, as medidas decididas alcançam resultados diferentes devido aos diferentes níveis de qualidade institucional dos instrumentos financeiros, económicos, sociais e de apoio governamental, daí a adoção de medidas nacionais e focadas em diferentes atividades. Isso significou, até ao momento, fragmentar o mercado interno por causa dos impactos desiguais na competitividade e do dissímil tratamento no que respeita aos apoios estatais com o fim de restaurar a liquidez e a solvência de certas empresas.

Daí a necessidade de elaborar um plano de recuperação, transformação e restauração económica conjunto e comum, procurando evitar uma aplicação mecânica das regras europeias, impediria as autoridades nacionais de dar uma resposta adequada.

A resposta europeia para satisfazer as necessidades da sociedade ganha forma no dia 9 de abril, quando o Eurogrupo chega a acordo sobre três mecanismos de resposta a curto prazo que constituem uma rede de segurança para os trabalhadores (SURE - apoio para mitigar os riscos de desemprego em caso de emergência), para as empresas (Fundo de garantia do BEI) e para os Governos (MEDE - Mecanismo Europeu de Estabilidade). Para o primeiro caso, a Comissão concederá empréstimos aos Estados-Membros para financiar esquemas de manutenção do emprego ou medidas semelhantes. Para isso, a Comissão endividar-se-á no mercado e transferirá as condições de financiamento para os Estados-Membros, o que permitirá homogeneizar as condições em que os países vão financiar estas medidas, resolvendo assim o problema da fragmentação financeira.

Para o segundo caso, os Estados-Membros apresentarão garantias com o objetivo de mobilizar fundos para as empresas para que possam aceder às condições financeiras e de crédito adaptadas à sua situação específica. E, para o terceiro caso, pretende-se financiar os custos relacionados com a saúde e a prevenção da pandemia até 2% do PIB de cada país. Este novo instrumento é uma adaptação dos instrumentos do Mecanismo Europeu de Estabilidade para fazer face a um choque concreto, exigindo apenas a condição de utilizar os fundos obtidos para financiar as despesas elegíveis. Desta forma, os Estados-Membros utilizam-nos em condições de homogeneização.

Estes três instrumentos têm sido a resposta rápida da União Europeia. Ao contrário da crise anterior, desta vez os Estados-Membros e a UE partilharam o diagnóstico, o que permitiu dar lugar às soluções. Os instrumentos limitam-se a fornecer financiamento em condições homogéneas, aumentando a dívida nacional e o custo das medidas será contabilizado nos orçamentos nacionais.

As dúvidas residem na capacidade de apoio de cada país, que é diferente consoante a sua capacidade produtiva, a qualidade das suas instituições e a existência de abordagens coordenadas para poder satisfazer as necessidades da recuperação que, evidentemente, deveria centrar-se mais nos territórios e setores mais afetados e cujos custos de recuperação não possam ser abordados nos próprios orçamentos nacionais.

O Plano de Recuperação Europeu foi encomendado pelo Conselho Europeu para a Comissão Europeia, a 23 de abril, devendo ser coordenado com o próximo Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027. Após um debate interno entre os Estados-Membros, no dia 27 de maio, na sequência do mandato do Conselho, a Comissão publicou a sua proposta para o Plano e para o próximo Quadro Financeiro Plurianual. Tinha como objetivo: a) ter um impacto considerável no crescimento do PIB (em cerca de 1,75% em 2021-2022 e 2,25% em 2024) e no emprego (criação de 2 milhões de postos de trabalho entre 2012-2024) e b) incentivar o investimento do setor privado num contexto de baixas taxas de juros.

A Comissão previu novos instrumentos que permitiriam mobilizar 750.000 milhões de euros. Trata-se de formular um instrumento de emergências único, colocado em prática durante um determinado período e utilizado, exclusivamente, para dar resposta à crise e para a aplicação de medidas de recuperação. Os Estados-Membros não teriam de fazer contribuições adicionais para o orçamento da UE durante o período 2021-2027 e a Comissão Europeia manifesta a sua intenção de propor novos recursos próprios para fazer face ao reembolso desta dívida, minimizando o impacto nas contribuições nacionais.

Após as discussões no seio do Conselho Europeu, no dia 21 de julho, foi aprovado o denominado *NEXT GENERATION EU*. Dispõe de 750.000 milhões de euros que serão divididos do seguinte modo: 390.000 milhões de euros em subvenções para os Estados-Membros e 360.000 milhões de euros em empréstimos. Trata-se de um instrumento *one-off* que representa um salto qualitativo e quantitativo na dinâmica da União Europeia com o qual a política e a economia europeia entram num novo cenário para o qual são necessários recursos, orientação política e consenso entre os Estados, salienta Eduardo Bandrés (2020). O principal instrumento deste pacote é o denominado Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que vai disponibilizar o apoio financeiro em larga escala dos investimentos públicos previstos nos planos nacionais de recuperação e resiliência apresentados pelos Estados-Membros que deverão satisfazer as exigências comunitárias: a) transição ecológica e b) transição digital.

Perante este panorama é possível tirar uma série de conclusões:

- Em primeiro lugar, por muito que as economias estejam bem preparadas e com estruturas flexíveis capazes de absorver certos elementos resultantes das crises, os choques económicos são inevitáveis e as magnitudes de absorção dos mesmos nunca chegam a ser estimadas de acordo com a sua envergadura. A sociedade não está isenta de vulnerabilidades e está sempre em risco. Portanto, a complexidade é determinada pela velocidade da recuperação e pelas medidas em que essa recuperação seja incluída.
- Em segundo lugar, é que as crises deixam para trás sequelas e legados de enorme significado, afetando setores, atividades, territórios e, sobretudo, a capacidade de mobilização das sociedades sublinhando, por conseguinte, os diferentes níveis de resiliência contabilizados.

- Em terceiro lugar, num contexto de enorme inter-relação entre as economias é cada vez mais importante dar uma resposta comum e conjunta aos problemas e choques exógenos, evitando situações e práticas divergentes e comportamentos individualistas, que só conseguem aumentar a fragmentação dos mercados e economias, acentuando as condições de concorrência desiguais.
- Em quarto lugar, a chave é que os instrumentos concebidos comecem a funcionar com a maior prontidão possível e que os planos de recuperação sejam executados sem demora, na medida em que nos permite aproveitar as oportunidades de impulsionar as dinâmicas de transformação e a acomodação produtiva promovendo, nomeadamente, os processos de transição ecológica e digital.
- Em quinto lugar, essas transformações implicam adiantar investimentos necessários para poder modelar e adequar as estruturas produtivas do futuro e poder avançar para novas economias produtivas e competitivas em benefício das gerações futuras.

Como referiu recentemente a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, no seu discurso a 6 de outubro sobre as perspetivas económicas, chamou a atenção para os riscos enfrentados pela economia internacional e salientou a que “A Longa Ascensão (que se refere ao período de recuperação) será longa, desigual e incerta, muito propensa aos reveses”; para explicar melhor, “a recuperação em 2021 será parcial e desigual” (...) “as economias avançadas fazem tudo o que for preciso, enquanto que as nações mais pobres, fazem o que podem”(...); e, no que respeita aos estímulos dos Governos referiu que “se forem cortados demasiado cedo, a Longa Ascensão converter-se-á numa queda precipitada; ou seja, há um risco elevado se as ajudas forem suprimidas, sem ter recuperado a atividade económica”.

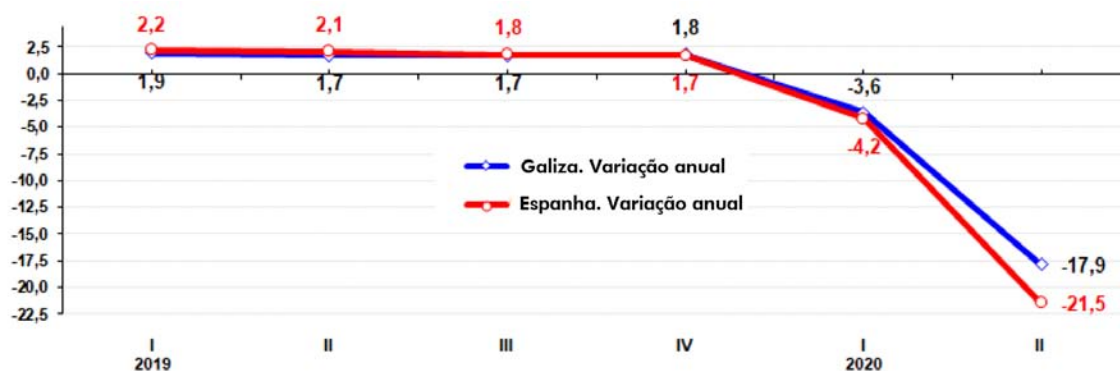
OS EFEITOS ECONÓMICOS NA GALIZA

O impacto da crise originada pela pandemia provocada pela COVID-19 ao longo do primeiro semestre deste ano está a ser menos intenso do que inicialmente previsto. Os estudos e relatórios publicados no início do ano previam quedas muito significativas da atividade económica e os cenários eram muito pessimistas. Mas podemos afirmar que as primeiras repercussões resultantes foram muito superiores aos efeitos gerados pela última recessão, a de 2008.

Na Galiza, o PIB, neste ano de 2020, regista uma diminuição interanual de 3,6% no primeiro trimestre e uma descida de 17,9% no segundo trimestre. Isto é, um forte abrandamento que permite sublinhar a importância assumida pelo impacto económico decorrente da pandemia e da situação internacional. Esse comportamento negativo é mais intenso do que o registado na União Europeia tanto no primeiro (-2,7%) como no segundo trimestre (-13,9%) deste ano. Só se nos compararmos com França (-18,9%), Itália (-18%) ou Espanha (-21,5%) é que podemos dizer que a Galiza mostra um nível de impactos menores do que estes três países mencionados.

Se a comparação for feita com toda a Espanha, a Galiza apresenta um comportamento melhor nos últimos trimestres. Se o ano de 2019 contabiliza um crescimento de 1,8%, o impacto da atual crise da COVID-19 mostra uma queda do PIB de 3,6%, no primeiro trimestre do ano, seis décimas menos do que todo o Estado, na medida em que, no segundo trimestre, a contração da atividade económica foi de 17,9% na Galiza, em comparação com os 21,5% em Espanha.

A análise da evolução do PIB em termos intertrimestrais mostra também que o impacto da COVID-19 no que se refere ao âmbito da atividade económica, no primeiro semestre do ano, é ligeiramente menos negativo na Galiza, com diminuições de 4,9% no primeiro trimestre do ano em relação ao trimestre anterior, que foi de 14,5%.



Quadro 1. Evolução das taxas de variação trimestrais do PIB das economias da Galiza e de Espanha.
Fonte: IGE e INE.

Ao comparar o impacto da crise económica de 2008 com a atual, constata-se que o impacto da COVID-19 é significativamente superior. Utilizando como referência o valor mais elevado do PIB antes das crises, em ambas a Galiza apresenta um impacto inicial inferior ao registado em Espanha, embora se deva destacar que a recuperação posterior à crise económica de 2008 foi mais rápida em Espanha do que na Galiza. Neste sentido, esclarece-se que a Galiza alcançou o nível pré-crise no primeiro trimestre de 2018, isto é, dez anos depois; enquanto que a economia espanhola o conseguiu alcançar no quarto trimestre de 2016, quase nove anos depois (exatamente 35 trimestres); subsequentemente, o importante da consideração exposta, pressupõe definir com maior precisão os planos de recuperação e transformação.

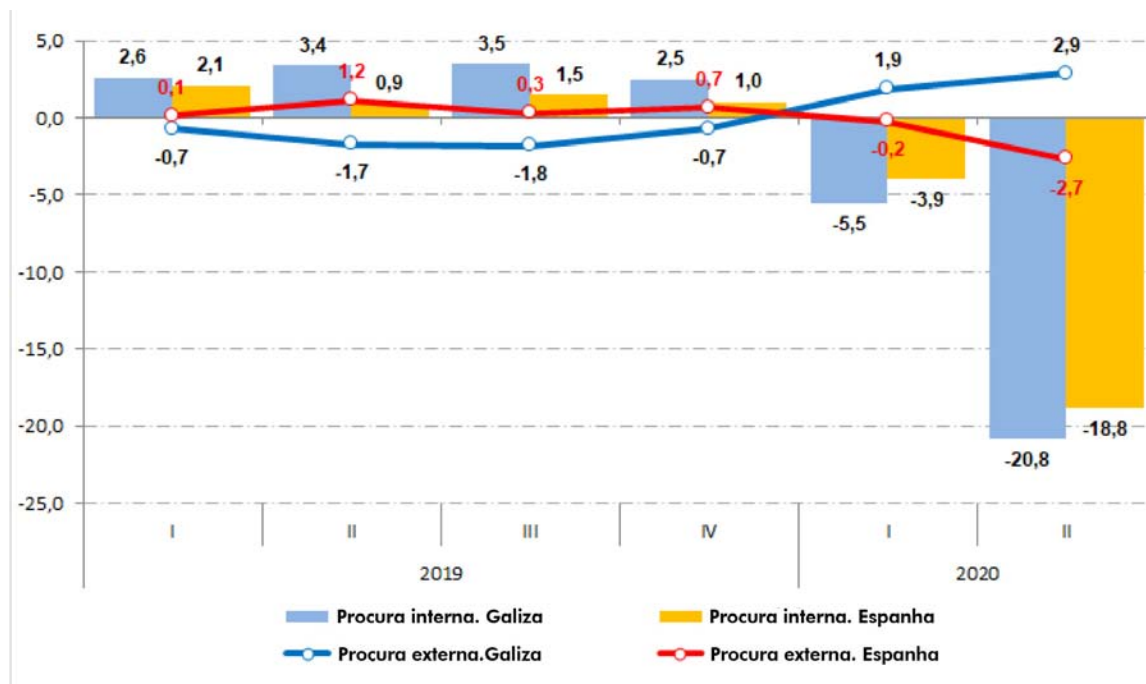
Com isto, gostaríamos de assinalar que esta crise recente é a combinação de dois choques: da oferta e da procura. O primeiro está relacionado com a subutilização e a redução da capacidade produtiva e afeta os estrangulamentos nas cadeias de abastecimento, que prejudicam o funcionamento normal e tradicional da produção de bens e serviços. E o segundo está relacionado com os níveis de consumo e de investimento resultantes de situações de confinamento, de restrição da mobilidade e das opções de desenvolvimento normal de certas atividades, pois reduzem a capacidade e a vontade de consumir e adquirir bens e serviços.

As medidas sanitárias conduziram a uma queda brutal da atividade económica e, simultaneamente, os governos ativaram dispositivos de emergência, concedendo facilidades de tesouraria às empresas e transferências diretas e indiretas para os consumidores. Por sua vez, os bancos centrais adotaram medidas enérgicas, para além das utilizadas na recessão anterior de 2008, a fim de evitar que a crise sanitária e económica chegasse a transformar-se numa crise financeira, permitindo níveis de financiamento com custos mais reduzidos.

ANÁLISE DA PROCURA AGREGADA

A crise originada pela pandemia na sequência dos efeitos do coronavírus traduz-se numa forte contração da procura interna ao longo do primeiro semestre do ano, sendo esse agregado mais acentuado na economia galega do que na espanhola. No primeiro trimestre do ano, a procura interna subtraiu 5,5 pontos percentuais ao PIB na Galiza, ao passo que no segundo trimestre, essa magnitude aumentou até 20,8 pontos. Em todo o Estado espanhol, a procura interna apresenta um contributo negativo de 3,9 pontos percentuais no primeiro trimestre, subtraindo 18,8 pontos no segundo trimestre.

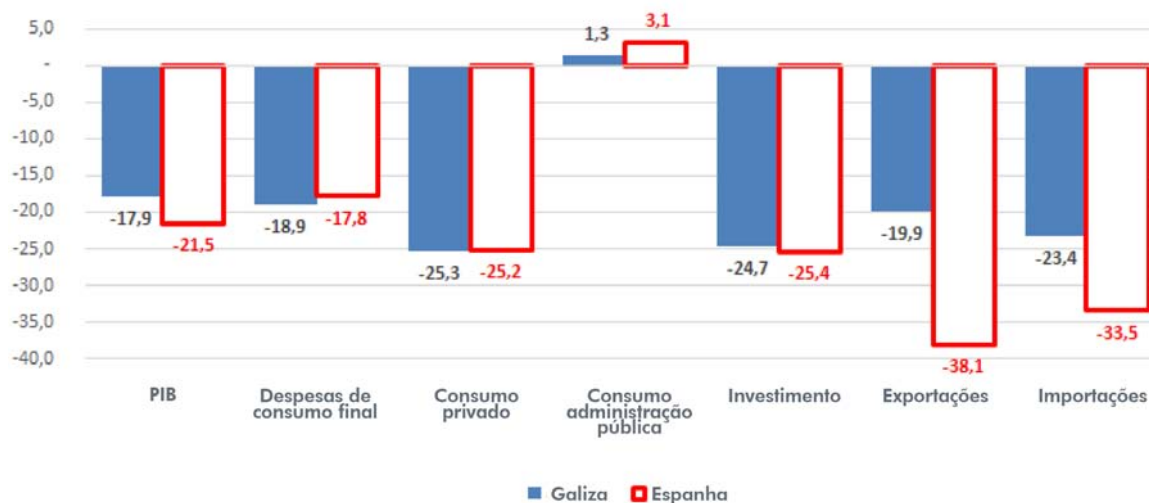
Em contrapartida, e ao contrário do que acontece na economia espanhola, a procura externa apresenta um estímulo favorável na Galiza, ao mostrar um contributo positivo de 1,9 pontos no primeiro trimestre do ano e de 2,9 pontos no segundo (enquanto que em Espanha subtrai 0,2 e 2,7 pontos, no primeiro e segundo trimestre do ano, respetivamente).



Quadro 2. Contributo da procura interna e externa na Galiza e Espanha 2019-2020 .
 Fonte: IGE e INE.

Entre os componentes da procura interna, a Galiza apresenta uma contração do consumo privado e do investimento, tanto no primeiro como no segundo trimestre. Entre abril e junho deste ano, as despesas das famílias caíram 25,3% (-8,1% no primeiro trimestre) e o investimento diminuiu 24,7% (contabilizou-se -7,2% no primeiro trimestre), dados que revelam que estamos perante as descidas mais acentuadas desde o ano de 1995. Em contraste, as despesas de consumo das Administrações Públicas aumentaram 1,3% no segundo trimestre (em menor quantidade do que no primeiro trimestre, que registou 5,2%).

Em comparação com a evolução destes indicadores com a economia espanhola cabe destacar que as despesas de consumo final, por causa da evolução das despesas públicas, apresentam na Galiza uma quebra ligeiramente mais acentuada do que em Espanha, contrariamente ao que acontece com o investimento. Assim, as despesas de consumo final em Espanha diminuiriam 17,8% no último trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, mais do que um ponto acima do que acontece na economia galega. Ou seja, enquanto o consumo dos agregados familiares apresenta uma queda semelhante, o consumo público cresce em Espanha 3,1% no último trimestre face ao 1,3% da Galiza. E, paralelamente, o investimento apresenta em Espanha uma taxa de variação interanual negativa, de -25,4%, oito décimas superior à registada na economia galega.



Quadro 3. Análise do PIB real na Galiza e em Espanha (2.º trimestre 2020). Indicadores da procura. Taxas de variação interanual. Fonte: IGE e INE.

Relativamente ao setor externo, o quadro macroeconómico da Galiza mostra um contributo positivo para o crescimento agregado do PIB ao longo dos dois primeiros trimestres de 2020, muito ao contrário do que aconteceu no Estado espanhol.

No segundo trimestre de 2020, a procura externa contribuiu com 2,9 pontos para o PIB (mais do que no trimestre anterior, que foi de 1,9 pontos), quando para todo o Estado o setor externo subtraiu no último trimestre 2,7 pontos (muito mais do que foi registado no trimestre anterior, que tinha sido de duas décimas).

Neste último trimestre, as exportações sofreram uma diminuição na Galiza de quase 20% em relação ao ano anterior, enquanto que as compras fora da Galiza diminuíram 23,4%. Estas dinâmicas são diferentes em todo do Estado, onde as vendas de bens e serviços para o estrangeiro registaram uma queda de 38,1%, face à descida de 23,4% registada pelas importações. Este diferencial no que respeita ao comportamento do setor externo contribuirá, entre outros fatores, para que o impacto da crise da COVID-19 seja um pouco menor na Galiza do que em toda a Espanha.

Se apenas considerarmos as relações comerciais com países terceiros, o valor total acumulado das exportações galegas, entre abril e junho, apresenta uma contração de 30,4% face ao ano anterior, motivado em grande parte pela queda de 56,1% no que se refere às vendas externas do setor das indústrias de bens de consumo (923,1 milhões de euros) e por uma diminuição de 44,1% no caso dos bens de equipamento (menos 345,1 milhões de euros). Durante o segundo trimestre do ano as exportações alcançam um valor de 3728,9 milhões de euros, o que representa 28,5% do PIB galego, menos dez pontos do que no início desta crise (tinha sido 32,2% no primeiro trimestre do ano). A quota de mercado das exportações galegas no total nacional situa-se em 6,8% do total nacional, percentagem visivelmente inferior à registada no quarto trimestre de 2019 (tinha registado 8,2%).

Tendo em conta que as importações galegas, após uma queda de 40,9% em relação ao mesmo período do ano anterior alcançam durante o segundo trimestre o montante de 2.824,1 milhões de euros, o saldo positivo da balança comercial galega aumenta até aos 904,9 milhões de euros (tinha sido contabilizado um total de 574 milhões no período homólogo do ano anterior).

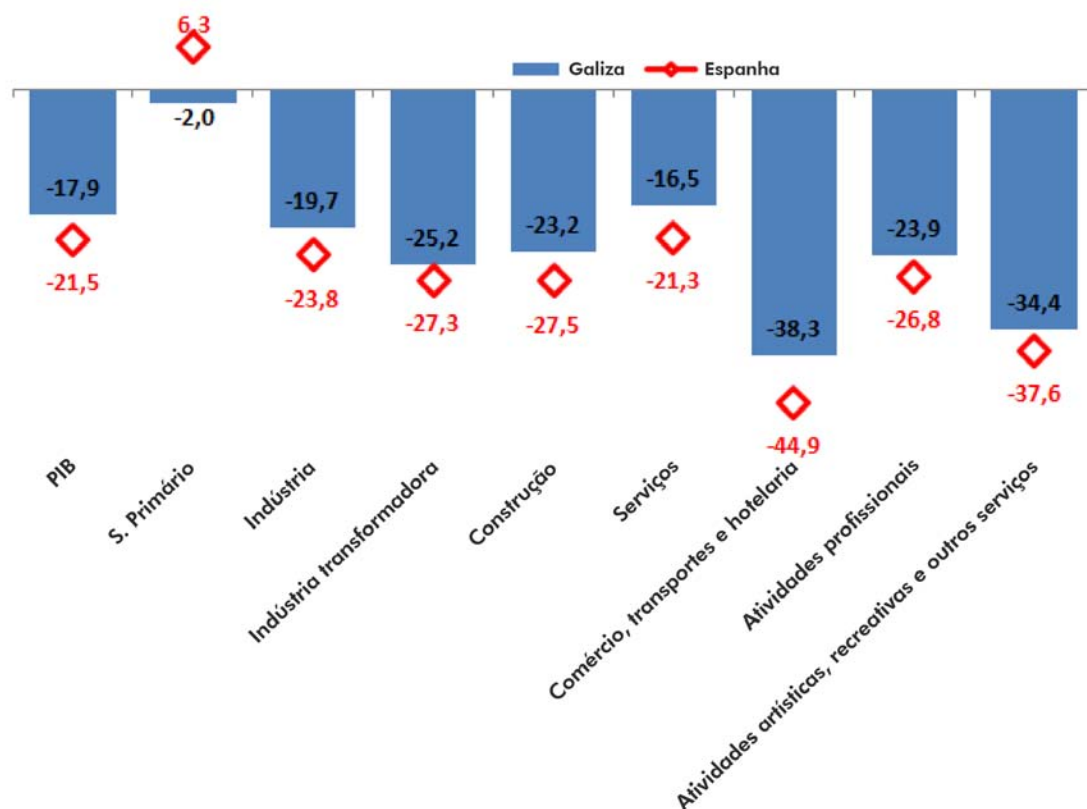
ANÁLISE DOS AGREGADOS DA OFERTA

Do ponto de vista setorial, a crise originada pela pandemia do coronavírus tem maior incidência nos setores mais afetados pelas restrições à mobilidade e nos que afetam o consumo, como a hotelaria (alojamentos e refeições), o comércio, o fabrico de veículos a motor e as atividades artísticas e recreativas. A menor exposição destes setores, exceto o de fabrico de veículos, na economia galega explica, em parte, o facto da queda do PIB galego no segundo trimestre ter sido menor do que em todo o Estado espanhol.

Tanto na Galiza como na economia espanhola, o subsector do comércio, transportes e hotelaria é o que apresenta as quedas mais acentuadas do PIB, situando-se em 44,9% em Espanha face às descidas de 38,3% registadas na Galiza. Em seguida, as atividades artísticas, recreativas e outros serviços registam uma contração de 37,6%, mais de três pontos superior à sofrida na Galiza (34,4%). Motivado em grande parte pela significativa quebra da atividade do comércio, transportes e hotelaria, o setor dos serviços apresenta no último trimestre uma taxa de variação interanual negativa, de -16,5% na Galiza (tinha sido -3,3% no primeiro trimestre), percentagem que ascendia a -21,3% em Espanha (quando tinha registado -3,2% no primeiro trimestre).

Tal como acontece com o setor dos serviços, tanto a indústria na sua globalidade (indústria transformadora, energia e indústria extrativa) como as atividades de construção apresentam na Galiza um comportamento melhor do que em Espanha. Por um lado, o valor acrescentado gerado pelo setor industrial contrai-se 19,7% no segundo trimestre (menos 4,1 pontos percentuais do que em toda a Espanha), sendo esta queda superior no caso do subsector transformador (25,2% e 27,3% na Galiza e em Espanha, respetivamente). Em segundo lugar, a construção regista uma taxa de variação interanual de -23,2% (havia sido contabilizado apenas -5,3 no trimestre anterior), sendo esta percentagem de -27,5% na economia espanhola (-6,6% entre janeiro- março).

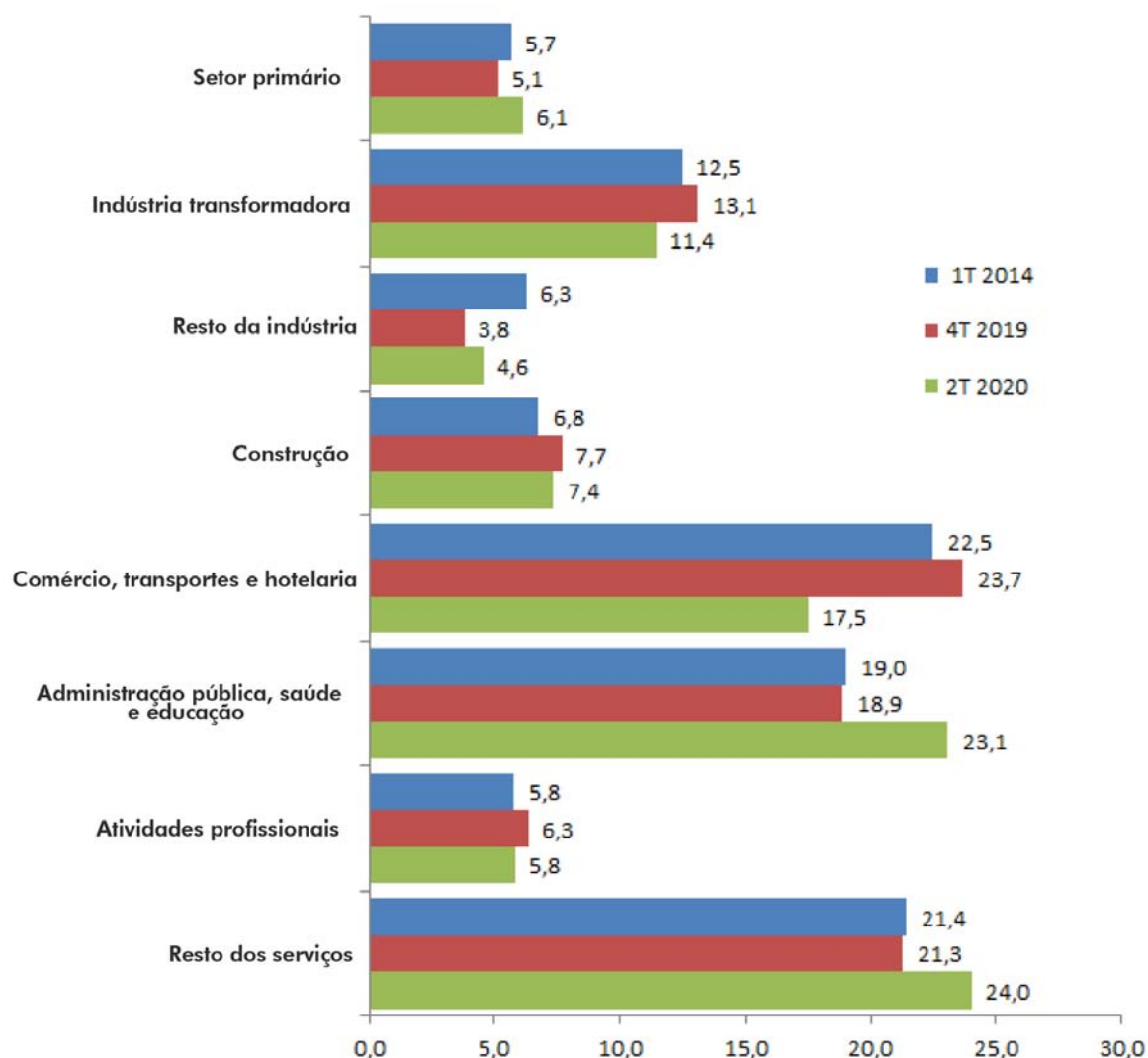
Por último, o setor primário apresenta um comportamento desigual se compararmos os seus comportamentos entre Galiza e Espanha. Enquanto que na Comunidade Autónoma o valor acrescentado bruto diminui 2% no segundo trimestre, em todo o Estado aumenta 6,3%.



Quadro 4. Produto Interno Bruto na Galiza e em Espanha no 2.º trimestre 2020: distribuição segundo os principais componentes da oferta. Taxas de variação interanual. Fonte: IGE e INE.

No seguimento desta evolução, há que forçosamente afirmar que 23,1% do Valor Acrescentado Bruto gerado na Galiza corresponde às atividades das Administrações Públicas, Saúde e Educação, seguido pelo subsetor do Comércio, Transportes e Hotelaria com 17,5% e pela Indústria Transformadora com 11,4%. E as atividades profissionais ligadas, em grande medida, ao desenvolvimento da atividade transformadora geram 5,8% do VAB galego.

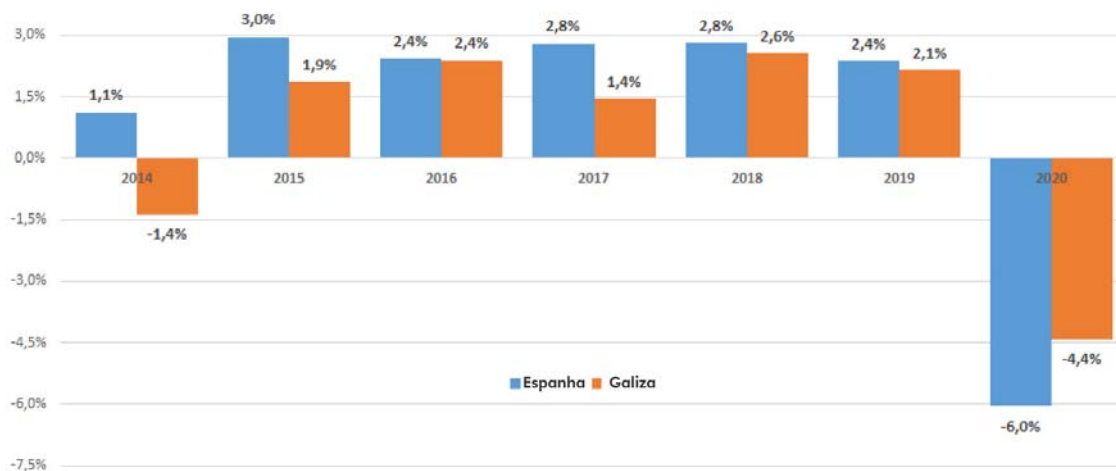
Conforme apresentado na figura seguinte (quadro n.º 5), desde o início da crise originada pela pandemia do coronavírus regista-se uma descida acentuada do peso relativo das atividades do comércio, transportes e hotelaria que, no quarto trimestre de 2019, representavam 23,7% do VAB galego, mais de seis pontos acima do previsto no segundo trimestre de 2020. Em contraste, aumenta em mais de quatro pontos percentuais a importância relativa das Administrações Públicas, Saúde e Educação, que constituía 18,9% no último trimestre de 2019. Tal como acontece com as atividades ligadas ao Comércio e à Hotelaria, entre os dois trimestres em apreço, diminui o peso da indústria transformadora que, no último trimestre de 2019, representava 13,1% do VAB da Galiza. Por último, a construção mantém relativamente estável o seu peso relativo (7,7% no quarto trimestre de 2019 e 7,4% no segundo trimestre de 2020), e o setor primário aumenta um ponto percentual (passa para 5,1% e 6,1%, respetivamente) ao longo do período em análise.



Quadro 5. Evolução da estrutura produtiva da Galiza. Análise dos seus principais ramos de atividade (VAB Galiza=100).

OS EFEITOS EM TERMOS DE EMPREGO

Os dados do Inquérito à População Ativa (IPA) revelam que no segundo trimestre do ano corrente a Galiza tinha 1.050.400 de pessoas empregadas, o que pressupõe uma redução interanual de 4,4% (equivalente a 48.400 pessoas). Esta descida acentuada contrasta com o aumento contabilizado no trimestre anterior, que foi de 0,3%. Para todo o Estado espanhol, a destruição de postos de trabalho no segundo trimestre do ano foi de 6% em relação ao ano anterior, quando no trimestre passado o emprego subiu 1,1%.



Quadro 6. Evolução da população empregada no segundo trimestre no período 2014-20. Taxas de variação interanual. Fonte: INE.

Tendo em conta a evolução da população empregada, importa referir que no segundo trimestre do ano uma percentagem significativa de trabalhadores foi afetada por Expedientes de regulação temporária de emprego (ERTE). Um total de 120.500 pessoas empregadas encontravam-se em ERTE durante o segundo trimestre do ano na Galiza (9.600 no trimestre anterior), o equivalente a 11,5% do emprego total (0,9% no trimestre anterior). Esta percentagem é inferior à registada em Espanha, que ultrapassa os 18% (o equivalente a 3,4 milhões de trabalhadores).

A referida a descida do nível de emprego constata-se, também, no que se refere ao número médio de horas efetivamente trabalhadas por toda a população empregada nas semanas de referência. Entre o segundo trimestre de 2019 e 2020, a Galiza assiste a uma redução de 25,4 horas, o que implica uma descida de quase nove horas em relação ao mesmo período do ano anterior (25,9%). Entre os homens esta descida foi de 9,6 horas de trabalho efetivo e de oito horas no caso das mulheres, decréscimos que implicam uma redução de 26,3% e de 25,1%, respetivamente.

A descida da população empregada, segundo o IPA, foi significativamente inferior à registada no que toca às inscrições na Segurança Social (35%) e nas contas económicas (22,5%). Em Espanha, as inscrições registaram um decréscimo de 35,5% e o número de postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foi de 18,4%.

No que respeita aos números globais do emprego, o IPA sobre a Galiza revela que o ajuste no emprego se verifica em maior medida nas pessoas mais vulneráveis: assalariados com contratos temporários, pessoas mais jovens, trabalhadores a tempo parcial e aqueles que têm níveis de escolaridade mais baixos. Do mesmo modo, também são relevantes os dados de primeira ordem: em primeiro lugar, a população empregada desce tanto em homens como em mulheres, embora seja maior a descida no caso das mulheres; e, em segundo lugar, o emprego diminui no que toca ao emprego por conta própria e, no caso dos assalariados, mais no setor privado do que no público.

Pelo quarto trimestre consecutivo nota-se a redução do emprego entre as mulheres. No segundo trimestre de 2020, diminuiu 5,2%, mais do dobro do rácio previsto no primeiro trimestre do ano (2,3%). Esta descida foi superior à registada durante o último trimestre entre os homens (menos 3,7%).

Atendendo à situação profissional dos empregados, pelo terceiro trimestre consecutivo verifica-se a redução do emprego por conta própria, tanto dos empresários sem assalariados como dos que têm trabalhadores a seu cargo, situando-se esta queda no último trimestre em cerca de 9,0% e 8,4%, respetivamente. Se efetuássemos a análise de acordo com o tipo de contrato, os assalariados temporários concentrariam as quedas do emprego, descendo 19,6% (-2,1% no trimestre anterior) e aumentando o emprego entre as pessoas com contratos sem termo.

No que respeita à duração do dia de trabalho, o emprego a tempo parcial desceu 12,3% no segundo trimestre do ano, face à queda de 5,5% registada no trimestre anterior. Por último, também deve ser demonstrada a diminuição de 22,8% do emprego entre as pessoas que têm uma formação igual ou inferior ao ensino básico, mantendo-se as pessoas com níveis de instrução mais elevados (aumentam 3,8% relativamente ao trimestre anterior).

	2019				2020	
	I	II	III	IV	I	II
	(%)				(%)	
População empregada	2,8	2,1	0,8	0,8	0,3	-4,4
Homens	2,2	2,6	1,7	1,5	2,6	-3,7
Mulheres	3,6	1,6	-0,1	-0,2	-2,3	-5,2
16-24 anos	-3,9	4,9	9,3	7,3	14,8	-21,2
25-34 anos	0,6	-1,3	-1,8	-2,7	-5,1	-13,3
35-44 anos	1,0	0,9	-1,5	-1,6	-2,0	-5,2
45-54 anos	4,6	3,9	2,6	2,2	0,0	-2,6
Mais de 55 anos	6,6	4,3	2,8	4,2	6,6	5,5
Empregado por conta própria	-1,5	5,7	-0,1	-1,0	-2,1	-10,0
Empregador	-5,5	0,9	-7,8	-2,1	-1,4	-8,4
Empresário sem assalariados	2,5	7,4	4,0	-1,4	-2,4	-9,0
Membro de uma cooperativa	6,3	29,4	0,0	12,5	-11,8	-54,5
Ajuda empresa familiar	-39,5	11,5	-3,4	28,9	2,2	-30,9
Empregado por conta de outrem	4,1	1,3	1,0	1,1	0,8	-3,0
Setor público	0,8	-5,1	-1,9	-0,9	-0,4	3,9
Setor privado	5,0	3,1	1,9	1,7	1,1	-4,8
Assalariado cont. sem termo	5,2	1,5	0,1	1,2	1,8	3,1
Assalariado cont. temporário	0,9	0,6	-3,6	0,9	-2,1	-19,6
Analfabeto ou escolaridade básica	-31,1	-33,3	-28,8	-31,8	-19,0	-22,8
Ensino secundário 1.ª etapa	2,1	3,1	4,3	-0,2	-1,6	-4,5
Ensino secundário 2.ª etapa	8,3	5,2	-0,5	0,0	-1,4	-10,1
Educação superior	4,3	3,7	2,1	4,4	3,8	0,0
Trabalho a tempo inteiro	1,6	1,3	-0,2	0,6	1,2	-3,1
Trabalho a tempo parcial	11,2	7,2	7,7	1,4	-5,5	-12,3

Quadro 7. População ativa na Galiza 2019-2020. Taxas de variação interanuais.
Fonte: INE e IGE.

Do ponto de vista setorial, os resultados são muito assimétricos. Os dados correspondentes ao número de horas trabalhadas por ramos de atividade mostram melhor a magnitude do ajuste no emprego, ao longo do segundo trimestre deste ano. Apesar de a destruição do emprego ter sido praticamente generalizada (só o setor primário, por causa do comportamento do subsetor agrícola, mantém praticamente constante o número de horas efetivas trabalhadas), convém destacar o forte contraste entre os diversos ramos de atividade, na medida em que são mais afetados e em maior proporção os setores mais relacionados com a mobilidade e os serviços dependentes do nível de consumo.

A hotelaria (CNAE 55-56) foi o setor que mais sofreu (e continua a sofrer) a maior redução, com 26,7 horas efetivas trabalhadas entre o segundo trimestre de 2020 e o mesmo período do ano anterior, à frente das atividades relacionadas com as vendas e a reparação de veículos a motor e motocicletas (CNAE 45), que registam uma diminuição de 15,7 horas; e do comércio grossista e agentes de comércio, à exceção dos veículos a motor e motocicletas (CNAE 46), com 13,8 horas menos. Outros dos subsetores com descidas superiores às 13 horas são a indústria têxtil (CNAE 13-15) e a indústria da madeira, papel e móveis (CNAE 16,17 e 31), com 13,6 e 13,5 horas menos, respetivamente.

Em termos percentuais, as horas efetivamente trabalhadas no setor da hotelaria baixaram 70,3%, em comparação com o ano anterior, e no que se refere às atividades de comércio e reparação de veículos a motor e motocicletas, a descida alcançou os 41,5%. Em seguida, seguem-se as reduções do número de horas no caso da indústria têxtil e da madeira, cuja diminuição excedeu os 37% de horas trabalhadas. Apenas os ramos correspondentes à agricultura, pecuária, caça e silvicultura (CNAE 01-02) apresentam, neste segundo trimestre de 2020, um aumento interanual de 7,8% no que respeita ao número médio de horas efetivas trabalhadas, equivalente a 3,4 horas.

	2019/II	2020/I	2020/II	2020/II	
	(número de horas)			Varição interanual (horas)	(%)
Total	34,3	32,3	25,4	-8,9	-25,9%
Agricultura e pesca (01-03)	40,5	41,5	40,6	0,1	0,2%
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura (01, 02)	43,7	46,3	47,1	3,4	7,8%
Pesca e aquacultura (03)	27,1	28,8	24,8	-2,3	-8,5%
Indústrias extrativas (05-09)	39,9	38,1	30,1	-9,8	-24,6%
Indústria transformadora (10-33)	36,7	34,1	25,8	-10,9	-29,7%
Indústria da alimentação, bebidas e tabaco (10-12)	36,9	35,4	30,3	-6,6	-17,9%
Indústria têxtil do couro e do calçado (13-15)	36,2	31,5	22,6	-13,6	-37,6%
Indústria da madeira, papel e móveis (16, 17, 31)	36,3	33,0	22,8	-13,5	-37,2%
Metalurgia e produtos metálicos, eletrônicos, elétricos e maquinaria (24-28)	36,8	34,5	25,6	-11,2	-30,4%
Fabrico de material de transporte e grandes reparações industriais (29, 30, 33)	36,3	33,3	23,8	-12,5	-34,4%
Resto da indústria transformadora (18-23, 32)	37,3	34,5	24,2	-13,1	-35,1%
Resto da indústria (05-09, 35-39)	36,2	35,0	32,0	-4,2	-11,6%
Energia, abastecimento de água e gestão de resíduos (35-39)	34,6	33,9	32,8	-1,8	-5,2%
Construção (41-43)	37,2	32,6	24,8	-12,4	-33,3%
Construção (41-43)	37,2	32,6	24,8	-12,4	-33,3%
Serviços					
Venda e reparação de veículos a motor e motocicletas (45)	37,8	35,0	22,1	-15,7	-41,5%
Comércio grossista e agentes de comércio, à exceção dos veículos a motor e motocicletas (46)	38,2	34,8	24,4	-13,8	-36,1%
Comércio retalhista, à exceção dos veículos a motor e motocicletas (47)	33,6	31,7	24,6	-9,0	-26,8%
Transporte e armazenamento (49-53)	34,2	34,0	26,0	-8,2	-24,0%
Hotelaria (55, 56)	38,0	31,0	11,3	-26,7	-70,3%
Atividades de informação, financeiras, imobiliárias e profissionais (58-82)	33,3	32,2	29,0	-4,3	-12,9%
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória (84)	32,5	29,7	28,0	-4,5	-13,8%
Educação (85)	29,7	28,9	26,5	-3,2	-10,8%
Atividades sanitárias (86)	32,9	33,4	28,5	-4,4	-13,4%
Assistência em estabelecimentos residenciais (87)	30,2	32,6	28,4	-1,8	-6,0%
Atividades de serviços sociais sem alojamento (88)	27,0	30,3	19,8	-7,2	-26,7%
Resto dos serviços (90-99)	27,9	24,3	16,2	-11,7	-41,9%

Quadro 8. Número médio de horas efetivas trabalhadas por toda a população ativa (a trabalhar ou não na semana de referência) na Galiza. Distribuição segundo o sexo e ramo de atividade no que respeita ao emprego principal.

Fonte: IGE.

Tanto no caso dos homens como no das mulheres, a hotelaria situa-se como o ramo de atividade económica com mais descida no que se refere ao número médio de horas trabalhadas, com uma redução de 29,3 horas entre os homens (71,5% em comparação com o período homólogo do ano anterior) e de 25,2 horas entre as mulheres (69,8%).

A seguir, as maiores quedas entre as mulheres registam-se na indústria da madeira e na das vendas e reparação de veículos (20,0 e 16,9 horas menos, respetivamente); ao passo que entre os homens concentram-se na venda e reparação de veículos e na indústria têxtil (15,6 e 14,6 horas, respetivamente).

Constata-se, igualmente, uma diferença notável entre as províncias galegas do interior e da costa. Isso explica-se, em parte, pela persistência de uma agricultura intensiva e pelo comportamento da indústria agroalimentar, consideradas atividades essenciais. Desta forma, as províncias com vulnerabilidade elevada são aquelas que apresentam uma forte especialização nas atividades diretamente ligadas ao turismo. Ainda que, de acordo com o Banco de España, exista uma ampla heterogeneidade provincial explicada, em grande medida, pelas diferenças em termos de estrutura setorial.

A referida diminuição do emprego não se transferiu com a mesma intensidade para os números do desemprego, dado que boa parte das pessoas que perderam o emprego passaram a ser consideradas inativas, tendo em conta as dificuldades na procura de emprego por causa das medidas de confinamento. Ou seja, com a crise da COVID-19, o mercado de trabalho galego interrompe a sua tendência de descidas interanuais iniciada no segundo trimestre de 2014 e mostra um aumento da população desempregada na ordem de 1,9%, no primeiro trimestre do ano e de 1,5%, no segundo trimestre. Após esta evolução, o Inquérito à População Ativa (IPA) estima que a população desempregada na Galiza ascenda a 142.500 pessoas, ou seja, mais 2100 do que no ano anterior, dos quais 71.800 são homens e 70.700 mulheres.

A incidência do desemprego de longa duração diminuiu para 28,1% no segundo trimestre do ano, quase doze pontos menos do que o registado no ano anterior (39,9%). O número de pessoas nesta situação de desemprego diminuiu no último trimestre 28,4% comparativamente ao ano anterior, passando para 40 100 pessoas (o que significa, menos 15.900 pessoas).

A taxa de desemprego na Galiza é de 11,9% no segundo trimestre do ano. São seis décimas acima da previsão para o mesmo período do ano anterior. Representa um aumento significativo, com a subida dessa taxa para 12,4% entre as mulheres (quatro décimas acima do nível alcançado em 2019) e para 11,5% entre os homens (mais oito décimas).

Relativamente às taxas de desemprego por idades, há que destacar que os jovens com menos de 25 anos são os mais afetados pelo aumento do desemprego, subindo essa taxa de desemprego para 34,3%, quando no ano anterior era de 26,8%. A taxa de desemprego entre as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos ronda os 11,8% (10,9% no ano anterior). Finalmente, entre as pessoas com mais de 55 anos, a taxa de desemprego desce para 8,1% no último trimestre (9,5% foi a percentagem registada no segundo trimestre de 2019).

Com base no nível de escolaridade atingido, as taxas de desemprego descem à medida que aumenta o nível de formação académica, situando-se nos 26% no caso das pessoas com escolaridade básica e nos 9,6% entre as pessoas com educação superior. Além disso, é oportuno mencionar que o aumento da taxa de desemprego verifica-se tanto entre as pessoas de nacionalidade espanhola como estrangeira, embora seja mais acentuado entre os estrangeiros. No segundo trimestre de 2020, a taxa de desemprego entre as pessoas com nacionalidade espanhola era de 11,3%, meio ponto acima do previsto no ano anterior, enquanto que entre os estrangeiros a taxa de desemprego se situou nos 23,3%, isto é, 1,4 pontos percentuais acima do nível do ano anterior.

	2019				2020	
	I	II	III	IV	I	II
	<i>(taxa de variação interanual %)</i>					
(percentagem de população ativa %)	-17,5	-19,8	-6,2	-2,1	1,9	1,5
Homens	-14,9	-16,3	-11,5	-8,9	-7,2	4,2
Mulheres	-19,8	-23,1	-1,6	4,3	11,0	-1,0
Desemprego de longa duração	-30,8	-30,8	-10,4	-9,0	-7,5	-28,4
Taxa de desemprego	<i>(percentagem de população ativa %)</i>					
Total	12,5	11,3	11,5	11,7	12,6	11,9
Homens	12,1	10,7	9,8	10,3	11,1	11,5
Mulheres	12,8	12,0	13,3	13,3	14,3	12,4
Consoante nível de estudos						
Escolaridade básica	30,6	25,6	26,7	29,5	27,2	26,0
ESO 1ª etapa	15,8	15,2	13,2	13,7	15,2	13,7
ESO 2ª etapa	13,9	11,8	13,2	13,0	14,1	12,5
Educação superior	7,4	7,0	7,9	8,4	9,0	9,6
Consoante grupos de idade						
Menos de 25 anos	31,5	26,8	26,2	27,4	28,1	34,3
De 25 a 54 anos	12,1	10,9	10,9	11,2	12,5	11,8
Mais de 55 anos	9,8	9,5	10,0	10,1	9,9	8,1
Consoante nacionalidade						
Espanhola	11,9	10,8	10,7	11,0	12,0	11,3
Estrangeira	23,2	21,9	24,9	25,3	24,8	23,2

Quadro 9. População desempregada e taxa de desemprego na Galiza 2019-2020.
Fonte: IGE.

Por último, no que se refere à inatividade, a população inativa galega aumentou para 1.145,9 pessoas, cerca de 4,6% mais do que no mesmo trimestre do ano anterior (desce ligeiramente nos dois trimestres anteriores), o que reduz a população ativa em 3,7% face ao ano anterior, alcançando as 1.192,9 pessoas.

Com base na ligação à atividade económica, das 50.700 pessoas inativas novas com que conta o mercado de trabalho, a maior parte delas (44.200 pessoas) corresponde a ativos potenciais. Assim, no segundo trimestre de 2020, a Galiza contava com 65.700 pessoas inativas consideradas como ativos potenciais face às 24.800 do trimestre anterior.

CONCLUSÕES

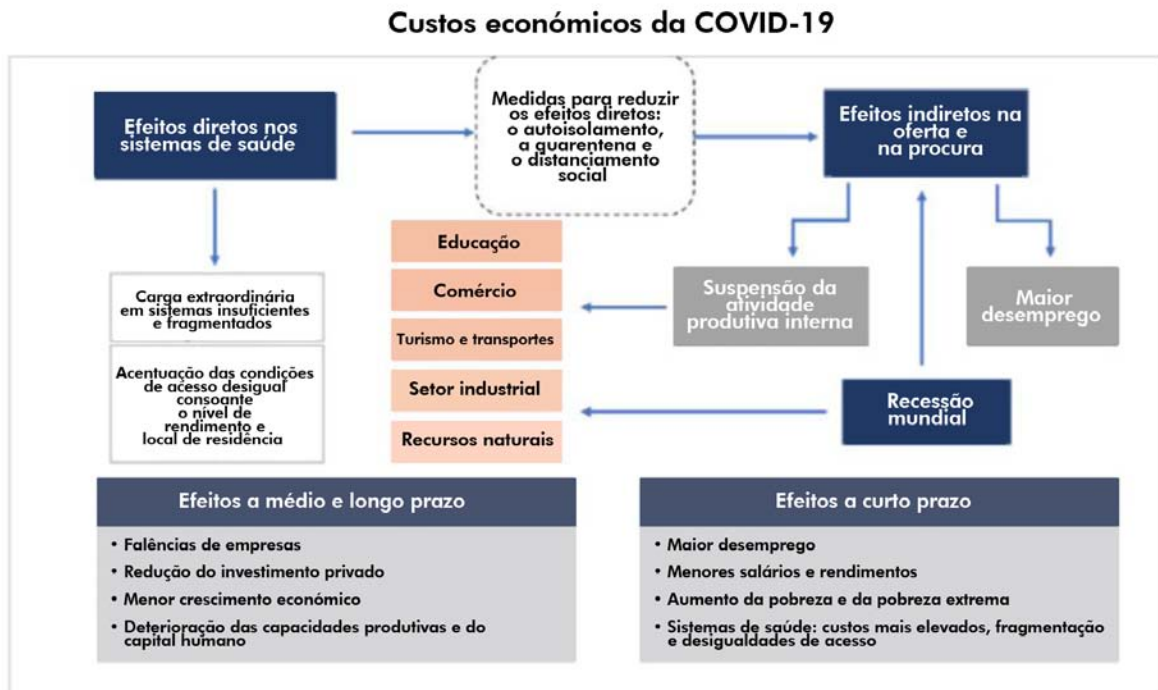
Os resultados do PIB para o primeiro semestre do ano 2020 indicam um forte choque recessivo, embora tenhamos de ser muito prudentes no contexto da análise e das expectativas para os próximos trimestres, tendo em conta a elevada incerteza com que este período de recuperação se está a desenvolver.

A estrutura setorial da economia galega (fraca indústria, escasso tamanho empresarial e reduzida integração tecnológica nas unidades de produção) regista evidentes desvantagens no momento de elaborar as medidas de recuperação e adaptação às novas circunstâncias. Daí que as apostas no futuro sejam orientadas, na maioria dos casos, por alterações nas orientações produtivas; nas mudanças substanciais relativamente à capacidade produtiva; e na redefinição de novas estratégias e posicionamentos.

Por isso, numa fase em que predomina a incerteza (e muitos riscos), as ações da política económica devem ser reativas (para se adaptarem a um novo contexto) e extremamente flexíveis (para poderem orientar as ações de antecipação dos consumidores e das empresas) a fim de inspirar confiança.

Esta exigência também deve ser contemplada e traduzida em estratégias diferenciadas com base nos territórios: países, regiões ou municípios.

Resumindo, os governos devem assumir a transição de um papel de assegurador de rendimentos e de emprego para um novo papel que reassegure a procura interna e forneça à sociedade novas ferramentas de sustentação da oferta. O quadro que a CEPAL (quadro n.º 10) tinha distribuído pelos seus Estados-Membros, para ajudar a entrever como fazer uma estimativa dos custos torna-se, nestes momentos, ainda mais importante. Por isso o incluímos como orientação reflexiva.



Fonte: CEPAL (Comisión Económica para América latina y el Caribe).

Quadro 10. Esquema dos efeitos económicos da COVID-19.

Não há dúvida de que a implementação dos dispositivos para a utilização dos montantes financeiros incluídos nos Planos de Recuperação, Transformação e Resiliência do Governo de Espanha, como as iniciativas a formular a partir da Xunta de Galicia (Next Generation Galicia), serão decisivos no momento de medir a nossa vontade e capacidade de resposta.

Até ao momento, o quadro macroeconómico revela muitas tendências negativas, enfatizando os grandes impactos nos agregados básicos de uma economia; mas também é verdade que algumas atividades começaram a retomar, com uma certa normalidade, os seus níveis pré-crise; e outras aceitaram o desafio de enfrentar uma “nova normalidade económica”.

	2018	2019	2019/I	2019/II	2019/III	2019/IV	2020/I	2020/II
					(%)			
Produto Interno Bruto	2,2	1,8	1,9	1,7	1,7	1,8	-3,6	-17,9
Procura								
Despesas de consumo final	2,6	3,0	2,1	3,3	3,4	3,0	-4,9	-18,9
Lares e instituições privadas sem fins lucrativos	3,1	3,3	3,0	3,3	3,4	3,3	-8,1	-25,3
AA Públicas	1,3	1,9	-0,8	3,1	3,4	2,1	5,2	1,3
Formação Bruta de Capital	4,9	2,7	4,6	3,5	3,1	-0,4	-7,2	-24,7
Ajuda procura interna ao PIB	3,0	3,0	2,6	3,4	3,5	2,5	-5,5	-20,8
Exportações	3,1	-0,4	0,0	-5,4	1,7	2,3	-2,5	-19,9
Importações	4,6	1,8	1,2	-2,1	4,7	3,6	-5,6	-23,4
Ajuda procura externa ao PIB	-0,8	-1,2	-0,7	-1,7	-1,8	-0,7	1,9	2,9
Oferta								
Setor primário	-1,9	0,2	0,1	0,1	0,5	-0,1	-1,3	-2,0
Indústria	3,8	-1,3	-2,3	-2,4	-0,8	0,2	-0,3	-19,7
Indústria transformadora	3,3	0,9	-0,9	-1,0	2,8	2,7	-1,0	-25,2
Construção	4,6	2,6	4,9	3,3	1,8	0,6	-5,3	-23,2
Serviços	1,9	2,7	3,1	2,5	2,5	2,6	-3,3	-16,5
Comércio, transportes e hotelaria	2,2	3,4	4,3	3,2	3,6	2,8	-9,5	-38,3
Informação e comunicações	2,9	0,4	0,9	-1,1	0,4	1,4	3,6	-6,0
Atividades financeiras e de seguros	3,6	6,1	6,7	4,8	4,6	8,3	3,8	6,9
Atividades imobiliárias	1,1	1,2	1,1	1,1	1,2	1,5	0,2	-0,5
Atividades profissionais	4,0	2,8	4,8	2,7	1,9	2,0	-6,0	-23,9
Administração pública, saúde e educação	1,0	2,7	1,6	4,3	2,9	2,0	1,9	-1,3
Atividades artísticas, recreativas e outros serviços	0,7	0,7	1,3	0,9	-0,1	0,6	-5,7	-34,4

Quadro 11. Quadro macroeconómico da Galiza. Evolução por trimestres dos principais agregados económicos.
Fonte: IGE.

Finalmente, ressalta o facto de que apesar de os rendimentos per capita da Galiza e da Região Norte de Portugal serem inferiores às médias europeias, nos últimos anos, e principalmente depois da recessão de 2008, seguiram dinâmicas diferentes embora pertençam à mesma macrorregião europeia. Isto é, ambas as economias, tal como as da UE-27 e da zona euro, sofreram fortes impactos na crise de 2008, e a saída da mesma adotou a forma de W. Mas, o relevante é como a partir de 2012 as reações foram variadas. Por um lado, tanto a Região Norte de Portugal como a Galiza registam taxas de variação do PIB mais elevadas do que a própria UE-27; e, por outro lado, o comportamento da Região Norte de Portugal é mais dinâmico do que o registado pela Galiza.

Esta mudança de tendência relativamente ao período anterior demonstra que existem dois elementos que os economistas modernos (como Acemoglu e Robertson, do MIT) referem nos seus últimos trabalhos como sendo determinantes. Os fatores de crescimento dependem, pois, da utilização eficiente das disponibilidades dos fatores produtivos (como o capital, o trabalho, o progresso técnico); mas também da eficiência das instituições na sua missão de realizar ações que incentivem a capacidade económica, que limitem as intervenções de certas elites e grupos poderosos que procuram expropriar receitas e investimentos; e que sejam criadas as condições favoráveis aos níveis de igualdade de oportunidades e se dediquem a estimular atividades económicas produtivas.

1. - Evolução do PIB em termos reais 2001-2019



Quadro 12. Evolução do PIB da Galiza e da Região Norte de Portugal em comparação com a UE-27 e a zona Euro.
 Fonte: Foro Económico de Galicia. Informe de Conxuntura 3/2020.

Estamos, pois, perante uma transição de época que já se tinha começado a instalar; mas que, agora, acelerou por causa irrupção das emergências sanitárias, económicas e sociais, decorrente da COVID-19.

Com a paralisação de uma parte relevante da economia, a restrição de grande parte da mobilidade e o confinamento de uma parte significativa da população, o golpe para a economia foi brutal. As medidas adotadas pelos governos serviram para amortecer e atenuar as crises sociais e os colapsos económicos. Os objetivos das políticas públicas centraram-se na recuperação, reparação e na adequação das capacidades produtivas. E as suas respostas e esforços medidos em intensidade e rapidez foram extraordinários não só em termos absolutos, mas também em termos relativos comparados com as ações adotadas na recessão de 2008.

Em Espanha as ações inserem-se no denominado Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência apresentado no início de outubro de 2020. Esse Plano foi inspirado, como diz o presidente do Governo, na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Assim, esse Plano alinha-se com os critérios de transformação exigidos pela União Europeia; e pressupõe uma continuação atualizada dos Planos de Choque e do Plano de Reativação, já colocado em prática pelo Governo de Espanha nos primeiros dias do confinamento.

A filosofia do projeto é clara. Não se trata, simplesmente, de recuperar o PIB perdido; mas sim, de voltar a crescer de outra maneira. A missão é criar emprego e empresas com base nas quatro transformações que a economia espanhola precisa: a) digitalização; b) transição ecológica; c) igualdade de género e d) coesão social e territorial.

O roteiro do Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência concentrará a mobilização de um elevado montante de dinheiro proveniente de ajudas e empréstimos.

Definem-se dez políticas mobilizadoras:

- a) a Agenda Urbana e Rural, a luta contra o despovoamento e o desenvolvimento da agricultura, que concentrarão 16% dos recursos disponíveis;
- b) as infraestruturas e os ecossistemas naturais resilientes, que receberiam 12% dos recursos;
- c) a transição energética justa e inclusiva à qual se destinará 9% do dinheiro;
- d) a modernização das Administrações Públicas, à qual serão dedicados 5% dos investimentos;
- e) a modernização e a digitalização do tecido produtivo, das PME, da indústria e do turismo, às quais serão dedicados 17% dos fundos;
- f) um novo pacto pela Ciência e a Inovação e o próprio reforço do sistema nacional de saúde, que contará com 17% dos recursos;
- g) a educação e o conhecimento, a formação contínua e o desenvolvimento das capacidades, que contará com 18% dos fundos;
- h) a nova economia dos cuidados e as políticas de emprego, às quais se destinará 6% dos fundos;
- i) o desenvolvimento da cultura e do desporto, que contará com 1,1% do financiamento;
- j) a modernização do sistema fiscal para garantir um crescimento inclusivo e sustentável.

Resumindo, o Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência deverá facilitar uma interlocução contínua entre Administrações, com as empresas e com o resto dos intervenientes que participam nos projetos, através de fóruns e conselhos, da parceria público-privada e do diálogo com os agentes sociais.

Além disso, estão incluídos mecanismos de prestação de contas que exigirão reformas das administrações (procurando mais agilidade, eficácia e transparência) e uma redução dos obstáculos burocráticos que atualmente atrasam o funcionamento quotidiano das gestões e decisões.

A não ser que haja uma *nova vaga epidêmica*, as ações a incluir nas políticas públicas devem contemplar o evitar de uma forte degradação da atividade e das contas públicas. Uma vez considerada a amplitude do choque e a elevada incerteza gerada, é preciso reagir com prudência, mas protegendo os empregos contra a destruição do capital humano, físico e imaterial, privilegiando a recuperação e transformação do potencial produtivo e destacando as bases das etapas que estão por vir.

Recomenda-se atuar no âmbito de quatro eixos. Em primeiro lugar junto das empresas, para evitar uma contração da oferta. Em segundo lugar em relação ao emprego, para evitar uma subida abrupta do desemprego. Em terceiro lugar em relação ao poder de compra, para ajudar os cidadãos mais vulneráveis e poder sustentar a procura. E, em quarto lugar, procedendo à reorientação do crescimento, oferecendo uma nova perspectiva ao investimento e em defesa da sustentabilidade ambiental.

A tarefa, portanto, começa agora e os desafios são de grande calibre.

ANEXO ESTATÍSTICO

As estatísticas oficiais de Portugal, publicadas pelo organismo público Instituto Nacional de Estatística, não costumam mostrar um nível de desagregação a nível de espaços territoriais. Por essa razão, não é fácil encontrar dados ou referências estatísticas completas que façam referência à Região Norte de Portugal. Esse déficit foi demonstrado em inúmeras ocasiões, principalmente quando se trata de efetuar análises comparativas ou de mostrar a relevância de espaços transfronteiriços como o caso em análise. Não obstante, procedemos à inclusão de três quadros que mostram bem, embora seja a nível da República de Portugal, os efeitos e repercussões da pandemia através das magnitudes económicas mais usuais em qualquer estudo económico comparativo.

	% taxa de variação trimestral	% taxa de variação homogénea
1 trimestre 2019	0,7	2,5
2 trimestre 2019	0,5	2,2
3 trimestre 2019	0,4	2,0
4 trimestre 2019	0,7	2,3
1 trimestre 2020	-3,9	-2,3
2 trimestre 2020	-13,9	-16,3

Tabela 1. PORTUGAL. Taxas de variação do PIB a preços constantes (base 2016).
Fonte: INE.

	PIB	Consumo privado	Consumo público	Formação bruta de capital	Exportações	Importações
2º trimestre 2019	2,2	2,4	0,2	0,3	1,8	3,9
2º trimestre 2020	-16,3	-14,7	-3,4	-10,3	-39,2	-29,4

Tabela 2. PORTUGAL. Taxa de variação do PIB, atendendo aos agregados básicos.
Fonte: INE.

	1 trimestre 2019	2 trimestre 2019	3 trimestre 2019	4 trimestre 2019	1 trimestre 2020	2 trimestre 2020
TOTAL	0'34	0'34	0'17	0'34	-0'85	-4'90
Homens	-0,60	-0,31	0,62	-0,31	-0,93	-4,06
Mulheres	0,55	0,73	-0,36	1,10	-0,55	-5,65
IDADES						
15-24	0,90	1,22	-1,38	0,58	-1,79	-17,22
25-34	-0,11	-0,22	0,44	0,44	-0,11	-4,98
35-44	0,76	0,54	0,54	-0,43	-1,39	-3,54
45-54	0,00	0,69	0,57	2,78	1,50	-1,26
55-64	0,48	0,94	23,6	2,69	1,10	-3,12
Mais de 65	8,33	5,26	0,85	-5,00	-4,27	-8,33

Tabela 3. PORTUGAL. Taxa de variação do emprego.
Fonte: INE.

▶ **POLÍTICAS LOCAIS PÓS-PANDEMIA: ESTRATÉGIAS PERANTE AS NOVAS EXIGÊNCIAS**

José Luis Méndez Romeu

A Conferência de Presidentes da Galiza e do Norte de Portugal, realizada em Pontevedra no passado mês de setembro, foi convocada pela entidade Eixo Atântico, com a participação de um grupo de peritos de alto nível. Nela foram analisadas as consequências, ao nível local, da pandemia sanitária que ainda sofremos, bem como os problemas colocados pela reconstrução económica e a reparação da fractura social produzida.

O debate mostrou um alto nível de concordância entre os participantes, mostrando a existência de eixos de pensamento comum entre as autoridades locais. Da mesma forma, constatou-se uma atitude construtiva perante os desafios imediatos. Políticos de diferentes filiações políticas expuseram as consequências da crise, ao mesmo tempo que sublinharam as possibilidades que os fundos europeus já autorizados oferecem, ainda que a sua condicionalidade seja superior à exigida em anteriores programas financeiros comunitários. Os autarcas demonstraram confiança na capacidade das instituições que representam sem concessões nem ao derrotismo nem às dificuldades. Foi possível considerar, sem qualquer hipérbole, que o clima era de otimismo informado. Facto ainda mais notável, dado que não se está a verificar noutros níveis de governo, quer sejam eles estatais ou subestatais, onde o mais duro confronto partidário cria um clima político que tornará a cooperação intergovernamental, se não inviável, pelo menos muito difícil.

Constatou-se que, como em qualquer crise, são criadas situações de oportunidade. As tensões causadas pela pandemia e a resposta dos governos aceleraram ou reforçaram as tendências já presentes na sociedade. No nosso caso, torna-se evidente a crescente influência das cidades ou do fenómeno urbano no sentido mais amplo. Como consequência do rápido processo de urbanização que se vive em todo o planeta e da generalização das atividades derivadas da revolução tecnológica, as cidades concentram o conhecimento, o emprego, a geração de riqueza, a criatividade, o lazer e o consumo, impondo formas de relacionamento, costumes e tendências. Ao mesmo tempo, o fenómeno urbano é caracterizado pela multiplicidade de interações entre as pessoas ocasionando o aparecimento de novas ideias ou projetos, estimulando a inovação. Em todo o mundo, o dinamismo das sociedades é medido pelo dinamismo das suas cidades.

Assim, a própria União Europeia tem aumentado progressivamente a participação das autoridades locais em mais programas e iniciativas comunitárias. É previsível que, num futuro próximo, as instituições locais continuem a aumentar a sua influência e liderança, num contexto de crise relativa de outros poderes, estatais ou subestatais, cuja orientação principal para a regulação e políticas gerais os afastam dos cidadãos, ao mesmo tempo que polarizam as opiniões destes num grau maior.

Neste capítulo iremos analisar as exigências e desafios que as autoridades locais devem enfrentar como consequência das mudanças sociais causadas pela pandemia. Também iremos considerar o seu impacto na gestão das competências locais e na governação das instituições, ou seja, na política.

No momento em que escrevemos estas linhas, ainda não sabemos por quanto tempo a pandemia permanecerá connosco, com a condição restritiva que impõe à atividade económica e ao trabalho quotidiano das pessoas. Os instrumentos financeiros acordados pelo Conselho Europeu estão a ser delineados e ainda levarão meses para serem implementados. No entanto, as políticas locais, devido à sua proximidade com os cidadãos, não podem demorar a resposta. No quadro comum desenhado pelas instituições europeias e os respectivos governos estatais, o tempo de resposta deverá ser menor e mais ágil para as autarquias.

A iniciativa comunitária *Next Generation EU*, através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, sublinha a importância desta última, “não só para resistir e enfrentar os desafios, mas também para passar pelas transições de uma forma sustentável, justa e democrática ”¹.

TENDÊNCIAS QUE SE REFORÇAM

Os cidadãos aceitaram com disciplina e responsabilidade as restrições às liberdades e aos movimentos impostas pelo confinamento, num exercício coletivo de solidariedade e civismo, com muito poucos precedentes na história recente. São os mesmos cidadãos que, em Portugal e Espanha, como noutros países, aceitaram na altura as políticas de austeridade e de ajuste para fazer face à crise de 2008 e que tiveram um impacto muito desigual nos diferentes segmentos da população. Agora, novamente de forma desigual, sofrem ou em breve vão sofrer as consequências da crise sanitária em diferentes âmbitos: trabalho e de oportunidades, relacional e de lazer, social e de maior desigualdade. Vamos destacar alguns recursos principais no momento presente.

1. “Estratégia anual de crescimento sustentável 2021”. Comunicação da Comissão. Bruxelas. Pág. 3.

DESCONFORTO PRODUZIDO PELA DESIGUALDADE

A crise financeira de 2008 foi longa e deixou consequências permanentes, como emprego temporário, precariedade e desvalorização salarial. Teve um impacto muito negativo nas gerações mais jovens, os *millennials*, que, apesar das suas elevadas habilitações académicas e da familiaridade com as novas tecnologias, sofreram elevadas taxas de desemprego e precariedade. Uma experiência de vida agravada pelo facto de saber que são os filhos da geração *baby-boomer*, que não só desfrutaram de um período de grande expansão económica e oportunidades educacionais, mas também de um avançado sistema de benefícios sociais. Raramente na história o contraste entre uma geração e a seguinte foi tão nítido.

As consequências económicas da atual crise atingem novamente sobretudo os mais jovens, tendo grandes dificuldades de acesso a um mercado de trabalho em contracção, encontrando obstáculos para conseguir a sua independência devido à existência de um mercado imobiliário especulativo, e fazendo face a um processo de desvalorização dos seus graus académicos. A deterioração das expectativas vitais pode ser um terreno fértil para movimentos de protesto e rejeição das instituições democráticas.

Por outro lado, a pandemia causou a ruína e o encerramento de empresas com menor capitalização e porte, afetando também muitos trabalhadores autónomos. Tendo em conta que as pequenas empresas e os trabalhadores autónomos são absolutamente dominantes no tecido produtivo da Euroregião, prevê-se um notável empobrecimento de uma parte importante das classes médias, por sua vez um dos segmentos populacionais mais implicados com as instituições democráticas. O que poderia ser expresso na desunião emocional entre cidadãos e instituições. Historicamente, esse foi o terreno fértil para as tendências políticas autoritárias ou populistas. Estamos diante de um risco que deve ser evitado na ação política das instituições.

Outros setores que estão a ser bastante afetados pela crise são o comércio e os serviços relacionados com o turismo e o lazer, todos eles intensivos em mão de obra, em muitos casos de baixa qualificação e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de reintegração. Muitas pessoas vivem na incerteza causada pela insegurança económica. Outras sofreram a doença pessoalmente ou no seu âmbito imediato. Os estudantes perderam meses, as famílias tiveram que improvisar soluções. Existem muitas tensões acumuladas que vão precisar ser racionalizadas e libertadas. A necessidade de novas soluções, de melhores serviços de proteção social, será tácita ou expressa, mas sem dúvida existirá.

Ainda não sabemos como se vai expressar o mal-estar acumulado. Após a crise de 2008, as tendências populistas espalharam-se por todos os continentes e em muitos países alcançaram a expressão eleitoral, também dentro da UE. Mas, acima de tudo, introduziram debates e novas prioridades na agenda política de todas as instituições. É previsível que nos próximos anos os problemas que agora apontamos sejam transferidos para o debate político e para a agenda do governo. A nova agenda, para além de manter os objetivos já comprometidos, deve incorporar as necessidades derivadas da crise. A Europa e os Estados nacionais irão fornecer a ajuda, mas a responsabilidade pela priorização, planificação e resposta irá corresponder a cada instituição. Também a obrigação de explicar e prestar contas.

DIGITALIZAÇÃO ACELERADA²

O confinamento acelerou a digitalização do trabalho, das empresas, da formação e do lazer, de uma forma até agora impensável. É uma tendência irreversível cujos efeitos já são visíveis. Por um lado, as relações de trabalho foram profundamente alteradas. Os conceitos tais como horário, disponibilidade, presença ou trabalho em equipe têm mudado para incorporar o teletrabalho, que não é apenas trabalho telemático em casa, mas uma forma diferente de organizar as empresas e enquadrar o pessoal. Para os trabalhadores atingidos, tem um impacto na vida doméstica, na conciliação e nos direitos dos trabalhadores.

A digitalização do trabalho também influencia o espaço ocupado pelas empresas, principalmente no setor dos serviços. A localização geográfica, a proximidade com os centros das cidades e outros serviços, perde a importância. A mobilidade para ter acesso aos empregos também é reduzida. Ambas as tendências afetam a política local. A libertação das superfícies em zonas urbanas de alta densidade pode afetar o mercado imobiliário, mas também cria oportunidades para abordar a diversificação da utilização do solo. Por outro lado, o impacto na circulação de veículos e na necessidade de lugares para o estacionamento favorecerá as ações no transporte público. Também tem efeitos negativos, por exemplo, a diminuição da atividade presencial afeta diretamente os serviços como restaurantes ou fornecedores.

Com uma planificação escassa, foi necessário abordar o e-learning em todos os níveis educacionais. O que já era habitual na formação especializada e de pós-graduação foi introduzido pelos sistemas educativos e universitários, com consequências na organização destas instituições, no tempo dos alunos, na prioridade das suas atividades e nos mecanismos de igualdade das oportunidades. O acesso a essa tecnologia está limitado pelas redes e terminais disponíveis, o que pode afetar negativamente aos setores com menores rendimentos ou que vivem em ambientes rurais com pior conectividade.

A lacuna digital entre os utilizadores com acesso e domínio da tecnologia e aqueles que, por motivos de localização ou de nível educativo deparam-se com maior dificuldade não é nova, mas a aceleração do processo aumenta a diferença e representa uma nova forma de exclusão social. É preciso considerar que assim como a implantação e popularização dos conteúdos interessa ao setor das telecomunicações, a lacuna digital é considerada um problema para os cidadãos ou instituições. Ou seja, onde há negócio a empresa está, e onde não há, as Administrações devem disponibilizar soluções.

2. "A transição digital é fundamental para reforçar a resiliência social e económica da UE e dos Estados-Membros, o seu potencial de crescimento sustentável e a criação de emprego". Op. cit., pág. 5.

As indústrias do lazer também estão a enfrentar a digitalização. Se já estava presente na indústria dos conteúdos audiovisuais ou musicais, agora mudou para as artes do espetáculo, onde ainda não existe um modelo de negócio que as torne viáveis. Por outro lado, uma área onde as autoridades locais contratam um grande volume de atividades na forma de concertos, funções teatrais, festas populares, etc. As autarquias locais serão decisivas na evolução deste sector, na qualidade de gestoras da maioria dos espaços.

Até os serviços públicos aumentaram a digitalização dos procedimentos e do relacionamento com os utilizadores. As Administrações Públicas estão a modificar os seus métodos de trabalho internos e estão a criar novos canais de comunicação com o cidadão, desde consultas médicas online a videoconferências de trabalho. No entanto, os dados disponíveis indicam que a tecnologia tem menos penetração do que no nível empresarial. É significativo que os cidadãos tenham-se adaptado facilmente às mudanças, incorporando massivamente, às suas vidas diárias, as utilidades e os serviços que funcionam em formato digital.

NOVOS HÁBITOS DE CONSUMO

O comércio está a viver a mudança nos hábitos de consumo impostos pela digitalização. As grandes distribuidoras que já tinham desenvolvido as vendas no canal *on-line* agora tentam integrá-lo com as lojas tradicionais num processo de concentração de pontos de venda e de eliminação de empregos. Com o efeito secundário de multiplicar a atividade das empresas de logística, produzindo um forte impacto na mobilidade. O confinamento mostrou que o comércio local deve e pode inovar para não desaparecer.

As grandes cadeias de distribuição impuseram marcas no consumo de alimentos, muitas vezes ignorando produtos locais e próximos. A estrutura de comercialização que desenvolvem, orientada para o volume de compras, fixa preços que podem prejudicar os produtores locais se não forem organizados. O consumidor ignora os motivos pelos quais o produto local que conhece não está na prateleira da loja. Uma decisão comercial exógena prejudica assim os produtores locais, pondo em causa a continuidade da produção agrícola, pecuária ou florestal local.

Em setores como o turismo, a hotelaria ou a restauração, a tendência dominante é a sustentabilidade do destino turístico, obrigando a políticas de criação de um novo modelo da oferta, melhorando a qualidade, minimizando a pegada ecológica dos visitantes, evitando problemas ambientais como o ruído ou a poluição, reforçando a cultura e tradições locais e individualizando o destino. A nova tendência favorece destinos menos movimentados embora os obrigue a melhorar a prestação de serviços e a cuidar de aspetos como o ambiente, a paisagem, a qualidade da oferta, o design, etc.

Por outro lado, e como consequência do confinamento, o acesso à informação por meio de todos os tipos de fontes cresceu dramaticamente. As pessoas buscam e compartilham fatos e opiniões sobre os mais diversos aspectos, desde consumo ou lazer até saúde ou política. Embora essa tendência também inclua a disseminação de todo tipo de falsidades ou intoxicações, em geral favorece o surgimento de cidadãos mais bem informados. As instituições têm o desafio de oferecer mais e melhores informações sobre os próprios serviços, sobre programas de ação, questões de interesse do cidadão, etc.

QUALIDADE DE VIDA

O confinamento forçou uma revisão das prioridades pessoais. Até o momento, houve uma queda no consumo, com exceção da alimentação e dos gastos com serviços telemáticos de lazer. Estes últimos têm crescido como resultado da maior utilização de todos os tipos de dispositivos e da multiplicação de aplicações para diversas atividades: entretenimento, desportos, consumo, etc. A ocupação de espaços públicos e áreas verdes tem aumentado notavelmente. O risco para a saúde representado por locais fechados e multidões tem levado um grande número de pessoas a se aproximarem da natureza ou simplesmente de parques urbanos. A preocupação com hábitos saudáveis coincide com a redescoberta da natureza e a preocupação com a sua conservação.

Durante o confinamento, as pessoas tomaram consciência da qualidade do espaço público e privado. Como consequência, há mudanças na demanda de habitação. Os moradores urbanos estão mais uma vez interessados no habitat rural ou suburbano, desde que haja conectividade e comunicações adequadas. É uma oportunidade para os territórios com menor demografia, desde que atuem em dois problemas: a conectividade e a oferta de serviços. É muito provável que a tendência continue no futuro, já que os especialistas alertam para novas pandemias. Mais uma vez, o teletrabalho reforça a tendência. Além disso, as limitações do espaço doméstico urbano têm levado a uma maior valorização do espaço público, ruas e praças como locais de encontro e socialização, o que implica avaliar aspectos como design, qualidade dos materiais, pressão de tráfego, segurança, ocupação do solo, etc.

PREOCUPAÇÃO PELA MUDANÇA CLIMÁTICA³

Nos últimos anos, a preocupação com os efeitos da mudança climática e a necessidade de proteger o planeta para as gerações futuras, além de se generalizar, encontrou eco único nos mais jovens. Como efeito combinado da educação, dos meios de comunicação social e do trabalho das organizações não governamentais, a sensibilidade crescente dos jovens está a ser transferida para outras faixas etárias, que a assumem como parte dos valores identificadores da nossa sociedade. Essa é uma tendência de grande valor para as políticas ambientais dos órgãos públicos, por fornecer apoio e, principalmente, legitimação.

3. “Transição verde”. Op. cit., pág. 7-9.

Esta preocupação deu origem, inclusive, a uma espécie de voluntariado para tarefas de recuperação do meio natural, que realiza ações de grande visibilidade e influência, caracterizadas pela ampla participação e atenção preferencial por parte dos meios de comunicação social. A participação de alunos ou famílias inteiras é uma ocorrência frequente.

A maior sensibilidade e abundância de informações estão levando a uma maior exigência de sustentabilidade em questões como qualidade do ar, controle de emissões poluentes derivadas do transporte ou da atividade industrial, tratamento de resíduos, etc., todos eles sob a responsabilidade dos governos locais. A preocupação ecológica já está presente em todas as estratégias dos governos nacionais e da UE.

A crescente importância das energias não poluentes não afeta apenas a indústria automóvel ou a indústria em geral, mas envolve também os serviços. Por exemplo, as autoridades locais realizam atividades que deixam uma pegada ecológica que pode ser minimizada ou transformada em aplicações limpas através do uso de energias renováveis, em áreas como tratamento de lixo, tratamento de águas residuais ou transporte público. Dada a participação empresarial nessas atividades, como concessionárias de serviços ou como gestoras, a cooperação público-privada será essencial.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A pandemia destacou a importância dos serviços públicos: saúde, segurança, transporte, abastecimento, etc. Os cidadãos constataram que nas piores condições as Administrações Públicas garantem o atendimento profissional e o acesso a todos os bens que fazem parte do nosso estilo de vida. De forma espontânea e massiva, os cidadãos manifestaram o seu apreço em muitas ocasiões e locais. A necessidade de uma Administração eficiente, atendida por profissionais qualificados e dotada dos recursos necessários, é hoje mais evidente do que nunca. Está provado que em situações críticas somente o aparelho de Estado nos seus diversos níveis está em condições de servir a todos, de atuar com equidade e de coordenar todos os tipos de recursos. Trata-se de um reforço da confiança pública em instituições de grande interesse estratégico.

Por outro lado, o conhecimento científico e o valor da opinião de especialistas têm sido valorizados perante a sociedade para definir políticas baseadas em factos. Uma tendência relevante para lidar com a abundância de notícias falsas e boatos que inundam as redes. Médicos, especialistas, cientistas têm se apresentado à opinião pública numa escala sem precedentes, para oferecer dados, hipóteses, propor soluções, introduzindo rigor e prudência no debate público. Enquanto as posições negativas ou não científicas se esconderam atrás da bandeira ou do discurso. O valor da opinião de especialistas como suporte para a decisão política alcançou um prestígio incontestável.

MUDANÇAS NA GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS

As tendências mencionadas devem estar presentes na formulação de políticas e na gestão dos serviços públicos locais. Formam, juntamente com os dados econômicos e sociais, o quadro que deve enquadrar a resposta institucional. As tendências orientam a resposta à demanda, mas também predizem a atitude do público em relação à avaliação da gestão pública. Incorporam valores simbólicos que influenciam o posicionamento pessoal do cidadão / eleitor. O gestor público não pode esquecê-los ou enfrentá-los sem perda grave de credibilidade, embora possa, dentro de certos limites, redirecioná-los para a sua própria agenda. Citaremos algumas áreas nas quais eles devem ser considerados.

MODELO DE CIDADE

Os limites administrativos dos municípios são ultrapassados pela ocupação do território. Eles foram projetados numa época de poucos intercâmbios e menor mobilidade. A deslocalização de centros de trabalho e áreas residenciais forma atualmente um espaço local mais amplo onde ocorrem as trocas econômicas e o acesso aos serviços públicos. Este espaço funciona como um hinterland ou plataforma territorial que gravita sobre o núcleo central de um município. A concepção de políticas locais não pode ignorar esta realidade funcional, que exige relações fluidas de cooperação com instituições vizinhas e, em certos casos, programas conjuntos.

Por outro lado, as instituições locais competem entre si para atrair investimentos e habitantes por meio de políticas locais: emprego, taxas, disponibilidade de solo, serviços, comunicações, oferta de habitação, espaços verdes, etc. Assim, a especialização, com base nos recursos próprios e nas capacidades detectadas, é uma estratégia básica de desenvolvimento.

A definição do modelo de cidade e de desenvolvimento local é um processo dinâmico, adaptável à evolução da sociedade. Embora existam diversos instrumentos metodológicos amplamente divulgados, é preciso não esquecer que nenhum documento pode dar conta da extraordinária vitalidade do fenômeno urbano, fruto das inúmeras interações entre pessoas, serviços, empresas, criadores, etc. Por isso, a definição do modelo é uma decisão essencialmente política, que inclui a identificação de objetivos de longo prazo, a sequência de ações fundamentais, a identificação dos principais atores e apoios externos, sejam financeiros, técnicos ou humanos. Um modelo que deve ser feito com um grau suficiente de envolvimento do cidadão para ter sucesso. As demais ferramentas, como Planos de Urbanismo, Planos Estratégicos, Planos Setoriais, etc., são meros instrumentos de apoio.

Estados, como Portugal ou Espanha, promovem uma Marca-País unificada, com o objetivo de melhorar a sua visibilidade internacional, favorecendo as exportações, atraindo o turismo e outros objetivos. Sem contrariar este objetivo, é possível, e de fato existem inúmeras experiências, desenvolver um marketing urbano que, além de individualizar uma cidade e a sua área de influência, reforce determinados setores impulsionadores da economia local.

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A pandemia revelou a maior vulnerabilidade dos bairros com maior densidade populacional e com áreas degradadas. Melhorar a sua habitabilidade, proporcionando-lhes mais espaços verdes e arborizados, equipamentos suficientes ou mobiliário urbano de boa qualidade deve ser uma ação prioritária. Fazê-lo em colaboração com as políticas de reabilitação do parque habitacional permite sinergias com o setor privado. É importante evitar a *gentrificação* que produz bairros marginais, por sua vez focos de problemas sociais. Também é necessário desenvolver programas de habitação protegida que facilitem o acesso a pessoas com recursos limitados, incluindo jovens e famílias em situação de privação. Paralelamente, é necessário o apoio de outras Administrações para a revitalização de centros históricos ou bairros degradados, através de planos de beneficiação e modernização da habitação, eficiência energética, promoção do comércio local e fornecimento de equipamentos.

Uma tendência urbanística atual é a policentricidade, através da disponibilização de facilidades em bairros distintos do centro tradicional, em torno dos quais se articula uma gama de serviços. Inclusive proporcionando a alguns bairros da cidade facilidades de primeira linha que invertem o padrão tradicional de deslocamento, valorizando o entorno envolvente.

Os modelos de eco-bairro desenvolvidos em diferentes países europeus propõem soluções replicáveis no nosso contexto. Iniciativas como colocar todos os serviços necessários para um bairro dentro de um raio de caminhada de 10-15 minutos contribuem para uma redução drástica do tráfego rodoviário, menos ruído e poluição do ar, além de favorecer a coesão urbana. Uma estratégia semelhante busca a definição de superquarteirões urbanos, áreas de 400 x 400 metros nas quais circulam apenas residentes, táxis e veículos de entrega com limites de velocidade de 10 km/h. Ou a criação de itinerários seguros para menores. Nesta mesma área, a Agenda Urbana aprovada pelo Eixo Atlântico oferece um amplo catálogo de linhas de ação.

A nova importância adquirida pelo espaço público torna necessário rever com critérios restritivos a ocupação do terreno, muitas vezes confusa senão caótica, em consequência dos diferentes organismos que atuam nas ruas: elementos de mobiliário urbano, sinalética, dosséis, postes de iluminação, quiosques, cabines, semáforos, suportes publicitários, etc., transformam a rua numa sucessão de obstáculos visuais e físicos, com estética muito diversa. Priorizar as pessoas implica simplificar, ordenar e submeter a um desenho unitário, sob o princípio de que os terrenos públicos, as ruas, as praças e os espaços verdes são um bem escasso, para a fruição das pessoas e não simplesmente o espaço que fica livre.

As mudanças nas tendências de consumo e em alguns serviços estão liberando espaço no andar térreo de muitos edifícios, abrindo a possibilidade de regular outros usos, inclusive residenciais. Ou favorecendo a implantação de espaços de coworking a serem compartilhados por profissionais ou trabalhadores autônomos. É preciso superar a ruptura entre o espaço urbano e o rural ou a natureza no seu sentido mais amplo, facilitando a transição mediante caminhos e estradas, zelando pela segurança e qualidade do ambiente. No caso de espaços com figuras legais de proteção ambiental, mais de uma centena na zona da Euroregião Galiza-Norte de Portugal, é necessário resolver a sua ligação com as zonas urbanas através de percursos e caminhos adequados para peões e ciclistas, facilitando o acesso em condições compatíveis com o seu nível de proteção.

MOBILIDADE: PARA A DESCARBONIZAÇÃO⁴

Durante o confinamento, os cidadãos descobriram novas cidades: sem ruído e sem poluição, com pouco trânsito, aptas para modalidades de mobilidade não poluentes. A tendência para a mobilidade sustentável encontrará agora uma atitude social ainda mais favorável. Desde a pedonalização de ruas e zonas, sejam comerciais ou residenciais, passando pela redução da velocidade máxima nas zonas urbanas, a redução do estacionamento de superfície e conseqüentemente o aumento do custo da utilização de veículos particulares ou a criação de vias para bicicletas e trotinetes elétricas, avenidas verdes, etc. Limitar a velocidade nas estradas principais a 50 km/h e em todas as estradas com faixa única em cada sentido a 30 km/h, além de reduzir a poluição, aumenta a segurança. Em estradas de plataforma única onde coexistem todos os tipos de usuários, a velocidade deve ser reduzida para 20 km/h.

A redução do tráfego pode facilitar a redução de vagas de estacionamento subterrâneo rotativas para aumentar aquelas para residentes, facilitando a eliminação de estacionamentos de superfície em áreas que seja interessante pedonalizar. Compete às autarquias locais promover a descarbonização dos transportes públicos, quer através da electrificação de frotas, sistemas híbridos ou GNVs. Ao mesmo tempo, o problema da micrologística deve ser abordado com as empresas envolvidas, dada a expansão do comércio eletrônico e a multiplicação dos veículos de distribuição, otimizando as rotas de entrega e pontos de recolha.

Ao mesmo tempo que a cidade é orientada para as pessoas e não para os veículos, será necessário melhorar o serviço de transporte público, em frequências, horários e linhas, sem esquecer as ligações com grandes serviços públicos como hospitais ou universidades ou com parques empresariais. e o desenvolvimento de parques de estacionamento dissuasivos, bem servidos por transportes públicos. Da mesma forma, a introdução de vias exclusivas para o transporte público permite-nos garantir horários e dar fluidez ao tráfego. Em grandes conurbações metropolitanas, soluções como o metropolitano ligeiro, amplamente desenvolvido na UE, combinam sustentabilidade e elevada capacidade de transporte.

4. "Investir na mobilidade sustentável também pode apoiar fortemente a recuperação" Op. cit. pág. 8.

INCREMENTO DA ATENÇÃO AOS GRUPOS DE RISCO

As consequências do confinamento e as restrições à mobilidade têm efeitos nocivos para as pessoas. Por um lado, dificultam o encontro com as principais redes de apoio pessoal constituídas pela família e pelas relações sociais. Por outro lado, enfrentam muitas pessoas com a solidão, uma fonte de ansiedade e insegurança pessoal.

A crise de saúde tem acentuado a vulnerabilidade de alguns grupos, levando a uma maior atuação dos governos locais neste campo, prejudicando a capacidade de resposta a situações de emergência e criando novas demandas. As Administrações Locais devem ter mais recursos e maior capacidade de coordenação com outros atores, como o setor privado, o Terceiro Setor ou as Administrações Estatais, para responder a determinadas demandas como a crescente solidão dos idosos ou as dificuldades de acesso a uma habitação digna.

Existem experiências locais de *friendly communities*, que procuram criar ambientes urbanos acolhedores para pessoas com determinados problemas, tais como a demência.

OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS

- a) Ambiente

Em todas as infraestruturas é possível aplicar uma política sustentável: iluminação com menor poluição luminosa, estacionamento dissuasivo, maior eficiência do abastecimento de água, recolha e tratamento de resíduos, limpeza, reutilização de águas residuais, etc. Em alguns casos reduzindo o impacto nos recursos naturais, noutros estabelecendo critérios de economia circular, utilizando fontes de energia renováveis, reduzindo as emissões de CO₂, antecipando a mudança climática. Uma política ambiental que deve ser desenvolvida através da cooperação das estruturas governamentais locais com os setores afetados e com os utentes.

No meio rural, os resíduos agro-florestais e pecuários representam um grave problema de poluição, pois atualmente não existe um circuito de reaproveitamento. É possível utilizar a biomassa para produzir energia e biogás, o que também contribui para a prevenção de incêndios florestais. Por outro lado, a manutenção de ecossistemas e espaços naturais protegidos deve ser remunerada através dos municípios rurais.

Nas áreas urbanas, é necessário promover sistemas de reutilização de bio-resíduos já testados, com o objetivo de cumprir os regulamentos de resíduos da UE. Além disso, a recuperação multimaterial de resíduos é necessária e para enfrentar o problema dos plásticos de uma forma singular.

- b) Administração digital⁵

A digitalização da produção e do consumo obriga a prestar especial atenção à implementação da fibra óptica e da tecnologia 5G, para evitar zonas de sombra, superar a lacuna digital entre utilizadores e garantir o serviço universal de internet com capacidade suficiente para fazer possível o teletrabalho. Nas zonas não já rurais, mas mesmo suburbanas, as empresas operadoras de telecomunicação ralentizam a implementação de redes de capacidade suficiente até ter uma massa crítica de assinantes. É necessária a intervenção do regulador público para garantir que o acesso universal à rede inclua características que permitam o teletrabalho e a utilização das aplicações habituais, garantindo velocidade e capacidade suficientes.

Abordar a lacuna digital é trabalho de todas as Administrações: no âmbito educativo, fornecendo equipamentos aos estudantes que precisarem, nas faixas de maior idade generalizando o acesso e a formação através das bibliotecas públicas e dos centros cívicos. Além disso, é recomendável promover a criação de plataformas digitais locais para o comércio de bens e serviços.

As instituições locais deverão melhorar a eficiência dos seus próprios serviços e aumentar a digitalização da sua atividade. Las inúmeras experiências de *Smart City* implementadas durante os últimos anos em muitas cidades oferecem todo o tipo de soluções para os serviços locais. Entretanto, nas instituições locais constata-se uma menor penetração dos serviços de tecnologia mais avançada em comparação com a empresa privada. Referimo-nos a serviços como *big-data*, *machine learning*, 3D, inteligência artificial, serviços na nuvem, robótica, internet das coisas ou *blockchain*, todos os quais estão atualmente em fase de expansão na empresa privada. São ferramentas que, independentemente dos custos de implementação, melhoram notavelmente a capacidade de gestão, além de fornecer informações valiosas. Os serviços de *big-data* são o melhor exemplo, considerando o enorme volume de dados armazenados pelas instituições locais, relativos às pessoas, ao território e aos serviços e infraestruturas.

- c) Cultura

A prática cultural e o consumo de bens culturais são fortemente afetados pelas lotações reduzidas e pela distância imposta pela pandemia. Além de um compromisso efetivo com a segurança da prática cultural em qualquer uma das suas manifestações, bibliotecas, museus e salas de exposição, salas de espetáculos, etc., é necessário projetar em colaboração com o setor linhas de apoio específicas que incluam produtores, criadores e distribuidores. Por exemplo, criando um Fundo para projetos inovadores que associem arte e tecnologia, ou a aplicação de tecnologia ao património cultural.

5. Op. cit. p. 13-14.

Note-se neste ponto que a Euroregião tem uma tarefa pendente, que é a comunicação e visibilidade externa da enorme atividade cultural que se desenvolve no seu território, bem como da importância dos diversos festivais. Da mesma forma, a riqueza e variedade do património monumental e do património natural precisam de maior projeção. São realizações que individualizam um território, constituindo também uma fonte de atrativo turístico e de criação de marcas. O Eixo Atlântico poderia assumir esta tarefa de forma sistemática através dos acordos apropriados. Poderia ainda promover uma Rede de Teatros da Euroregião e uma Rede de Centros de Arte afins, como instrumentos de intercâmbio e projeção externa, espetáculos de fácil autogestão.

- d) Inovação

As cidades de maior tamanho e influência metropolitana da Euroregião estão em condições de fazer face a projetos inovadores, tais como a criação de Fóruns onde se encontrem municípios, empresas, Universidades e Centros Tecnológicos, para dinamizar a economia, criar sinergias entre os participantes, promover uma cultura tecnológica, promover a cidade inteligente, etc.

Mesmo em pequena escala, é possível se adaptar e aprender com as inovações que muitas cidades rotularam de *City-lab*, mesmo que o conceito tenha origem empresarial. São normalmente projetos limitados e experimentais nos quais participam instituições e empresas em áreas como energia, mobilidade, resíduos e outras.

COMPROMISSO COM A ECONOMIA LOCAL

Em algumas cidades existe um espaço geoeconómico, baseado em recursos naturais, biodiversidade ou outros recursos endógenos que sustentam um modo de vida. Valorizá-lo através de cadeias curtas de produção e consumo é uma forma de individualizar um território.

O comércio é um dos setores mais diretamente vinculados ao fenómeno urbano, como é o caso da cultura. Ambos são decisivos para a vitalidade dos bairros e impulsores de outras atividades. A revitalização do comércio local é fundamental para fazer uma cidade. Apoiar os operadores locais na criação do seu próprio canal de distribuição, na promoção da inovação e design, estratégias que acrescentam valor, marketing específico, etc. Promover associações para obter economias de escala. Existem experiências interessantes de criação de plataformas cooperativas entre empresas e vizinhos para criar formas de distribuição de proximidade sustentável.

Qualquer política local deve levar em consideração aqueles que pagam impostos no território, protegendo-os contra a eliminação da concorrência que pode ser causada pelas práticas comerciais agressivas de operadoras maiores e com melhores economias de escala. É competência local promover a consciência social a seu favor, adotar medidas que facilitem não só o acesso, mas também a experiência, vinculá-los à revitalização do espaço público atrás referida, sem esquecer as políticas de promoção através das ajudas públicas. E apoiar o consumo do produto local (aqui no sentido territorial mais amplo) quando for o caso, como forma de fortalecer a população que o produz e as riquezas que gera no seu entorno imediato.

FACILIDADES PARA A ATIVIDADE ECONÓMICA

As reclamações das empresas sobre o ritmo da burocracia e a sua capacidade de resposta ainda são válidas. A multiplicidade de organizações que intervêm em muitos pedidos de constituição de empresas alonga prazos, aumenta custos e por vezes provoca perda de oportunidades de negócio. As fórmulas de balcão único normalmente não funcionam, pois não há responsabilidade pessoal do outro lado do guichet. Não se trata apenas de unificar o canal de relacionamento com a Administração, mas de torná-lo mais ágil, para o que são necessárias novas fórmulas. Por exemplo, a criação de verdadeiros Escritórios da Empresa, onde gestores especializados assumem todos os procedimentos da Administração local, o que por sua vez exige procedimentos internos que garantam a sua presença em todas as fases e trâmites.

É necessário simplificar procedimentos de todos os tipos, agilizar a concessão de licenças e autorizações bem como valorizar a enorme massa de dados de que dispõem as Administrações Públicas, para evitar a repetição de documentos e procedimentos já apresentados anteriormente. Paralelamente, é possível estender a figura da Declaração de Responsabilidade a outras atividades, o que transfere a responsabilidade da licença para o requerente, permitindo-lhe agir de imediato, sem prejuízo do controlo ex post.

A NOVA GOVERNAÇÃO LOCAL

Se as mudanças sociais exigem novas respostas de gestão, ainda mais requerem novas abordagens para a ação governamental em diferentes níveis: comunicação com os cidadãos, coordenação com outras entidades e instituições, gestão de serviços públicos, definição de objetivos estratégicos. De uma forma geral, é aconselhável evitar a criação de novos órgãos, que implicam processos lentos de aprovação, disponibilização de recursos e infraestrutura e entrada em funcionamento, frequentemente acompanhados de erosão do debate político. As tendências atuais defendem a simplificação das estruturas administrativas, maior eficiência e flexibilidade das organizações.

LIDERANÇA REFORÇADA

A crise sanitária fortaleceu os líderes. É o efeito bandeira: em situações críticas, as pessoas tendem a seguir quem segura a bandeira, quem aponta o caminho. Os Autarcas e Presidentes de Câmaras Municipais, que tradicionalmente gozavam de maior reconhecimento do que outros líderes políticos, adquiriram uma legitimidade acrescida após a sua presença constante durante os meses difíceis que vivemos. Por outro lado, a incerteza que preside o atual momento internacional exige uma liderança forte.

Paradoxalmente, a liderança fortalecida se opõe à fragilidade financeira das instituições locais, cuja tributação é fraca e sua competência regulatória mínima. É na proximidade aos cidadãos e não nos poderes administrativos que reside a capacidade de impulso do líder local.

O líder persuade, convence, seduz, não impõe ou só o faz como último recurso. É a aceitação pelos outros que gera o consenso máximo que o líder deve buscar. Não se trata de evitar ou reduzir o conflito político, mas sim de mantê-lo na esfera das instituições representativas, onde o governo e a oposição desempenham papéis igualmente essenciais.

Porém, na direção da comunidade, o vereador deve buscar uma maioria de adeptos, o que exige considerar as emoções e os sentimentos, o valor dos símbolos. Nas democracias modernas, a legitimidade do governante se baseia mais na confiança que ele inspira do que nos resultados da gestão. Conquistar e manter a confiança requer habilidades políticas, o que torna o líder insubstituível nessa função, ao mesmo tempo que exige coerência pessoal entre compromissos e conquistas, entre modelo e resultado. A conversa pública não se dá apenas nas redes sociais, indiscriminadas e pouco confiáveis, mas em fóruns onde são discutidos os problemas dos cidadãos, por meio da criação dos canais adequados.

Diante do risco de desconexão emocional entre cidadãos e instituições, apontado acima, as lideranças locais devem estabelecer metas simbólico-afetivas em que os cidadãos se reconheçam, identificar-se com valores que sintam como seus, estabelecendo uma relação que valorize a importância de cada cidadão. A cidade é proposta como um projeto coletivo em que se refletem os desejos e demandas de pessoas, empresas e entidades de todos os tipos.

Embora na linguagem eleitoral as grandes reformas estejam mais presentes do que as pequenas mudanças, a experiência comparativa de diferentes países aponta para uma maior eficácia de políticas graduais, de pequenos passos, em comparação com projetos muito ambiciosos. A razão é simples: aquelas suscitam menos resistência, geram maior consenso e evitam a erosão de uma oposição tenaz. Pelo mesmo motivo, os projetos inclusivos, que beneficiam todos os tipos de cidadãos, conseguem maior apoio e reduzem o conflito político. As sociedades europeias que exibem simultaneamente elevada eficiência e justiça procedem desta forma há muitos anos.

NOVOS MODOS DE RELACIONAMENTO COM OS CIDADÃOS

Durante a crise, os cidadãos aceitaram as restrições à liberdade e à mobilidade, confiando nas suas Administrações, legitimando de facto as difíceis decisões que tiveram de ser tomadas. Nesta base de confiança e legitimidade, as Administrações devem agora tratar os cidadãos. Se estes atuaram com civilidade, responsabilidade e solidariedade, a relação com as instituições não pode ser burocrática e distante, mas direta e comprometida. Isso dá aos dirigentes eleitos a possibilidade de desenvolver políticas que incorporem a dimensão emocional, pelo menos em dois níveis: a promoção das citadas virtudes cívicas e o desenvolvimento de novas formas de participação, mais exigentes do que as redes sociais.

Um aspecto fundamental das administrações mais modernas é a cultura da *accountability* ou responsabilidade sistemática de todas as instituições, incluindo a transparência de dados, a avaliação de programas e investimentos, a justificação de nomeações, a explicação de decisões, etc. São ações que reforçam a confiança cívica nas instituições, tornando-as inclusivas e gerando consensos.

GOVERNAÇÃO INTERNA

Uma ambiciosa agenda local exige uma organização administrativa avançada, baseada em princípios de governação interna. Delimitar as esferas política e de gestão, com base na ética, através de um Sistema de Integridade Organizacional, capaz de valorizar o talento dos seus colaboradores, promovendo soluções eficientes e antecipando problemas. Que estimule a participação cidadã e a consulta quando for o caso, que tenha Planos Estratégicos para as principais atividades, que promova normas e regulamentos atualizados, que seja transparente.

Em relação à organização, é necessário aproveitar ao máximo o capital humano disponível na Administração. Dar aos gerentes de programas a liberdade de serem criativos, o que reforçará a liderança política dos membros do conselho. Criar, quando for necessário, estruturas ágeis para projetos estratégicos. Geralmente evita procedimentos burocráticos no relacionamento com as pessoas .

As autoridades locais enfrentam agora uma população massivamente familiarizada com as tecnologias da comunicação desde tenra idade, pelo menos com o elemento mais simples e mais utilizado: o telemóvel. A comunicação com os cidadãos pode ser constante, geral ou setorial, para informar, formar ou sensibilizar, estabelecer canais de participação, colaborar com entidades do Terceiro Setor em campanhas de interesse geral, prestar contas, acompanhar e atender as pessoas que moram sozinhas, etc. A profunda mudança nas formas de relacionamento com os usuários, implementada por todos os tipos de empresas de serviços durante a última década, chega agora inexoravelmente à Administração.

As instituições locais avançadas são obrigadas a prever cenários futuros, a planejar suas ações com bastante antecedência. É isso que diferencia uma Administração tecnicada com objetivos bem fundamentados e painéis para avaliá-los de uma Administração com objetivos intuitivos. Para planejar e fazer previsões, é necessário dispor de dados e indicadores sobre os principais aspectos da atividade econômica e social e também sobre as demandas dos cidadãos. Nem sempre é fácil tê-los, pois os órgãos estatais de estatística costumam usar escalas diferentes da local. Mesmo com essas limitações, a coleta de dados significativos e sua análise sistemática devem ser tentadas como base para decisões políticas informadas. A referida função pode ser realizada em associação entre várias entidades vizinhas.

A posse de dados permite promover procedimentos participativos em projetos futuros, envolvendo diferentes entidades num processo de formação de opinião prévia à tomada de decisões. Da mesma forma, dados e indicadores ajudam na avaliação de projetos de investimento. Além de facilitar a comparação e, portanto, a competição, com outras entidades locais do Estado ou de outros países.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Os dirigentes devem agregar às suas funções de gestão a mobilização de recursos públicos e privados, envolvendo as diferentes Administrações e os setores afetados. O Alcalde ou Presidente da Câmara Municipal será não só o líder local, mas também o líder dos projetos que definem o futuro da sua comunidade.

Por outro lado, a atividade filantrópica de muitas empresas privadas ganhou uma nova dimensão. Seja por motivos de marca, pelo desejo de ser útil ou de estreitar o vínculo com seus clientes, durante a pandemia fizeram doações, financiaram programas, produziram materiais ou colaboraram na logística de fornecimento de produtos sanitários. Uma atitude que transcendeu em muito a tradicional RSC (Responsabilidade Social Corporativa). Um vasto campo se abre para aproximar essa atividade altruísta da atividade pública, voltada para a melhor satisfação das necessidades sociais de todos os tipos. Da mesma forma, procede uma aproximação das instituições ao Terceiro Setor (associações sem fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações privadas) que mais uma vez demonstraram o seu compromisso social.

MAIOR RELEVANCIA DO NÍVEL SUPRALOCAL E DO TRABALHO NA REDE

Como acontece nas grandes organizações privadas, o futuro das instituições não é criar novas estruturas e regras de funcionamento, mas desinstitucionalizar respostas em muitos casos, facilitando o trabalho em redes de cidades ou entidades que compartilham os mesmos objetivos, sejam elas setoriais ou transversais.

Muitas redes são orientadas para a execução de projetos de investimento ou gestão. Outras são orientadas para *benchmarking*, analisando as melhores práticas municipais, algumas tendem a criar *lobby*. As instituições locais devem participar, de forma singular ou associada, em todos aqueles que melhorem o seu posicionamento e visibilidade. Na gestão de serviços supralocais, é aconselhável a gestão em rede ou através de equipas criadas ad hoc e não através de novas entidades administrativas, salvo que o volume da ação ou a legislação o exijam. Atualmente, muitos dirigentes e diretores de administrações locais acumulam as habilidades de gestão e comunicação para projetos transversais adquiridas através de parcerias impostas pelos programas europeus.

EIXO ATLÂNTICO, PARADIGMA DO DEBATE POLÍTICO E DA COOPERAÇÃO NA GESTÃO

As 37 instituições locais agrupadas no Eixo Atlântico e distribuídas nas duas margens do rio Minho, estão divididas em dois países, mas mantêm muitas semelhanças: dimensão média, ocupação extensa do território, rápida urbanização e sobretudo uma longa tradição de cooperação de olho na Europa. Os antecedentes da organização se refletem num extenso acervo de documentos que dão conta tanto da intensidade dos debates quanto da oportunidade das propostas.

No desenvolvimento da Euroregião Galiza-Norte de Portugal, o Eixo Atlântico continua a ser o interlocutor privilegiado, embora não tenha poderes executivos. Será necessário continuar transferindo demandas, reflexões e documentos aos governos nacionais para compensar o tempo perdido em relação a outros projetos semelhantes mais avançados. No caso da macrorregião RESOE, resta praticamente tudo por fazer, embora devamos considerar que a orientação adotada, burocrática e vazia de conteúdo, não nos oferece muitas esperanças.

▶ **A MAIOR CRISE DAS ATUAIS GERAÇÕES PODERÁ SER UMA OPORTUNIDADE PARA A EURO-REGIÃO GALIZA – NORTE DE PORTUGAL**

José Santos Soeiro

Em abril do corrente ano fui convidado pelo Secretário Geral do Eixo Atlântico a prestar um pequeno apoio na configuração de uma reunião de presidentes dos 37 municípios seus associados, visando debater as consequências da crise social e económica resultantes do Covid-19.

Nessa oportunidade, ao refletir sobre a capacidade de as instituições europeias encontrarem uma resposta comum para uma crise que, não estando ainda ultrapassada, não se percebe ainda até onde poderá ir em toda a sua dimensão, prevalecia o ceticismo. Esta poderia mesmo ser a última hipótese que os cidadãos europeus davam às suas instituições comuns para afirmarem a sua utilidade e para os levarem a acreditar numa cidadania europeia.

Desta vez, o Conselho Europeu foi capaz de trabalhar um roteiro comum para a recuperação, no qual se estabelecem alguns princípios importantes, como a solidariedade, a coesão e a convergência, definindo grandes domínios de ação: um mercado único plenamente operacional, um esforço de investimento sem precedentes, uma ação a nível mundial e um sistema de governação operacional. Reconheceu também ser da máxima importância aumentar a autonomia estratégica da União e produzir bens essenciais na Europa.

A resposta sem precedentes traduziu-se em decisões que atingem os 750 mil milhões de euros para a recuperação da Europa e os 1.074 mil milhões de euros para o próximo quadro financeiro plurianual.

Desta vez e nesta crise, comum a todos os Estados-Membros, o Conselho Europeu foi afinal capaz de decidir com oportunidade e dimensão, numa base de solidariedade a que já nos vínhamos desabituardo.

Estamos perante uma crise nova e avassaladora que, não estando ainda ultrapassada, não se percebe ainda até onde poderá ir em toda a sua dimensão Sabemos que esta crise começou por se perspetivar como uma crise de saúde pública mas o medo gerou uma crise de valores, de modos de vida e de hábitos sociais, que gerou uma profunda crise social com efeitos avassaladores e está a gerar o que já se configura como a grande crise económica vivida pelas atuais gerações.

Esta crise trouxe-nos uma outra e nova frente de preocupação no plano político. A democracia deslizou para os limites da sua base conceptual por força das medidas de controlo intrusivo da privacidade, das restrições à livre circulação e do limitado funcionamento das instituições. Pela primeira vez, o combate a um surto epidémico suscita discussão sobre a constitucionalidade e legitimidade democrática de várias das medidas que os governos têm vindo a adotar.

É neste contexto envolvente que me proponho formular algumas breves reflexões sobre os enormes desafios que a presente conjuntura de crise coloca aos presidentes dos municípios associados do Eixo Atlântico. Mas que creio serem desafios que representam também grandes oportunidades para a Euro-região Galiza e do Norte de Portugal.

PROMOVER A EURO-REGIÃO GALIZA – NORTE DE PORTUGAL COMO A EURO-REGIÃO DA INOVAÇÃO? COM BASE NUM SISTEMA URBANO INOVADOR?

No final desta crise não voltaremos ao ponto de partida. O contexto futuro será seguramente muito diferente. A Euro-região deve acompanhar e ser protagonista da evolução, sob risco de o seu território ficar mais periférico e marginal.

O modelo de desenvolvimento económico que prevaleceu nas últimas décadas favoreceu a concentração das populações em grandes metrópoles e em áreas progressivamente reduzidas, nas quais também se concentrou o apelo dos empregos mais qualificados. Esta excessiva concentração não foi a causa primeira do surto epidémico mas foi seguramente a causa primeira para a dimensão pandémica que já atingiu.

Esta crise acabou com a tese de um modelo de desenvolvimento assente na concentração em grandes metrópoles das populações e atividades, vista como condição essencial para enfrentar a concorrência planetária.

As cidades e as vilas são um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social; facilitam o surgimento de novas iniciativas empresariais; asseguram equipamentos e serviços; sustentam atividades lúdicas e culturais; facilitam o intercâmbio de informação; garantem economias de aglomeração e dimensão crítica. A superação do problema demográfico depende, em grande medida, da capacidade dos seus centros urbanos para potenciar recursos e oportunidades, gerar iniciativas e atividades, atrair e fixar população.

A Política Urbana assume-se hoje como uma das principais respostas da Política de Coesão ao desenvolvimento harmonioso dos territórios europeus. Não pode todavia ser perspetivada como uma política orientada apenas para as grandes metrópoles e áreas metropolitanas.

O estímulo ao sistema urbano deve assentar na criação de uma rede coesa e articulada de cidades pequenas e intermédias que, apesar de marginais relativamente às principais áreas metropolitanas, constitui a malha vital que confere resiliência e dinâmica económica e social aos territórios.

Nos últimos anos acentuaram-se tendências que certamente se vão manter: a luta contra as alterações climáticas, a aposta na sustentabilidade e nas energias limpas. Vai acentuar-se a importância da saúde pública, impondo-se as cidades mais saudáveis e amigas do ambiente. A segurança vai ganhar certamente peso acrescido nas cidades ainda que com um conceito mais alargado, não limitado a delinquência, criminalidade e insegurança, mas agora largado aos temas da saúde, da alimentação e da cibersegurança.

Entretanto, o teletrabalho veio para ficar, abrindo novas oportunidades de deslocalização de pessoas e empresas das grandes cidades e das áreas metropolitanas para os territórios menos populosos.

Os municípios são chamados a transmitir ação à sociedade, a influenciar as opções e as decisões. Os municípios são diariamente chamados a intervir de forma decisiva na frente da saúde pública e na frente do combate aos custos da crise social e económica. Não se podem deixar cair as cidades. Importa recuperar os serviços públicos. Devemos tornar as cidades atrativas para o investimento.

O sistema urbano da Euro-região, constituído por uma rede de cidades de pequena e média dimensão, representa a matriz estruturante de todo o seu território e constitui claramente a sua principal vantagem competitiva. O Eixo Atlântico tem sabido dar-lhe espaço de afirmação e visibilidade através do desenvolvimento pioneiro de uma agenda urbana transfronteiriça e do respetivo plano de ação.

A evolução lógica do muito trabalho já realizado neste domínio poderá ser agora a criação de uma intervenção territorial integrada no plano transfronteiriço que favoreça a mobilização dos recursos financeiros que viabilizem uma efetiva promoção e gestão do sistema urbano transfronteiriço como uma unidade funcional. Um sistema urbano que estimule a evolução das suas cidades como *smart cities*.

PRIMEIRO AS PESSOAS PARA SAIRMOS DA CRISE

Estatisticamente, no ano de 2020 deverá ter nascido o primeiro humano cuja esperança de vida poderá vir a ser dupla da média atual. Terá nascido no ano em que as mortes causadas pelo covid-19 se concentram esmagadoramente no estrato etário de mais de 65 anos.

O que inicialmente se supunha vir a ser uma crise de saúde pública evoluiu rapidamente para uma crise de valores, de causas, de modos de vida e de hábitos sociais, que por sua vez evoluiu para uma profunda crise social com efeitos avassaladores na economia.

O medo passou a estar presente nas rotinas das nossas cidades. Acentuaram-se as desigualdades sociais e económicas. Foi criado o caldo de cultural ideal para o desenvolvimento dos populismos. Estamos perante uma pandemia que é claramente assimétrica nas suas consequências sociais e económicas.

Há hoje uma mais generalizada perceção sobre também o problema demográfico do envelhecimento da população e a insuficiência e fragilidade das estruturas sociais de apoio aos idosos. O próprio modelo de social de apoio à fase terminal das nossas vidas vai ter que ser repensado, incluindo na vertente da sua sustentabilidade financeira.

Para que um novo modelo se assuma como humano deve ter em conta as realidades locais e ser estudado e concebido localmente. Para que não venha a ser meramente assistencialista, deveremos provavelmente apostar no empreendedorismo para, por essa via, encontrar novas soluções e novos modelos.

Os apoios sociais e as medidas de apoio à manutenção do emprego devem valorizar o tecido de pequenas e médias empresas locais e regionais, dos pequenos empresários em nome individual, dos empreendedores e dos trabalhadores autónomos e não ser instrumentos de apoio às estratégias das grandes empresas. Devem também estimular o empreendedorismo e evitar o assalariamento dos pequenos empresários que conjunturalmente necessitaram de apoio para sobreviver.

DEFENDER UM DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO ATRAVÉS DE CLUSTERS ECONÓMICOS À ESCALA DA EURO-REGIÃO?

O desenvolvimento económico terá de se apoiar nos mercados externos, o que implica uma capacidade redobrada para produzir e, sobretudo, vender produtos e serviços transacionáveis e exportáveis de maior valor acrescentado.

O relançamento da economia deve incluir uma estratégia de reindustrialização, acompanhada por uma realocação empresarial no interior, oportunidade para os territórios do interior captarem empresas e atividades que valorizem os seus recursos e ativos, promovendo a criação de novas unidades de produção menores, mas mais flexíveis, que incorporem os conceitos de economia circular, da fábrica do futuro, da automação, da fabricação aditiva etc. E que contribuam para o necessário esforço de descentralização dos sistemas produtivos e para a reindustrialização da União Europeia.

O desenvolvimento de clusters económicos à escala da Euro-região vai exigir a capacidade reforçada dos autarcas para captarem investimentos para o território. Vai exigir políticas públicas coerentes para o conjunto do território, que se articulem e se complementem. Que não concorram entre si nem disputem os mesmos objetivos com prejuízo para os dois.

SERÁ CERTAMENTE NECESSÁRIO PROMOVER UM INTENSO MARKETING TERRITORIAL ASSENTE NO VALOR DO SISTEMA URBANO DA EURO-REGIÃO, NA INOVAÇÃO E NO EMPREENDEDORISMO, NA QUALIDADE DE VIDA E NA PROMOÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS

A resposta à conjuntura de emergência social e de crise económica deverá ser inovadora porque os instrumentos clássicos de apoio à manutenção dos postos de trabalho muito provavelmente não serão já suficientemente eficazes.

O tecido económico de micro e pequenas empresas está praticamente parado e só uma parte provavelmente reiniciará atividade. Queremos apostar no subsídio de desemprego ou na salvaguarda do tecido de micro e PME que caracterizam a Euro região? Apoiamos o empreendedorismo ou o assalariamento dos pequenos empresários que não resistiram à crise? Preferimos canalizar recursos para as instituições financeiras ou ajudar as cidades a retomarem rapidamente a sua dinâmica de vida? .

Deveremos repensar o turismo. O modelo assente em grandes e crescentes fluxos de pessoas provavelmente já não regressa. Deveremos impulsionar um turismo mais amigo do ambiente, que aposte nos valores culturais, patrimoniais e naturais da Euro-região. Que motive os turistas a percorrer e a viver a Euro-região no seu todo, atraídos pela sua identidade. Que ofereça unidades hoteleiras e alojamentos mais pequenos e com maior proximidade.

O VASTO E RICO PATRIMÓNIO DOS PRODUCTOS ENDÓGENOS DA EURO-REGIÃO SÃO UM POTENCIAL ECONÓMICO A VALORIZAR E AO MESMO TEMPO A EXPRESSÃO CULTURAL DAS SUAS TRADIÇÕES, AGORA COM UMA NOVA DIMENSÃO MODERNA E COMPETITIVA

O Pacto Ecológico Europeu e a estratégia promovida pela Comissão Europeia “*do prado ao prato*” podem representar uma grande oportunidade para a Euro-região, já que valorizam as dimensões da autonomia e da proximidade, através da criação de redes contratuais favoráveis a uma partilha mais equilibrada do valor e da inovação entre produtores e consumidores, estimulando canais de *marketing* local e circuitos de comercialização mais curtos e próximos.

Já perdeu sentido o modelo agroalimentar assente na artificialização dos espaços rurais. Será mais adequado um sistema alimentar territorializado, não para um regresso nostálgico à organização dos sistemas alimentares das economias rurais do início do século XX, mas para uma transformação do atual modelo de produção, através da diversificação, redução do uso de pesticidas com recurso à agroecologia e à bioeconomia circular e um consumo orientado para uma dieta variada.

A estratégia de desenvolvimento regional deve estimular um maior compromisso da economia com o território. Isto significa aumentar o peso das empresas e atividades locais na formação do valor final do produto local, conquistar espaço nas fileiras produtivas, transformando recursos e oportunidades em negócios, valorizando os conhecimentos e o saber-fazer tradicional e desenvolvendo novas competências e atividades.

O desafio será colocar saberes e experiências acumuladas ao serviço da competitividade territorial, combinando as competências locais com a capacidade empresarial de organizar os meios de produção para valorizar recursos endógenos e conquistar novos mercados.

O INVESTIMENTO NO 5G E A ADEQUADA COBERTURA DIGITAL DE TODO O TERRITÓRIO PODERÃO CONSTITUIR PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A EURO-REGIÃO

As pessoas, as famílias e as empresas foram obrigadas a incorporar e a dotar-se de capacidade de mobilidade através da tecnologia. Agora é indispensável, para ser possível continuar com as atividades a partir de casa, manter as relações comerciais, para aceder aos serviços públicos e privados, e mesmo para manter as relações sociais.

A digitalização já estava inscrita na agenda urbana, o confinamento apenas acelerou a dinâmica deste processo. O teletrabalho ganhou um impulso completamente inimaginável apenas há algumas semanas atrás. Esta mudança abre novas perspetivas para os territórios periféricos numa economia do conhecimento, fortemente terciária e digitalizada.

As tecnologias digitais, especialmente a inteligência artificial, estão a transformar o mundo a uma velocidade sem precedentes. Estas tecnologias mudaram os nossos modos de comunicar, de viver e de trabalhar. Elas mudaram as nossas sociedades e as nossas economias. A Internet das Coisas está a conectar-nos de novas formas. Depois do conhecimento e das pessoas, são agora os dispositivos físicos e os sensores que se conectam.

PODERÁ A EURO-REGIÃO GALIZA — NORTE DE PORTUGAL ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA MACRORREGIONAL EUROPEIA PARA O ATLANTICO, QUE NÃO SE LIMITE A UMA ESTRATÉGIA MARÍTIMA MAS QUE PROMOVA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA TODO O TERRITÓRIO ENVOLVIDO?

A Galiza e o Norte de Portugal são indissociáveis do mar e da economia do mar. A cultura do mar, a maritimidade, não se limita à faixa costeira, está presente um pouco por todo o território da Euro-região. Nas tradições culturais da Euro-região não se encontra o sítio onde a terra acaba e o mar começa, porque este não acaba na linha de costa.

A economia do mar está no centro da visão estratégica da Euro-região. As rotas marítimas, a logística dos portos, os corredores ferroviários que interliguem os portos com a Europa além Pirenéus, a logística dos transportes de mercadorias, a logística dos portos secos e a sua melhor localização nos territórios do interior, representam a infraestrutura do tecido económico da Euro-região. Além da atividade económica associada à pesca, que se exige sustentável.

Portugal possui a maior zona económica exclusiva marítima da UE. Espanha, com destaque para a Galiza, possui uma forte economia do mar. A oportunidade estar na criação de uma nova estratégia macrorregional europeia para a area do Atlantico, que inclua a existente Estratégia Marítima e integre as regiões do chamado Arco Atlântico e os Açores, Madeira e Canárias. O desafio será a Euro-região liderar esta nova dinâmica.

A EURO-REGIÃO GALIZA — NORTE DE PORTUGAL ESTÁ COLOCADA PERANTE ENORMES DESAFIOS QUE LHE EXIGEM SER CAPAZ DE DEFINIR UMA VISÃO ESTRATÉGICA COMUM E POLÍTICAS PÚBLICAS COERENTES E ARTICULADAS

Esta crise evidencia uma tensão entre o físico e o digital, entre o local, o nacional e o supranacional. A saída desta crise exige dimensão nas respostas e velocidade no processo de decisão. As instituições europeias souberam dar uma resposta com uma escala nunca atingida e uma grande oportunidade de decisão. Falta agora definir a direção e o sentido para a saída da crise.

Os municípios associados do Eixo Atlântico devem querer dar um contributo compatível com a qualidade e o nível das decisões do Conselho Europeu. Creio que não se deverão limitar a reivindicar mais fundos para os seus territórios.

Têm capacidade e legitimidade para reivindicar uma voz interveniente e autónoma na escolha das opções de Espanha e de Portugal, colocando o foco na necessidade de definição de novas políticas públicas que sejam perspectivadas para o território da Euro-região como um todo funcional. Defender uma mesma visão estratégica comum para todo o território da Galiza e do Norte de Portugal que emane da sua iniciativa e não através das opções dos governos centrais.

Os municípios têm vindo a ser chamados sistematicamente para novas responsabilidades e novas respostas aos anseios, insegurança e expectativas dos cidadãos, que vão muito além das suas áreas de intervenção tradicionais. Este novo quadro alargado de exigências resulta do capital de confiança que os cidadãos neles deposita.

A vaga de populismo tem acompanhado em crescendo os surtos epidémicos. Porque o populismo se alimenta da insegurança dos cidadãos e das desigualdades crescentes. Por muito grande que seja a crise, devemos combater a insegurança e as desigualdades. Para este combate a administração local encontra-se especialmente bem posicionada, pela sua proximidade, pela escala das suas respostas e porque os municípios têm correspondido à confiança dos cidadãos.

Por isso os municípios associados do Eixo Atlântico podem exigir a cooperação entre cidades, a cooperação entre os vários níveis da administração pública, o nacional, o regional e o local e defender a cooperação com as empresas. As novas políticas públicas permitam sair bem da crise só poderão ser definidas nesta base de cooperação e governação multinível para serem eficazes.

Por isso, devem participar, ativamente e desde início, na definição das políticas públicas e dos instrumentos financeiros para a sua concretização.

SEM UMA VISÃO DO TERRITÓRIO, CORRE-SE O RISCO DE AS NOVAS MEDIDAS PARA A RECUPERAÇÃO DOS EFEITOS DA CRISE ACENTUAREM AS ASSIMETRIAS REGIONAIS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS. OS NOVOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DEVEM INCORPORAR OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE COESÃO NA SUA REPARTIÇÃO PELOS TERRITÓRIOS

A configuração dos instrumentos de resposta setorial à presente crise não poderá ignorar a visão dos territórios sob pena de a crise e a resposta a esta acentuarem as assimetrias regionais e a concentração da riqueza nas regiões mais desenvolvidas. Devemos promover uma política de desenvolvimento regional orientada para a redução da disparidade de rendimentos entre territórios, que estimule a coesão territorial e a competitividade dos territórios.

Os novos recursos financeiros poderão vir a ser tendencialmente canalizados para as regiões com maior nível de riqueza, mais dinâmicas e mais bem preparadas para uma resposta mais imediata.

O desafio que se coloca continua a ser de promover uma política de desenvolvimento regional orientada para a redução da disparidade de rendimentos entre territórios, que estimule a coesão territorial e valorize a sua competitividade.

A evolução da mobilidade foi marcada por um forte aumento das infraestruturas de comunicação, mas também por uma concentração muito particular das soluções de mobilidade coletiva nos territórios com maior densidade populacional. Esta tendência tem vindo a alterar profundamente a distribuição territorial dos cidadãos e das empresas que procuram os serviços públicos, afetando a coesão territorial e contribuindo para a desertificação do interior, de pessoas e de atividade económica, induzindo paralelamente a uma sobrecarga dos serviços, redes e infraestruturas nos territórios com mais elevada densidade.

O Tratado de Lisboa identificou a promoção da coesão económica, social e territorial e da solidariedade entre Estados-Membros como valor e missão central da União e atribuiu à Política de Coesão um objetivo claro de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União e, em especial, de contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões mais desfavorecidas.

Tal como os fundos europeus estruturais e de investimento do próximo quadro financeiro plurianual que dão concretização à Política de Coesão serão repartidos pelo território em função dos níveis de rendimento médio – as regiões de convergência recebem mais fundos – também os fundos do Instrumento de Recuperação e Resiliência deverão observar critérios objetivos de repartição pelo território, mantendo-se o objetivo central de convergência dos níveis de rendimento de todos os territórios.

PARA UMA RESPOSTA EFICAZ À CRISE IMPORTA PROMOVER A MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E A APLICAÇÃO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA QUE DEVERÃO INCORPORAR OS PRINCÍPIOS DA GOVERNAÇÃO SUBJACENTES À POLÍTICA DE COESÃO

A União Europeia foi aperfeiçoando ao longo dos vários quadros financeiros plurianuais o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento mantendo todavia os mesmos princípios orientadores cuja eficácia se foi procurando melhorar: uma gestão orientada para os resultados, critérios objetivos e prévios para as decisões de gestão, um acompanhamento próximo dos principais stakeholders, o escrutínio público das decisões, uma prestação de contas regular e pública, uma regular avaliação dos resultados e um modelo de gestão assente numa governação multinível.

No plano europeu, será certamente a política pública mais escrutinada e mais avaliada nos seus resultados.

A coincidência temporal do novo Instrumento de Recuperação da União Europeia e do próximo Quadro Financeiro Plurianual, ambos coincidindo ainda com os dois últimos anos de execução dos fundos do atual período 2014-2020, vão exigir a definição de medidas de curto prazo, num horizonte temporal a 3 anos, orientadas para a resposta imediata à crise social e económica e centradas na proteção do emprego e do tecido das PME, e de medidas de médio prazo orientadas para as reformas estruturais que a Euro-região necessita.

Os dois planos de intervenção devem estar obviamente articulados entre si ainda que com objetivos distintos. E sobretudo articulados para promover a visão estratégica comum da Euro-região. Mas o modelo de governação aplicável aos fundos europeus estruturais e de investimento e à Política de Coesão deveria ser aplicável aos fundos do Instrumento de Recuperação e Resiliência.

Os novos desafios exigem também que a cooperação transfronteiriça não se limite a ser financiada por um programa desarticulado dos principais instrumentos de programação do desenvolvimento regional, sobretudo dos programas regionais que devem ser desenhados com base numa efetiva e mais aprofundada articulação de políticas e de objetivos.

O próximo programa de cooperação transfronteiriça deve instituir um quadro jurídico que estimule a participação das entidades criadas para o desenvolvimento de iniciativas para a cooperação territorial europeia, com natureza jurídica e uma atividade permanente, na gestão dos programas, através de um quadro normativo aberto e objetivo, nomeadamente através do recurso efetivo aos investimentos territoriais integrados e do estímulo a operações que correspondam a planos de trabalho plurianuais.

Neste próximo programa de cooperação transfronteiriça, o comité de acompanhamento deverá desempenhar um papel mais importante e efetivo no acompanhamento do programa. A apresentação do programa à Comissão Europeia deve ser precedida da constituição do próprio comité de acompanhamento, sendo acompanhada do parecer deste órgão sobre a proposta de programa.

PROPOSTAS E CONCLUSÕES

▶ 1 | ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DA CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DO EIXO ATLÂNTICO

O debate organizado pelo EIXO ATLÂNTICO, do qual participaram autarcas e peritos como convidados, realizado em Pontevedra no passado mês de setembro de 2020, revelou dois grandes eixos de reflexão.

Por um lado, as intervenções fizeram menção ao conjunto de reações esperadas perante os possíveis cenários pós-Covid e, com base neles, a maioria dos palestrantes enfatizou a necessidade de implementar políticas de antecipação e fatores de atração de forma a destacar tanto a rapidez das respostas locais como, ao mesmo tempo, o reforço da qualidade territorial de cada cidade.

Por outro lado, o segundo eixo principal aglutinou as intervenções que foram as hipotéticas e principais ações que deveriam ser realizadas pelas entidades locais para reduzir e atenuar os efeitos negativos e prejudiciais que as cidades sofrerão com a manutenção de restrições à mobilidade e ao aumento dos períodos de confinamento. Sem dúvida, sob estas reflexões, os especialistas mencionaram a atual sociedade de risco e as consequências e reações que as sociedades realizam perante as novas situações. Assim, os efeitos derivados dos choques de oferta e procura foram continuamente mencionados; a falta de dispositivos normativos para agir e a necessidade de contar com linhas de liquidez e recursos públicos para fazer frente às ajudas necessárias para amenizar, ou compensar, as vulnerabilidades causadas e decorrentes.

Ambos os eixos englobam as primeiras preocupações dos autarcas tendo sido, portanto, incluídos nos seus discursos. Os especialistas, por sua vez, contextualizaram as situações acerca dos possíveis cenários que estão por vir, dando conta das diferentes dimensões da análise.

As minhas observações vão centrar-se, para evitar repetir outros autores, em sublinhar o reforço do papel e da função das cidades numa sociedade cada vez mais competitiva e com maior antagonismo. Desta forma, focar-me-ei no reforço das políticas com fator de atração e no posicionamento das entidades locais para, então, avaliar as novas missões e ações a serem seguidas pelos municípios na nova era pós-COVID-19.

1.1 O FORTALECIMENTO DO PAPEL DAS CIDADES O VALOR DA SUA MARCA

As sociedades procuraram prever o futuro ao longo dos séculos. Alguns consultaram o oráculo de Delos, outros extrapolavam técnicas muito sofisticadas para definir cenários. Não faremos nem uma coisa nem outra.

Num clima onde reina a incerteza e onde o futuro é completamente desconhecido, a nossa missão consiste em proceder à contextualização de alguns fatores-chave, sabendo que a sua estimativa serve para ajudar a uma escolha no presente e estar ciente que as coisas podem mudar no futuro.

As cidades competem. Não são só as empresas que o fazem para aumentar a sua participação no mercado. Não é feito apenas por pessoas, como quando nos apresentamos a um concurso, seja ele público ou privado. As cidades, as regiões ou os países enfrentam-se e lutam entre si para estarem entre os primeiros num *ranking*. Da mesma forma, as cidades também desenvolvem campanhas de *marketing* ou apresentam planos estratégicos para o futuro. Desta forma, as cidades procuram mostrar o melhor dos seus ativos; tentando atrair pessoas e capital e planeando otimizar todo o potencial acumulado e existente no seu território. Para tal, é necessário utilizar um mecanismo que nos permita medir e multiplicar esse rácio que mede o desenvolvimento das marcas das cidades. A razão é óbvia, a imagem de uma cidade em conformidade com um contexto de maior cultura, contacto, inter-relação e interdependência é cada vez mais importante.

O objetivo é garantir que um espaço, transformado em cidade, pode ser tanto um local para viver e trabalhar, como para visitar e investir. Isso significa que temos que mostrar marcas diferentes para atingir diversos públicos-alvo e, assim, adotar diferentes apresentações que nos permitam abordar diferentes segmentos.

As cidades enfrentam três desafios. Devem ter a característica da *identidade*, devem possuir o traço da *personalidade* e têm que saber *ser diferentes* em relação às outras. Consequentemente, o valor da marca da cidade evidencia a necessidade de possuir elevadas doses de notoriedade, por um lado, e de lealdade ao legado histórico por outro, a fim de poder considerar tanto as perspetivas dos clientes quanto consolidar os sentimentos dos seus habitantes.

Ao longo da história recente, as cidades foram sensíveis aos novos contextos e posições internacionais. Procuram dois grandes objetivos.

O primeiro refere-se à *identificação*, ou seja, ao reconhecimento de todos os seus produtos e serviços. O segundo consiste em sublinhar a *diferenciação*, ou seja, destacar as distinções existentes entre os seus oponentes e apoiar as estratégias de um novo reposicionamento. Neste sentido, as cidades desenvolvem uma identidade visual própria; mostram um caráter simbólico claro, defendem uma função associativa ampla e participativa e tentam destacar-se pela originalidade da mensagem. A partir destas premissas, as estratégias do *marketing* territorial das cidades apresentam uma segmentação no que se refere ao posicionamento; permitem-nos identificar cidades através das suas ofertas específicas, lutam para se diferenciarem pelos seus atributos apelativos, pelas suas vantagens competitivas, pelos seus legados históricos, pelas suas singularidades próprias; tudo isto contribuindo para o reforço da imagem de marca da cidade.

Uma das formas de medir o caráter atrativo de uma marca é contabilizar o volume total de consultas *online*. Para outros investigadores, é necessário relacioná-lo com outras características essenciais, como negócios, turismo ou talento. O professor da Universidade de Toronto, Richard Florida afirmou que as cidades criativas devem possuir os três T: talento, tecnologia e tolerância.

Para nós, a *marca país/região/cidade exige a quantificação do valor de cinco atributos: o destaque ou notoriedade, o talento, o turismo, os investimentos e a capacidade de internacionalização*. O conjunto destas características permite particularizar outras características básicas: a admiração, a qualidade de vida, as experiências dos turistas, as vantagens dos investidores e a singularidade das empresas com caráter exportador. Ou seja, uma combinação de razões que podem ser medidas e quantificadas (as tangíveis) e também aquelas que expressam sentimentos (as intangíveis), mas que os especialistas sabem quantificá-las. Com as questões básicas levantadas desta forma, a imagem de marca de uma cidade refere-se tanto ao ciclo de vida do *marketing* das cidades quanto a um esforço desenvolvido e implementado. Podemos distinguir seis etapas:

- a) Primeiro, é delineado o desenvolvimento de um plano estratégico.
- b) Em seguida, procede-se à definição de um objetivo explícito e de um sistema de indicadores para o desenvolvimento da marca-cidade, perfeitamente definido, abrangente, compatível e confiável.
- c) Depois, é definida uma estratégia de comunicação capaz de construir o seu nível de marca e definir a estrutura do seu posicionamento.
- d) Posteriormente, são desenvolvidos novos produtos com denominação de origem; organizam-se eventos de promoção do ambiente e dos seus atributos e projetam-se experiências de acordo com o próprio território e área espacial.
- e) Então, são necessárias formas avançadas e inovadoras para poder promover a cidade no exterior e sob todos os tipos de enquadramento e referência competitiva.
- f) Por fim, é necessário avaliar permanentemente os resultados da própria estratégia de *marketing* territorial, previamente concebida e aprovada pelos agentes institucionais, sociais, económicos e cívicos.

Não há dúvida, portanto, que a dimensão de uma cidade é delimitada pelos seus volumes populacionais e pelo estatuto adquirido a nível histórico. Os seus índices revelam que estes critérios são, inicialmente, essenciais para mostrar os fatores de caráter atrativo. Mas, sem dúvida, existem outros elementos incontornáveis para mostrar os principais atributos de qualquer estratégia de cidade-marca: são os relacionados com a herança histórica e cultural. *Em suma, pode afirmar-se, simplesmente, que a base de uma estratégia cidade-marca é formulada em três pilares: a) a dimensão demográfica; b) a dimensão económica e c) a qualidade de vida.*

Esta análise deixa-nos uma conclusão bastante forte e consistente. Se as políticas governamentais influenciam as vantagens competitivas de um determinado setor ou atividade; *as políticas locais, por sua vez, insistem em tornar possível que a cidade melhore os seus aspetos atrativos, crie mais valor para os cidadãos, atraia mais turistas e seja interessante para os investidores. Ou seja, desenvolver um perfil internacional que reforce a imagem da cidade e que contribua para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.* A recente composição das equipas de gestão nos municípios abre, assim, o caminho para enfrentar novos desafios, mas também para avaliar os planos de marketing das cidades.

1.2 AS NOVAS DIMENSÕES DAS CIDADES INTELIGENTES: COMO PROPOR UM ESQUEMA DE POLÍTICA LOCAL PÓS-COVID

De acordo com as previsões das Nações Unidas, a população terá duplicado em 2050, vivendo dois terços em cidades. Os problemas recorrentes derivados da rápida urbanização e de um desajuste entre as possibilidades e as potencialidades significarão numa rápida perda de funcionalidade em termos de políticas urbanas e um evidente processo de falta de eficácia e dificuldade de gestão de um espaço coletivo. Esta deterioração das políticas urbanas, observada nos últimos anos, tem levado alguns especialistas e políticos a definirem algumas medidas destinadas a melhorar o funcionamento das cidades e como os problemas do dia-a-dia devem ser enfrentados e resolvidos.

As cidades passam a estar vinculadas a programas de desenvolvimento humano e social, enquanto iniciativas relacionadas com as cidades inteligentes começam a proliferar, como uma resposta estratégica dos governos locais. Mas, *o que são cidades inteligentes? Uma definição simplista nos diria que são as que desenvolvem inovações baseadas na tecnologia. Outros, no entanto, incluem objetivos que se concentram na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, na eficiência das operações públicas e no crescimento económico local.*

O termo Cidade Inteligente (*smart city*) foi cunhada inicialmente nos anos noventa do século passado e está ligado ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Esta abordagem é muito criticada, posteriormente, quando se entende que por estar vinculado apenas ao uso de tecnologias, o papel do capital social e as próprias relações de desenvolvimento urbano ficam marginalizados. Consequentemente, no início do século XXI, o termo *cidade inteligente* é redefinido como o espaço que monitoriza e integra as condições de todas as infraestruturas públicas (ruas, pontes, túneis, transportes, água, energia, zonas verdes, etc.) de forma a garantir a maximização dos serviços oferecidos aos cidadãos. No entanto, tal concessão de serviços continua a ser questionada pela falta de compromisso e, especialmente, pela falta de espaços de participação na tomada de decisões nos referidos órgãos decisórios. Assim, a crítica a esta conceção baseia-se no abuso dos critérios de investimento em tecnologia e na falta de ações que visem a integração dos cidadãos e sejam capazes de garantir uma gestão e uma presença ativa na tomada de decisões. Desta forma, Maimunab Mohd Shariff, diretor da ONU-Habitat, definiu recentemente, de forma muito clara: “a cidade inteligente não significa tecnologia de ponta.”

Seguindo os estudos mais recentes sobre as ações das cidades inteligentes, as análises - tanto quantitativas quanto qualitativas das dimensões - facilitam a avaliação do grau de satisfação dos cidadãos. Os principais aspetos a serem destacados são classificados em seis áreas:

- a) Primeiro, são examinados os indicadores que refletem a *economia inteligente* (incluem o espírito inovador; os níveis de empreendedorismo, a imagem económica e a marca-cidade, a produtividade, a flexibilidade no mercado de trabalho e a inserção internacional).
- b) Em segundo lugar são contabilizados os indicadores relacionados com a *mobilidade* (ou seja, a acessibilidade local, a acessibilidade ao *hinterland* intermunicipal, a disponibilidade de infraestruturas das TIC, o transporte público sustentado, inovador e seguro).
- c) O terceiro aspeto refere-se aos *indicadores ambientais* (a saber, as condições de caráter atrativo natural, a poluição, a proteção ambiental e a gestão sustentável de recursos).
- d) Em quarto lugar encontram-se os indicadores vinculados à *cidade inteligente* (incluem o nível de qualificação, a pluralidade social e étnica, a criatividade, a tolerância e a participação na vida pública, por exemplo).
- e) Em quinto, inscrevem-se os indicadores de *vida inteligente* (como, por exemplo, os equipamentos culturais, as condições de saúde, a segurança, a qualidade da habitabilidade, os equipamentos educacionais, a atração turística e a coesão social).
- f) Por fim, encontram-se os indicadores relacionados com a *gestão inteligente* (onde medimos a participação na tomada de decisões, os serviços públicos e sociais e a transparência na gestão governativa).

Considerando estes indicadores, não há dúvida que *as cidades inteligentes são aquelas que, geralmente, procuram identificar problemas com soluções, dão resposta ao que aumenta a qualidade dos serviços oferecidos à população e são muito ativas na elaboração de projetos e ações. Em suma, desejam aumentar as possibilidades dos cidadãos de forma a conseguir-se um desenvolvimento sustentável.* Por isso, não é bom mostrar, apenas, uma lista de pensamentos sem revelar as ações a serem realizadas.

Portanto, as cidades inteligentes devem considerar e responder a vários contextos, situações e informações. Um esquema a seguir poderia ser o seguinte:

- a) Economia inteligente: saber quais são os motores do crescimento, a presença empresarial, os níveis de emprego e os investimentos realizados.
- b) Mobilidade inteligente: alcançar qualidade no transporte, elevados níveis de acessibilidade e altos níveis de utilização pela população.
- c) Ambiente inteligente: atingir níveis de aceitação e satisfação da população em termos de poluição, saúde pública, proteção ambiental, utilização de recursos sustentáveis (energia e água) e grau de sensibilização dos cidadãos.
- d) Cidade inteligente: ambição de estruturas de qualificação da cidadania, escolaridade, rede pública de bibliotecas e níveis de orgulho da cidade.
- e) Vida inteligente: desenvolvimento de eventos culturais, referências públicas internacionais, competições desportivas, esperança de vida, segurança pública e utilização de tecnologias.
- f) Governo inteligente: garantindo a representação política, tecnologias nas escolas e mecanismos de resolução de conflitos.

Atualmente, as cidades focam a atenção de forma transversal e, por vezes, de forma desordenada e sem definição de prioridades. Portanto, os resultados finais não são os desejáveis e os níveis de satisfação ou de apoio aos cidadãos são reduzidos. Examinando detalhadamente as pesquisas mais recentes, as três ações que atraem maior apoio seriam as relacionadas com as estratégias referentes à cidadania, ao ambiente e à economia inteligente e, as que apresentam mais dificuldade em obter melhores rácios de curto prazo são as relacionadas com a gestão, a vida e a gestão inteligente.

Consequentemente, espera-se que os atuais governos locais não caiam na tentação de se isolarem tecnologicamente e, pelo contrário, desejem ser inteligentes ao formular uma cidade como um todo orgânico, formando uma rede e um sistema interligado. Acima de tudo, que nunca ajam sozinhos, sem comunicação e sem participação. Porque, como já foi comprovado, “o simples facto de incutir inteligência em cada subsistema físico, hídrico, de segurança pública, de transportes, etc., não é suficiente para se tornar uma cidade inteligente”.

1.3 EM PROL E EM ATENÇÃO AOS CIDADÃOS

O crescimento económico depende, cada vez mais, de locais com contribuições populacionais significativas, não das que contam com mais matérias-primas, disse o professor canadense Richard Florida num famoso manual de sociologia urbana. A famosa urbanista Jane Jacobs foi a primeira a descrever o poderoso impacto que a acumulação do talento tem nas comunidades urbanas. Também o prémio Nobel da Economia, Robert Lucas, formalizaria os benefícios gerados pela acumulação de pessoas com talento e ambição relativamente à inovação e ao crescimento económico.

Portanto, a acumulação de talentos é muito importante para os destinos das cidades, tanto em períodos de conjuntura favorável como desfavorável. Neste último caso, é mais do que necessário porque o metabolismo que as cidades possuem permite aumentar as vantagens-chave para ultrapassar mais rapidamente os efeitos negativos de uma conjuntura crítica. *Por isso, à medida que avança a recuperação económica, as cidades com maior talento e localizadas em ecossistemas densos em ideias e valores prosperarão mais rapidamente do que outras, enquanto as que não têm esses atributos não serão capazes de seguir o ritmo.* Por outras palavras, ficarão presas na dependência de um ou dois setores industriais; permanecerão obsoletas e caducas e com um espírito empresarial deprimido ou com elevados custos ao nível das suas estruturas organizacionais e sociais.

Esta análise revela três chaves: densidade, inovação e velocidade. Trata-se de antecipar o futuro, mas com critérios de sustentabilidade económica, social e institucional. Diante desta conceção, surgem outros pesquisadores que, reunindo os fundamentos das teorias das cidades criativas e inteligentes, procuram definir novos ambientes locais em função da gestão das empresas de alta tecnologia. Isto transforma-se em algo mais que controverso: são os defensores de uma conceção reduzida e simplista das smart city. Os seus alicerces fundamentam-se no redirecionamento dos serviços públicos para evitar alguns dos problemas urbanos mais comuns como, por exemplo, a velocidade dos veículos na cidade, o funcionamento dos semáforos, os estacionamento, o estado das edificações, a limpeza das áreas públicas. Mas, a crítica mais dura vem de Adam Greenfield, que afirma que os que postulam a teoria das smart city, estão a servir de cobertura retórica para a privatização dos serviços públicos.

Quando ambas as teorias se chocam *não se trata de discutir entre “cidade inteligente” versus “cidade burra”*. Nem se trata de destacar os feitos das engenharias ou, simplesmente, da sua utilidade para testar novas invenções. O verdadeiro debate sobre *redefinição das cidades e o seu futuro reside na possibilidade de reforçar a participação dos cidadãos, aumentando a responsabilidade social e atualizando a capacidade de resolução dos seus problemas, renovando a própria organização e as estruturas das instituições governamentais*.

Por esta razão, a campanha mediática de alguns defensores das *smart city* apenas reforça, em primeiro lugar, o que se define como antiurbanismo, na medida em que não aborda a totalidade e a complexidade das cidades, mas reduz a uma singularidade específica de um problema e, em segundo lugar, ao tentar aniquilar a oportunidade de sustentar um espaço de conciliação urbana, procedendo à violação dos direitos dos seus habitantes e sujeitando-os a simples índices de fiscalização e controlo.

É o momento de reconsiderar a conceção atual da cidade inteligente. Não creio que uma mera solução hipereficiente dos controlos de iluminação, do tráfego de veículos ligeiros ou pesados em determinadas ruas, do cálculo dos resíduos sólidos urbanos acumulados por habitante, ou do consumo de água no final do dia, etc. constituam, atualmente, os principais desafios de cidades como as nossas. Porque, para ser muito sincero, a solução não é uma empresa vir marcar antecipadamente os tempos de lazer, as caminhadas que são feitas, o tempo despendido em lojas e nos grandes armazéns. *Onde, então, está a nossa liberdade e a nossa criatividade? Se investíssemos muito mais em talento, seguramente, melhoráremos os desafios atuais. Finalmente, o que acontecerá com os serviços públicos e sociais? Além disso, vai ser uma empresa concessionária que vai programar as doenças, as estadas em centros sociais ou os tempos de leitura?*

Acreditamos que é melhor potenciar essas políticas municipais para que sejam os cidadãos mais inteligentes, não as cidades.

1.4 AS CIDADES PERANTE A NOVA ERA PÓS-COVID

Os efeitos da pandemia na economia foram brutais e continuam a gerar fortíssimos desequilíbrios e repercussões inesperadas. Representaram um forte golpe, de natureza inédita até hoje e com impactos muito diversos, dependendo das atividades e dos territórios.

As principais repercussões afetaram as cidades e resultaram no encerramento dos mercados, na paralisação de uma parte importante da produção e numa alteração muito notável dos hábitos e costumes da vida quotidiana.

O confinamento realçou a combinação de dois choques: o da oferta e o da procura. O da oferta manifesta-se pela redução da capacidade de produção de bens e serviços, medidos aos preços habituais, por parte da economia. As medidas adotadas pelos diferentes governos afetaram a mobilidade dos cidadãos e trabalhadores, impedindo-os de se deslocarem aos locais de trabalho e provocando a quebra das cadeias de abastecimento de alguns ramos produtivos. Os efeitos derivados do choque da procura significaram, por sua vez, uma diminuição da capacidade ou da vontade dos consumidores nas decisões de compra de bens e serviços. A diminuição das deslocações por medo de contágio e a redução da procura de serviços por parte das empresas são alguns exemplos das repercussões associadas ao choque da procura.

Conforme relatado por organizações internacionais (FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC, UNCTAD, FAO, OIT, OMS), o impacto foi devastador em todo o mundo, embora não tenha sido uniforme. Também sabemos agora que as pandemias podem acontecer e acontecem. Da mesma forma, sabemos que os Estados procuram responsabilizar-se pelos efeitos e repercussões, quando ocorrem; e também sabemos que coordenar uma resposta global eficaz roça o impossível num mundo onde predominam os postulados políticos individuais, exibicionistas e singulares.

Sabemos, também, que as cicatrizes económicas permanecem nas empresas e nas sociedades; bem como são contabilizados declínios notáveis na produção e produtividade, enquanto os deficits e as dívidas serão muito maiores do que o inicialmente previsto.

A adoção acelerada de medidas por parte dos governos também foi uma lição aprendida. A fase em que prevaleciam as “rondas de austeridade” ou uma redução significativa das despesas públicas ficou para trás e, neste momento, as recomendações estão empenhadas em realizar um plano de reconstrução e recuperação económica (*Next Generation EU*) que acabe com a incerteza.

O referido plano apoiará os Estados-Membros nos seus investimentos e reformas para poder facilitar os processos de transição ecológica e digital, além de contribuir para o fortalecimento das economias nacionais.

Pretende-se mobilizar, ao máximo, os recursos privados para apoiar empresas de todos os setores mas sempre vinculados aos objetivos de sustentabilidade e digitalização, acima mencionados.

O referido Plano vai além da ajuda de emergência para o combate aos efeitos das pandemias. Consequentemente, procura facilitar as mudanças estruturais necessárias para avançar nesses processos de transição produtiva, significando que as ações não ficam isoladas ou desconectadas das reformas estruturais já definidas e aprovadas pela UE. Ou seja, devem ser coordenadas e condicionadas aos objetivos definidos, à época, pela UE.

Por este motivo, todas as estratégias que enfatizam a promoção da inovação ganham vida, promovendo a capacidade de facilitar a movimentação de recursos a partir dos setores em declínio para os setores emergentes e viáveis e em conseguir reverter as situações dos setores em declínio e com dificuldades. Por outras palavras, a política industrial pode desempenhar um papel muito importante na coordenação de um novo enquadramento estratégico e no âmbito dos investimentos. Os exemplos do setor automóvel, os serviços digitais, a inteligência artificial ou as redes de infraestruturas são boas referências de atividades para a reorientação e a promoção.

É sabido que, de acordo com o Conselho da União Europeia, os Estados-Membros têm de elaborar Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência que apresentem o programa de reforma e investimento do Estado-Membro para o período 2021-2023. Deste modo, *as cidades precisam apresentar programas de excelência que sejam eixos transformadores das economias e que possam ser executados atempadamente e na devida forma.* É pois, exigida, consistência e coerência no que diz respeito à seleção e supervisão dos projetos.

Como resultado do debate realizado na reunião de Autarcas do EIXO ATLÂNTICO com diversos especialistas, que decorreu em Pontevedra, pudemos enquadrar os seguintes objetivos e ações.

BASES ESTRUTURAIS	OBJETIVOS	AÇÕES
Configuração territorial baseada em pequenos concelhos com dificuldades financeiras para apresentar uma ampla oferta de serviços	Determinar os eixos para que os novos cenários garantam não ficarem para trás e saírem mais fortes	Promover a cooperação local nos projetos europeus que fortaleçam as potencialidades territoriais e setoriais
Elevada dispersão da população	Impulsionar a reconstrução e a reativação do território de acordo com as estratégias de marca-país	Conformação e delimitação de novos espaços e serviços conjuntos em áreas territoriais mais compactas Definição e implementação de nós de integração
Forte dinâmica de envelhecimento populacional	Proposta de políticas sociais de incentivo à natalidade e à atração de pessoas	Implementação de novas medidas sociais e ajudas para a combinação de tarefas
Existência de um certo deslocamento geográfico em relação aos centros de gravidade europeus	Procura de integração nas redes de transporte europeias Aposta marítima da Euroregião Galiza/Norte de Portugal	Definição e potencialização do Corredor Atlântico de mercadorias Defesa da maritimidade como estrutura territorial forte

Quadro 1. Elementos a ter em consideração na visão estratégica de futuro do EIXO ATLÂNTICO.

Como consequência, as propostas apresentadas na Conferência traduziram-se na enumeração das principais e mais urgentes ações para mitigar os efeitos e repercussões que mais influenciam os meios urbanos.

Sem enumerar a totalidade do anteriormente exposto, mas enquadrando-o na forma de um esquema que engloba as cinco grandes dimensões (institucional, económica, social, ambiental e tecnológica), o quadro sinóptico ficaria refletido no quadro número 2.

DIMENSÕES	AÇÕES
Reformas e adaptações institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa do município no seu posicionamento internacional - Promoção do conceito de cidade-marca - Reformulação dos espaços urbanos com impacto nos níveis de qualidade de vida - Redefinição de um urbanismo sustentável - Otimização das infraestruturas locais - Promoção de uma cultura industrial - Definição de paisagens, património e elementos históricos a preservar e a melhorar - Incentivar os serviços municipais com interatividade on-line - Avaliação contínua das funções e impactos locais das ações propostas
Recuperação e transformação económica	<ul style="list-style-type: none"> - Reativação de empresas em declínio ou com problemas - Impulsionar ações para melhorar a competitividade - Gerar valor acrescentado nos setores primários e nos produtos locais - Promover polos industriais e tecnológicos - Medidas para atrair investimentos de futuro: criação de ambiente e condições - Promover plataformas logísticas e de desenvolvimento da intermodalidade ferroviária e portuária - Apoio à economia circular e verde - Promoção do turismo de qualidade
Novo status social	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de emergência social (terceira idade, instituições de solidariedade social) - Ações no domínio da habitação (preferencialmente para fazer frente a situações de precariedade e dos jovens) - Promoção de ações para a melhoria da qualificação profissional - Providenciar melhorias que facilitem a mobilidade das pessoas - Desenvolvimento de roteiros de lazer e sustentáveis - Promoção de valores socialmente partilhados: cooperação, hospitalidade e solidariedade - Promoção de espaços culturais (acessos e disponibilidade) - Incentivar o associativismo e o reforço da sociedade civil - Evitar a exclusão social, ultrapassando carências e situações discriminatórias - Pedonização das cidades - Reabilitação do património

DIMENSÕES	AÇÕES
<p>Transição energética e ações ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compromisso com os objetivos e princípios de um desenvolvimento territorial sustentável - Aposta pela descarbonização e redução da poluição ambiental - Aumento das "indústrias verdes" e da economia circular - Promoção de projetos empresariais com a utilização de energias renováveis - Implementação de medidas de fiscalização relacionadas com a eficiência energética e o compromisso com os princípios da transição energética - Realizar ações de saneamento nos núcleos urbanos e rurais - Melhoria dos níveis de aproveitamento e reciclagem no âmbito da produção - Proteção e regeneração de recursos naturais únicos - Avaliação contínua dos projetos e processos para a mitigação de riscos
<p>Aposta tecnológica e transição digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aposta na digitalização e na sociedade de redes - Reforço das estruturas de I+D+i para apoio às empresas e projetos empresariais - Formulação de incentivos às empresas e qualificação profissional no seu compromisso digital - Absorção de capital humano qualificado e local pelas empresas instaladas - Promoção das vantagens criadas e internacionalização de atividades inovadoras - Localização de "centros tecnológicos de excelência" e "laboratórios de apoio para facilitar a transferência de tecnologia a curto prazo" - Promoção da pesquisa comercial, física e educacional, bem como pesquisa não comercial - Apoio às organizações empresariais com capacidade para explorar as oportunidades associadas às TIC

Quadro 2. Dimensões e ações relacionadas com os programas de recuperação económica, social, institucional, ambiental e tecnológica.

A pandemia provocada pelo coronavírus situou em primeiro plano novos problemas: crise sanitária e económica derivada das medidas de imobilização da população e diminuição da atividade económica.

Exigem-se novas respostas e, aqui, reside o novo desafio para as entidades locais.

▶ 2 | PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS INSTITUIÇÕES LOCAIS MEMBROS DO EIXO ATLÂNTICO

O EIXO ATLÂNTICO convocou uma Conferência de Alcaldes e Presidentes de Câmaras Municipais e em simultâneo convidou todas as entidades aderentes para apresentarem propostas e sugestões para a aplicação dos fundos europeus aprovados no passado mês de Agosto. Apesar de presentemente ainda subsistirem incertezas quanto às prioridades e condicionalidades dos fundos, as propostas apresentadas enquadram-se nas grandes linhas já aprovadas pelo Conselho Europeu.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência recentemente aprovado, visa promover uma nova estratégia de crescimento por meio do Pacto Verde. Pretende-se alcançar um modelo económico sustentável baseado em tecnologias limpas e na digitalização. Por outro lado, a sustentabilidade ambiental, a produtividade, a equidade e a estabilidade macroeconómica são indicados como princípios orientadores da Estratégia Anual de Crescimento Sustentável de 2021.

Tendo em conta este quadro de referência, resumimos a seguir as propostas das referidas instituições locais.

2.1 RESILIÊNCIA ECONÓMICA

Muitas propostas referem-se a diferentes dimensões da política económica necessárias para superar a crise, competência que reside nos Estados Nacionais. Algumas propostas referem-se ao tecido produtivo singular de uma cidade ou território e outras são mais gerais. Constata-se a preocupação comum pela necessária reorientação da atividade produtiva que, em qualquer caso, não pode perder de vista os fatores condicionantes locais: infraestruturas, comunicações, disponibilidade de terrenos industriais, acessos aos portos e infraestruturas logísticas, etc.

Os municípios onde existe uma maior implantação industrial são precisamente aqueles que dão mais ênfase a uma reorientação industrial que garanta a sustentabilidade, processo para o qual fazem uma chamada aos governos estaduais para evitar a possível absorção de empresas de setores estratégicos e de maior capacidade de tração por concorrentes estrangeiros.

O tecido produtivo da Eurorregião caracteriza-se pela esmagadora maioria de pequenas e médias empresas (PMEs). Em muitas delas, a queda da procura interna está a provocar a quebra da cadeia de valor, o que afeta a fornecedores e à logística. Considera-se que a estratégia de reorientação ou reindustrialização deve incluir programas de incentivos a essas empresas que favoreçam sua capitalização e promovam o seu maior porte por meio de processos de fusão ou de cooperação, visando a abertura de novos mercados e o estímulo da procura interna.

Devido à sua dimensão as PME têm dificuldade para sustentar linhas ou departamentos estáveis de I&D, pelo que necessitam ajudas específicas para a contratação de pessoal especializado, a fim de promover processos de inovação, modernização e digitalização, incluindo a digitalização dos *workflows*, ou fluxos de trabalho.

A implementação de Planos territoriais de reativação do emprego é considerada essencial, bem como a melhoria da empregabilidade dos trabalhadores através da formação para novos empregos e capacidades, aumentando as suas qualificações e competências, especialmente nos setores em processo de transformação.

Algumas propostas cingem-se aos seus próprios pontos fortes industriais. Por exemplo, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão sublinha a sua importância como Pólo Tecnológico onde, para além de outras indústrias, têm sede três Centros Tecnológicos dedicados à indústria têxtil, à nanotecnologia e ao setor agroalimentar, respectivamente, para além de possuírem uma importante plataforma logística e de registar um notável volume de exportações. Por sua vez, a Câmara Municipal de Ferrol, sede de uma importante indústria naval, propõe promover a reorientação para o mercado de turbinas para centrais eólicas e biomassa, para além da atividade de reparação naval. A partir desses recursos, propõe a criação de um Centro de Tecnologia de Energia do Mar, para promover novas tecnologias de geração como a energia das ondas ou das marés.

Em relação à indústria agroalimentar, propõe-se a promoção de um Plano de Reativação, com a participação dos diferentes subsectores: indústria, autónomos, produtores, visando o desenvolvimento de novos modelos de produção, o aumento do valor agregado da produção, a diversificação e promoção da comercialização de produtos locais de origem agrícola ou florestal, reduzindo a pegada ecológica da sua produção. O referido plano deve incorporar critérios de marketing territorial, como canais de distribuição alternativos, aspectos de inovação e criatividade, atenção ao design, etc.

De referir ainda que alguns produtos tradicionais encontram novas aplicações graças ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras, como a madeira na arquitetura e na construção. No âmbito do setor primário, é necessário resolver sob os critérios da Economia Verde, o tratamento sustentável dos resíduos agrícolas, pecuários e florestais, suscetíveis de exploração energética.

Por fim, propõe-se a modernização dos parques empresariais para adaptá-los às exigências da nova economia, por meio dos investimentos necessários em infraestrutura, acessibilidade e conectividade.

No que se refere ao comércio, fator representativo da paisagem urbana, há coincidência em apontar a necessidade de atualização, devido ao seu tamanho, geralmente menor, torna-se imprescindível viabilizar linhas de crédito que permitam abordar a digitalização, o comércio eletrónico e os novos canais de relação com o cliente.

Considera-se essencial desenvolver um Plano de modernização do setor turístico. A sustentabilidade é considerada atualmente um atributo fundamental da nova orientação turística, ligada à qualidade da oferta e da experiência. Características como a paisagem, a gastronomia e a cultura, que caracterizam cada destino, ganham importância na futura promoção de destinos. Alguns dos setores mais diretamente afetados pela crise atual, como os serviços de hotelaria e restauração, carecem de planos de apoio para se adaptarem aos novos canais de comercialização.

Estes também atuam como prescritores, determinando as tendências dos viajantes através da integração de todo o tipo de informação relacionada com o destino turístico. A valorização de lugares únicos também requer a melhoria da rede de estradas que os une. A Euroregião inclui muitos destinos com estas características, suficientemente reconhecidos pelos seus valores patrimoniais, históricos e naturais. Propõe-se a criação de roteiros turísticos transfronteiriços que ofereçam ao visitante novos itinerários e experiências inéditas.

Alguns segmentos, como o turismo de águas termais, muito desenvolvido na Euroregião, têm uma relação especial com os tratamentos de saúde. Propõe-se a criação de programas específicos desde a Administração Sanitária de acordo com os diferentes tipos de água.

Em relação à mobilidade interurbana, exige-se o desenvolvimento de caminhos de ferro suburbanos para resolver o tráfego local, as ligações com portos e aeroportos ou ligações ao longo da costa entre Ferrol e a autoestrada A-8.

Todas estas medidas que se propõem e que constituem áreas de desenvolvimento nas quais posteriormente se vão inserir ações específicas, são complementadas por uma medida de carácter estrutural e decisiva para o desenvolvimento económico pelo seu impacto no PIB e na criação de empregos: o desenvolvimento das infraestruturas do eixo ibérico-atlântico, concretizado nas seguintes acções:

- 1. Promoção da modernização do Corredor Ferroviário Atlântico nas suas 3 variantes:
 - a) Galiza – Venta de Baños – fronteira francesa, incluindo os troços Ferrol-Coruña, Coruña-Lugo e Lugo-Monforte, que deverão ser incluídos no corredor em 2023, o que não impede que as obras sejam financiadas com os fundos de reconstrução, já que a sua inclusão no Corredor afeta apenas os fundos da *Connect Europa*.
 - b) Troço Aveiro – Venta de Baños
 - c) Troço Sines – Zaragoza – fronteira francesa
 - d) Isto é complementado pelo troço Vigo - Porto (denominado linha do Minho) e pelo troço Porto - Lisboa (denominado linha do Norte), que permite a interligação entre as duas variantes do Norte.

- 2. Ligações rodoviárias de Bragança – Sanabria e fronteira – Zamora, que permitiriam a promoção dos territórios do interior, duplamente afectados pela pandemia.

- 3. Porto – Salamanca (linha do Douro) que permite a ligação entre Salamanca e o seu porto natural, linha que convergiria com a segunda variante do Corredor Atlântico.

2.2 TRANSIÇÃO DIGITAL

Existem várias contribuições que sublinham um dos maiores problemas da transição digital, a lacuna existente no acesso a serviços avançados entre diferentes áreas geográficas do mesmo território, geralmente entre áreas urbanas e rurais ou suburbanas. Além disso, existe uma lacuna entre os diferentes usuários, geralmente determinada pelo nível de renda disponível. A atual distribuição de competências reserva aos Estados a concessão de licenças de utilização do espaço radioelétrico, a regulamentação da ocupação do solo e do subsolo, bem como a autorização dos planos de desenvolvimento apresentados por empresas operadoras de telecomunicações. Estas, obrigadas a gerar lucros num ambiente muito competitivo, deixam áreas de sombra em alguns casos, e noutros causam um maior atraso no acesso a recursos avançados como a fibra ótica ou a maiores velocidades de download na Internet.

A implementação iminente da tecnologia 5G pode acelerar essa discriminação, justamente num momento em que, como já descrevemos nas páginas anteriores, a digitalização das empresas e serviços acelerou-se. A tecnologia 5G irá facilitar a interligação de todos os tipos de dispositivos (*Internet of things*), a automatização das plantas de produção e o controle de todos os tipos de processos. Já não se trata apenas de ter a tecnologia, mas de promover uma cultura digital, pouco frequente nas PMEs, que inclui o marketing, a faturação electrónica, a integração da informação em tempo real, a relação com os clientes, etc.

Em consequência, garantir o teletrabalho, a educação à distância, a formação e reciclagem profissional, o comércio electrónico ou o funcionamento de todo o tipo de empresas e serviços públicos em qualquer parte do território, exige linhas de investimento específicas no âmbito da denominada Transição digital, que garantam o acesso universal à Internet com qualidade e velocidade suficientes, bem como aos outros serviços avançados que operem com tecnologia digital. É necessário implementar programas de *digital skills* para alguns segmentos da população e para determinados setores produtivos, especialmente aqueles que são submetidos a processos de readaptação.

Os municípios são a Administração mais próxima dos cidadãos, aquela que utilizam com maior frequência dado que as suas competências estão relacionadas com a convivência. Devem ser um modelo na implementação de soluções digitais, com o duplo objetivo de melhorar a eficiência dos seus serviços e enriquecer a qualidade da resposta aos cidadãos. Para tal, é necessário implementar a gestão inteligente de serviços públicos, soluções online e acessibilidade digital generalizada. O objetivo final é preservar o valor agregado da relação pessoal com o cidadão, evitando deslocações desnecessárias.

Hoje em dia, o maior desafio administrativo reside na digitalização dos procedimentos internos para a tomada de decisões e também no acompanhamento pelas partes interessadas. Por outro lado, constata-se a dificuldade na implementação de serviços digitais avançados, tal como as aplicações big data ou de Inteligência Artificial, cuja concepção, implementação e desenvolvimento requerem uns perfis profissionais pouco frequentes nos municípios.

O facto de se aprofundar a digitalização dos serviços locais é uma oportunidade para tentar resolver um problema repetidamente requerido pelas empresas, tal como a revisão dos procedimentos administrativos para evitar sobreposições, simplificar trâmites, economizar tempo e, conseqüentemente, reduzir os custos de oportunidade. Trata-se de um problema particularmente grave quando diferentes órgãos, nem sempre coordenados entre si, devem informar acerca do mesmo procedimento.

Deve-se mencionar que os municípios perderam receitas fiscais durante a pandemia e, ao mesmo tempo, foram sujeitos a despesas extraordinárias. É necessário criar um Fundo estatal de ajudas destinado a nivelar novamente o orçamento local.

2.3 TRANSIÇÃO VERDE

Avançar para uma economia local sustentável implica promover a utilização de energias limpas nos processos produtivos, substituindo as energias com maior pegada ecológica. Mas também torna necessária a proteção, regeneração e uso dos recursos naturais. Trata-se tanto de reduzir as emissões poluentes como de reduzir o consumo de energia para obter maior eficiência a todos os níveis. Aplicando soluções como as *Smart-grid*, que reduzem os custos e aumentam a eficiência da rede elétrica.

A mobilidade tem um impacto relevante quer na poluição do ar quer na qualidade do espaço urbano devido ao nível de ruído produzido. Ao mesmo tempo que a indústria do automóvel é reorientada para modelos de veículos elétricos ou híbridos mais sustentáveis e são mantidas as linhas de ajuda para aquisição de veículos, é necessário considerar outras iniciativas nas quais as cidades possam participar, como a disponibilização de pontos de recarga de veículos elétricos ou de hidrogénio verde, em conformidade com os prazos indicados pela UE.

O principal fator de poluição do ar nas cidades é o transporte. Por essa razão, uma ação prioritária é a substituição das atuais frotas de veículos de transporte coletivo que utilizam combustíveis fósseis por outros elétricos ou com GLV. Da mesma forma, é requerida a aplicação de soluções inteligentes tanto para o trânsito como para os estacionamento. Outras propostas locais são a redução do tráfego desnecessário e a delimitação de zonas de baixa emissão com o objetivo de reduzir ou penalizar o afluxo de veículos mais poluentes.

Também é necessário um financiamento adequado para estabelecer ligações entre as áreas urbanas e os espaços naturais, por meio de caminhos e ciclovias que favoreçam deslocamentos não poluentes.

A Transição Verde obriga a realizar outras ações nas nossas cidades. Por exemplo, programas de atuação em áreas degradadas, que incluem a reabilitação do parque habitacional, a criação de zonas pedonais e verdes, a maior ocupação do espaço pelas pessoas em detrimento dos veículos, a qualidade e utilidade do mobiliário urbano e, em geral, a melhoria da qualidade do espaço público como espaço de encontro e intercâmbio entre as pessoas. Ao mesmo tempo, trata-se de evitar os fenómenos de *gentrificação*, que constituem a origem dos conflitos sociais.

O acesso a uma moradia digna, que reúna condições uniformizadas de habitabilidade e conforto, é atualmente muito difícil para as famílias com carências graves e para os jovens com baixa renda ou empregos precários, o que dificulta a sua independência. Só é possível atuar de forma significativa no mercado por meio de programas de promoção de vivendas para aluguer com preços protegidos, sejam eles de iniciativa privada ou pública. Esses programas, além da participação municipal, requerem um financiamento estatal.

Compete também ao município, em cooperação com outras Administrações, promover a reabilitação de edifícios existentes através da aplicação de soluções sustentáveis e da aprovação através de normas de planeamento urbanístico de novos requisitos ambientais para as novas construções. A criação de linhas de subsídios para melhorar a eficiência energética dos edifícios através da melhora do isolamento ou a substituição dos sistemas de ar condicionado não sustentáveis são algumas das atuações requeridas.

É preciso também atuar no ciclo da água, por forma a proteger os aquíferos e racionalizar o consumo dos recursos hídricos. É necessário fazer melhoramentos na eficiência da infraestrutura de abastecimento, evitar perdas e promover o reaproveitamento de águas pluviais e residuais para usos não sanitários, como irrigação ou limpeza. Nalgumas áreas rurais, é necessário abordar o saneamento total e o tratamento das águas residuais. A mudança climática incumbe a todas as instituições. Além de evitar ou corrigir os efeitos nocivos, convém prevenir os seus efeitos através da análise dos riscos que afetam cada território e da elaboração dos respectivos planos de contingência: secas, incêndios, inundações, etc.

2.4 EQUIDADE

Como já se referiu, a equidade é configurada na proposta comunitária como um dos princípios orientadores da estratégia de crescimento. No âmbito local, significa atuar em vários problemas que requerem assistência financeira e cooperação interinstitucional. Em primeiro lugar, através de uma estratégia dirigida a abordar o desafio demográfico nas suas diferentes vertentes, sendo um dos sintomas mais evidentes o envelhecimento acentuado da população, que tem como consequência o aumento da procura de serviços. Defendemos a criação de uma rede de serviços sociais de saúde capaz de atender a procura do grupo de idosos que, segundo as projeções estatísticas, continuará a crescer nas próximas décadas, e de satisfazer com maior intensidade o atendimento aos domicílios unipessoais através de sistemas de tele-atendimento generalizados e monitoramento personalizado.

Entretanto, a crise demográfica, muito visível no território da Euroregião, exige umas políticas do Estado que atuem simultaneamente na economia local, nos equipamentos e nos serviços públicos, através de planos de desenvolvimento local. Uma das possíveis linhas de ação face à crise demográfica é o planeamento da imigração como forma de aumentar a população activa e favorecer uma composição etária da pirâmide populacional mais equilibrada do que a atual.

Por outra parte, a pandemia levou os serviços de emergência social nas mãos das instituições locais ao limite da sua capacidade. Nos últimos anos a pobreza e a exclusão social atingiram níveis sem precedentes. É necessário apoiar com maiores transferências o reforço dos serviços sociais locais e a sua expansão face às novas necessidades que surgiram. Além disso, considera-se necessário implementar programas de emprego social que evitem a exclusão do mercado de trabalho das pessoas com menor qualificação profissional.

2.5 CULTURA

O impacto da pandemia tem sido máximo no setor cultural, ao restringir tanto o acesso aos diferentes serviços como a lotação nos espetáculos, colocando em risco a continuidade de muitas instituições cuja referência e viabilidade dependem do público. É necessário um processo de readaptação de algumas iniciativas a formas alternativas de contacto com o público, o que implica investimentos em equipamentos e formação. Propõe-se incluir as referidas instituições num Plano de Apoio à Cultura, em colaboração com o próprio setor.

A riqueza das manifestações culturais produzidas no território da Euroregião, quer sejam patrimoniais, quer relacionadas com as artes visuais, as artes cénicas, as letras ou a cultura popular, é valorizada e apreciada em todas as áreas. Entretanto, no âmbito europeu é necessário um esforço adicional de projeção destas expressões coletivas, nomeadamente dos eventos culturais singulares e dos festivais, atividades que têm uma influência significativa na economia local e são uma mais-valia para a marca da Euroregião. Propõe-se a consideração de uma linha específica de ajudas para a promoção dessas atividades no espaço europeu.

▶ 3 | AS INICIATIVAS DOS MUNICÍPIOS DA EURO-REGIÃO GALIZA – NORTE DE PORTUGAL NO CONTEXTO DO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E DO PRÓXIMO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

O EIXO ATLANTICO – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, tem vindo a promover um debate alargado os principais problemas e desafios com que a União Europeia se confronta e se colocam para o futuro da Política de Coesão.

O impacto negativo que a pandemia está a provocar nas nossas cidades, assim como o papel que os municípios se têm visto obrigados a desempenhar durante a crise demonstraram um necessário protagonismo dos municípios também na gestão pós-crise e nas medidas de promoção económica para a recuperação. O futuro impõe a necessidade de uma corresponsabilidade em todos os âmbitos, tanto entre instituições e cidadãos como entre os diferentes níveis da administração.

Beneficiando da confiança dos cidadãos, os municípios são diariamente chamados a intervir de forma decisiva na frente da saúde pública e na frente do combate aos custos da crise social e económica. Em momentos de crise, os cidadãos reclamam lideranças claras e visíveis; lideranças que em grande medida foram assumidas pelas presidências das câmaras municipais e que devemos manter enquanto iniciativas políticas que inspirem confiança nos cidadãos.

Nesse contexto, os presidentes dos municípios reuniram em Pontevedra, em 17-09-2020, para debater, com um apoio de um conjunto alargado de especialistas qualificados e de reconhecido prestígio, propostas que orientem a ação política e que favoreçam a saída da crise.

Não estão a reivindicar recursos financeiros para os seus territórios. Estão a defender uma visão estratégica comum a todo o território da Euro-região Galiza – Norte de Portugal.

Não querem condicionar os processos de decisão sobre os planos de recuperação e resiliência e sobre os novos quadros financeiros plurianuais de Espanha e de Portugal. Exigem ser ouvidos e que a sua proposta seja ponderada nos processos de decisão.

Defendem que as novas políticas públicas para os próximos 10 anos, decididas em Espanha e em Portugal, tenham a mesma visão estratégica de um território alargado cuja mais valia se fundamenta na partilha.

3.1.0 INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA (NEXT GENERATION EU)

O Conselho Europeu foi capaz de trabalhar um roteiro comum para a recuperação, no qual se estabelecem alguns princípios importantes, como a solidariedade, a coesão e a convergência, definindo grandes domínios de ação: um mercado único plenamente operacional, um esforço de investimento sem precedentes, uma ação a nível mundial e um sistema de governação operacional. Reconheceu também ser da máxima importância aumentar a autonomia estratégica da União e produzir bens essenciais na Europa.

A Comissão Europeia apresentou, no final de maio, um pacote abrangente que combina o futuro Quadro Financeiro Plurianual com um esforço específico de recuperação ao abrigo do Instrumento de Recuperação da União Europeia (*Next Generation EU*).

Nos termos da decisão do Conselho Europeu e de forma inovadora, a Comissão fica autorizada a contrair empréstimos nos mercados de capitais, em nome da União, até ao montante de 750 mil M€, a preços de 2018. Os fundos dos empréstimos contraídos podem ser utilizados para conceder empréstimos até um montante de 360 mil M€, a preços de 2018, e para despesas até um montante de 390 mil M€, a preços de 2018.

	1000 M€
Next Generation EU	750
Mecanismo de Recuperação e Resiliência	672,5
dos quais, sob a forma de empréstimos	360
dos quais, sob a forma de subvenções	312,5
REACT - EU	47,5
Horizonte Europa	5
InvestEU	5,6
Desenvolvimento Rural	7,5
Fundo para uma Transição Justa	10
RescEU	1,9

A aplicação eficaz do *Next Generation EU* deverá traduzir-se num incremento de 2 % no produto interno bruto até 2024 e na criação de 2 milhões de postos de trabalho, nomeadamente mediante a aceleração das transições ecológica e digital.

Os compromissos jurídicos de um programa complementado pelo *Next Generation EU* devem ser assumidos até 31 de dezembro de 2023. Os pagamentos correspondentes serão efetuados até 31 de dezembro de 2026.

3.2 O MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência constitui o núcleo central da Next Generation da UE. É a ferramenta fundamental de que dispomos para converter os desafios imediatos colocados pela pandemia numa oportunidade de longo prazo.

Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia

O plano para a recuperação da Europa exigirá um enorme investimento público e privado a nível europeu, por forma a colocar firmemente a União numa trajetória de recuperação sustentável e resiliente, criando postos de trabalho e reparando os danos imediatos causados pela pandemia de COVID-19, e apoiando simultaneamente as prioridades ecológicas e digitais da União. O Quadro Financeiro Plurianual, reforçado pelo *Next Generation EU*, será o principal instrumento europeu.

Cada Estado-Membro deve preparar a sua proposta de plano nacional de recuperação e resiliência, que defina a agenda de reformas e de investimento para o período de 2021-2023. Os planos serão revistos e adaptados, se necessário, em 2022, a fim de ter em conta a afetação definitiva de fundos para 2023.

Pretende a Comissão que o procedimento legislativo esteja concluído numa oportunidade que permita a operacionalização do Mecanismo de Recuperação e Resiliência a partir de 01-01-2021. Os Estados-Membros devem apresentar uma versão preliminar do seu plano nacional de recuperação e resiliência a partir de 15-10-2020, prazo que termina em 30-04-2021.

As versões preliminares dos planos nacionais de recuperação e resiliência são avaliadas à luz da coerência com as recomendações específicas por país, o reforço do potencial de crescimento, a criação de emprego, a resiliência económica e social e o contributo efetivo para a transição ecológica e digital.

A coincidência temporal do Plano de Recuperação e Resiliência e do próximo Quadro Financeiro Plurianual, ambos coincidindo ainda com os dois últimos anos de execução dos fundos do atual Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, vão exigir a definição de medidas de curto prazo, num horizonte temporal a 3 anos, orientadas para a resposta imediata à crise social e económica e centradas na proteção do emprego e do tecido das PME, e de medidas de médio prazo orientadas para as reformas estruturais necessárias.

Estamos perante um modelo de aplicação dos recursos financeiros da União Europeia mais centralizado e mais dirigista, por força do significativo crescimento das políticas geridas diretamente pela Comissão Europeia e pela natureza substantiva da intervenção que a esta é permitida para a aceitação dos planos nacionais, sendo claramente desvalorizado o princípio da subsidiariedade que vigou nos ciclos de programação anteriores.

3.3 A ESTRATÉGIA ANUAL DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DA UE 2021

A Comissão Europeia definiu orientações estratégicas muito detalhadas para a aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, através da Estratégia Anual de Crescimento Sustentável para 2021, dando assim operacionalização ao ciclo do Semestre Europeu de 2021.

A sustentabilidade ambiental, a produtividade, a equidade e a estabilidade macroeconómica representam os princípios orientadores em que se devem basear os planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros, que deverão integrar os programas nacionais de reformas e investimentos, concebidos em conformidade com os objetivos estratégicos da UE e articulados em torno das transições ecológica e digital.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência assenta no objetivo da UE de alcançar a sustentabilidade competitiva e a coesão através de uma nova estratégia de crescimento, o Pacto Ecológico Europeu. Dar resposta à crise climática e ambiental constitui um dos grandes desafios da nossa era e constitui uma oportunidade para relançar as nossas economias de forma sustentável.

A transição digital é fundamental para reforçar a resiliência social e económica da UE e dos Estados-Membros, bem como o seu potencial de crescimento sustentável e a criação de emprego. A pandemia de COVID-19 realçou a necessidade premente de dar resposta a problemas enraizados que afetam a equidade na sociedade. São de referir, entre estes, a preparação e a resiliência dos sistemas nacionais de saúde e de segurança social, bem como a igualdade de acesso a cuidados de saúde de qualidade e a preços comportáveis, os sistemas de cuidados continuados e de acolhimento na primeira infância, a evolução demográfica, a globalização ou as transições digital e ecológica.

Os planos de recuperação e resiliência deverão ter em conta os desafios específicos ao país em causa e estar em sintonia com as prioridades da UE, consagrando, no mínimo, 37 % das despesas a questões no domínio do clima.

Na Estratégia Anual de Crescimento Sustentável para 2021 a Comissão identifica o conjunto de prioridades para os Estados -Membros e o que considera ser as iniciativas emblemáticas europeias e que os Estados-Membros devem incorporar nos seus planos de recuperação e resiliência.

- 1. Prioridades para os Estados-Membros

001	Transição ecológica	<p>Os Estados-Membros devem apresentar reformas e realizar investimentos destinados a apoiar a transição ecológica nos domínios da energia, dos transportes, da descarbonização da indústria, da economia circular, da gestão da água e da biodiversidade.</p> <p>implantação de energias renováveis e do hidrogénio e a intensificação das medidas tomadas para incrementar a eficiência energética dos edifícios.</p> <p>investimento nos transportes públicos e em infraestruturas que favoreçam a transição para uma mobilidade mais sustentável e inteligente, nomeadamente em redes multimodais europeias eficientes e sem descontinuidade, bem como na modernização das redes transeuropeias de transportes para passageiros e mercadorias.</p> <p>Promover uma economia mais circular, melhorar as infraestruturas ambientais e proteger e restabelecer a biodiversidade. A melhoria das infraestruturas ambientais, nomeadamente no que diz respeito à gestão dos resíduos e da água, bem como a redução da poluição, protege a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra os riscos e os efeitos relacionados com o ambiente.</p>
002	Transição digital e produtividade	<p>Pelo menos 20 % das despesas de cada plano de recuperação e resiliência devem ser consagradas ao setor digital.</p> <p>Prioridade às reformas e aos investimentos que melhorem a conectividade. Facilitar a implantação generalizada de redes de capacidade muito elevada, nomeadamente a conectividade 5G e gigabit entre os agregados familiares urbanos e rurais e os grandes corredores de transporte, em consonância com os objetivos da UE em matéria de conectividade 5G e gigabit para 2025</p> <p>A transformação da administração pública, incluindo a digitalização dos sistemas judiciais e a utilização de novas gerações de instrumentos digitais, resultará numa melhoria dos processos administrativos e facilitará a interação em linha com os cidadãos e as empresas.</p>
003	Equidade	<p>O processo de recuperação e transição deve ser equitativo para todos os europeus, a fim de evitar o agravamento das desigualdades, garantir o apoio a todas as componentes da sociedade e contribuir para a coesão social, económica e territorial.</p>

- 2. Iniciativas emblemáticas europeias

Os Estados-Membros devem prever nos seus planos de recuperação e resiliência investimentos e reformas nos domínios concretos que a Comissão Europeia identifica como iniciativas emblemáticas.

001	Reforço da capacidade energética	Lançar os alicerces para mercados-piloto de hidrogénio na Europa e infraestruturas conexas. Visa apoiar a criação e a integração setorial de quase 40 % dos 500 GW de produção de energia a partir de fontes renováveis que são necessários até 2030.
002	Renovação	Melhoria da eficiência energética e a utilização eficiente dos recursos no âmbito dos edifícios públicos e privados.
003	Recarregamento e reabastecimento	Estações de recarregamento e reabastecimento, bem como a extensão dos transportes públicos tornará as regiões e as cidades europeias mais limpas.
004	Interligação	Implantação acelerada de serviços de banda larga rápida em todas as regiões e agregados familiares; permitir a implantação de uma cobertura 5G ininterrupta e a mais alargada possível em todas as zonas até 2025.
005	Modernização	Os principais serviços públicos digitais devem ser modernizados e acessíveis a todos. Meios de identificação e autenticação eletrónica seguros a nível da UE face aos poderes públicos e a intervenientes privados. Até 2025, os Estados-Membros devem garantir o fornecimento de uma identidade digital europeia (identificação eletrónica)
006	Expansão	Reforço das capacidades industriais europeias em matéria de computação de dados em nuvem e da capacidade de desenvolver processadores mais potentes, avançados e sustentáveis.
007	Requalificação e melhoria das competências	investimentos na requalificação e melhoria das competências são fulcrais para apoiar as transições ecológica e digital, reforçar a inovação e o potencial de crescimento, promover a resiliência económica e social e garantir postos de trabalho de qualidade, bem como a inclusão social.

Os Estados-Membros devem concentrar-se nos investimentos que se revertem em benefício do mercado único. Os projetos transfronteiriços e aqueles que associam vários países são essenciais para promover certos tipos de investimentos, por exemplo no domínio das interligações energéticas ou das redes de transportes, ou os projetos digitais e ecológicos orientados para o futuro, os quais se traduzirão em benefícios concretos para o mercado único.

3.4 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DE PORTUGAL

A versão preliminar do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal foi apresentado à Comissão Europeia em 14-10-2020. Prevê uma dotação global, a preços correntes, de 13.944 M€ de subvenções, admitindo ainda a possibilidade de reforço daquele valor através de empréstimos, num montante adicional de até mais 4.295 M€.

RESILIÊNCIA	Vulnerabilidades Sociais 3.101 M€	Potencial Produtivo e Emprego 2.539 M€	Competitividade e Coesão Territorial 1.809 M€
	Mobilidade Sustentável 1.032 M€	Descarbonização e Bioeconomia 865 M€	Eficiência Energética e Renováveis 806 M€
	Escola Digital 500 M€	Empresas 4.0 650 M€	Administração Pública Digital 1.501 M€

Vulnerabilidades Sociais	3101
Serviço Nacional de Saúde	949
Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	463
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	205
Conclusão da Reforma da Saúde Mental (incluído na rede hospitalar)	85
Equipamento Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	196
Habitação	1437
Reestruturar o parque de habitação social	1251
Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (inc. Autónoma e Mais Habitação)	186
Respostas Sociais	465
Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para o Envelhecimento e a Infância	420
Accesibilidades 360º	45
Operações em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250

Potencial Produtivo e Emprego	2539
Investimento e Inovação	1209
Agendas mobilizadoras de reindustrialização	930
Missão Interface - renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para tecido produtivo	186
Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	93
Qualificações e Competências	1330
Modernização do ensino profissional	710
Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial	360
Impulso Jovem STEAM	140
Impulso Adultos	120

Competitividade e Coesão Territorial	1809
Infraestruturas	773
Rede ALE interior	300
Missing links	254
Ligações transfronteiriças	110
Aumento capacidade rede viária estruturante	109
Florestas	665
Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	270
Faixas gestão combustível - rede primária	166
Meios de combate a incêndios rurais	93
Cadastro do território	96
Programa Mais Floresta	40
Gestão Hídrica	371
Plano eficiência hídrica do Algarve	200
Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (Barragem do Pisão)	171
Mobilidade Sustentável	1032
Mobilidade Sustentável	1032
Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcantara	304
Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música - Devesas	299
Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	250
Linha BRT do Campo Alegre	83
Descarbonização dos Transportes Públicos	96
Descarbonização e Bioeconomia	865
Descarbonização da indústria	715
Descarbonização da indústria	715
Bioeconomia	150
Bioeconomia	150
Eficiência Energética e Renováveis	806
Eficiência Energética em Edifícios	620
Eficiência Energética em Edifícios	620
Hidrógeno e Renováveis	186
Hidrogénio e Renováveis	186
Escola Digital	500
Escola Digital	500
Transição digital na Educação	500

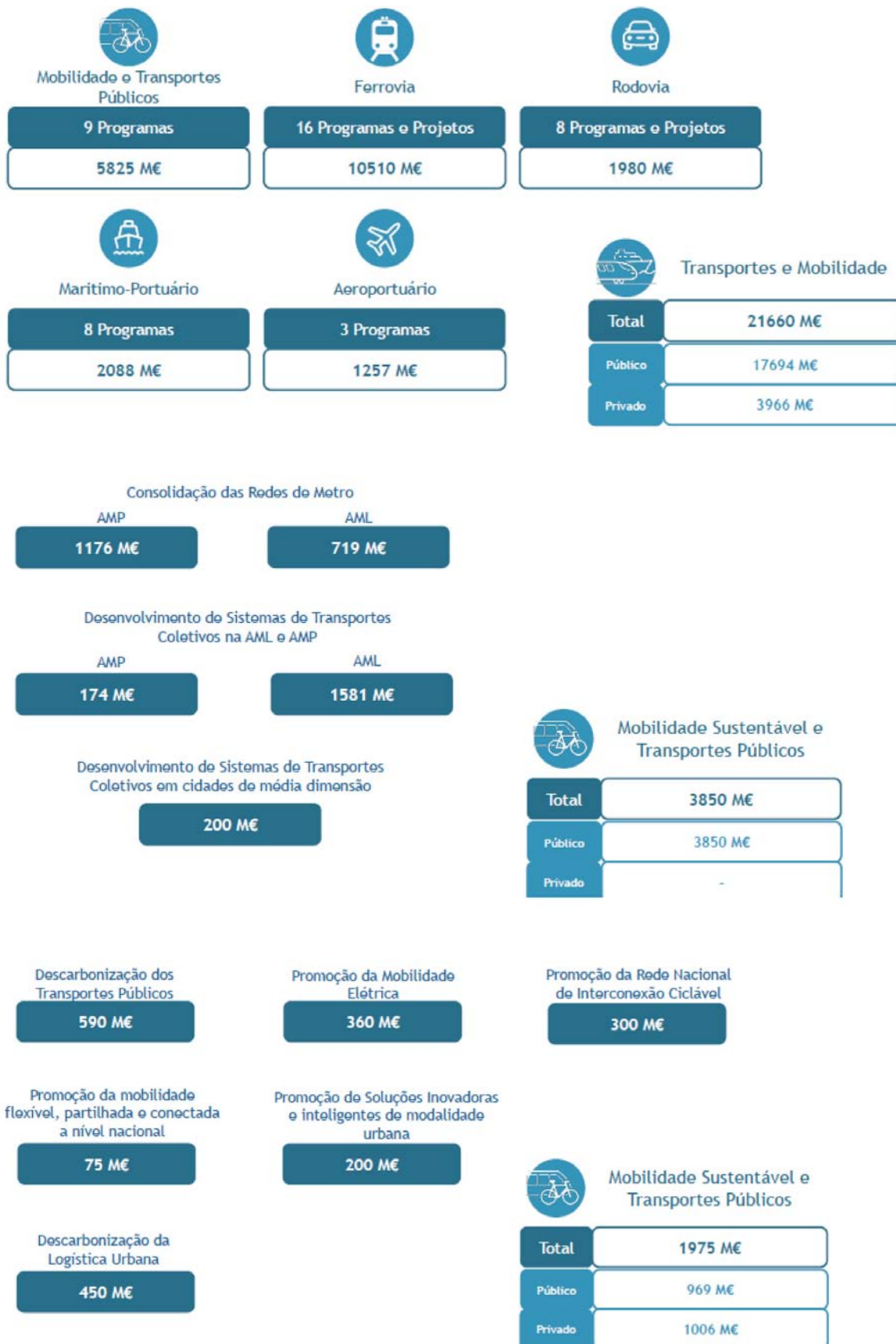
Empresas 4.0	650
Empresas 4.0	650
Transição Digital (Empresas)	650
Administração Pública Digital	1501
Administração Pública Digital	1501
Portal digital dos serviços públicos e consulares	275
Cibersegurança, Ringov e data science	64
Redes de emergência: Siresp e 112	70
Programa nacional de capacitação e qualificação da Administração Pública	98
Modernização e simplificação da gestão financeira e patrimonial pública	206
Transição digital na Justiça	288
Transição digital na Segurança Social	200
Transição digital na Saúde	300
Investimentos que requerem clarificação (empréstimos)	4295
Habitação	
Parque público de habitação acessível	2745
Potencial Produtivo e Emprego	
Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco de Fomento	1250
Mobilidade Sustentável	
Material Circulante Ferroviário - regionais (longo curso)	300

3.5 O PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030 DE PORTUGAL

A Estratégia Anual de Crescimento Sustentável para 2021 adota o princípio de que os planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros deverão integrar os programas nacionais de reformas e investimentos, concebidos em conformidade com os objetivos estratégicos da UE e articulados em torno das transições ecológica e digital.

Neste contexto, Portugal apresentou no passado dia 22-10-2020 o Programa Nacional de Investimentos 2030, que abrange os investimentos em infraestruturas e equipamentos com um valor unitário superior a 75 M euros.

Este PNI2030 condiciona os projetos de natureza infraestrutural que poderão beneficiar de apoio através do Plano de Recuperação e Resiliência ou do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. Abrange os setores dos transportes e mobilidade, ambiente, energia e regadio.





Sustentabilidade Ambiental

Total	7418 M€
Público	6901 M€
Privado	517 M€



Transição Energética

Total	13060 M€
Público	724 M€
Privado	12336 M€



3.6 AS INICIATIVAS DOS MUNICÍPIOS DO EIXO ATLÂNTICO

Com base no capítulo do presente trabalho que assinala as propostas, iniciativas e necessidades apresentadas pelos municípios associados do Eixo Atlântico por ocasião da reunião de Pontevedra, é formulada no quadro seguinte a sua sistematização sumária à luz das orientações estratégicas previstas na Estratégia Anual de Crescimento Sustentável para 2021. Assinala-se também o seu possível enquadramento nos planos de recuperação (PRR) e resiliência e/ou nos instrumentos programáticos do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. (QFP) Trata-se de um exercício meramente indicativo, tanto mais que não se encontram ainda consolidados os documentos finais relativos à operacionalização destes fundos.

Ref	Propostas, iniciativas e necessidades assinaladas	Estratégia Anual de Crescimento Sustentável para 2021	PRR	QFP
1	Reorientación de la actividad productiva que, en todo caso, no puede perder de vista los condicionantes locales: infraestructuras, comunicaciones, disponibilidad de suelo industrial, acceso a los puertos, etc	Transição digital e produtividade	✓	✓
2	La estrategia de reorientación o reindustrialización debe incluir programas de incentivos a dichas empresas que favorezcan su capitalización y fomenten su mayor tamaño mediante procesos de fusión o de cooperación	Transição digital e produtividade	✓	✓
3	puesta en marcha de Planes territoriales de reactivación del empleo, así como la mejora de la empleabilidad de los trabajadores mediante la formación para nuevos empleos y habilidades, incrementando sus cualificaciones y competencias	Equidade	✓	✓
4	impulsar un Plan de reactivación de la industria agroalimentaria orientado a desarrollar nuevos modelos productivos, a incrementar el valor añadido de la producción, a la diversificación y al impulso de la comercialización de productos de proximidad de procedencia agropecuaria o de la silvicultura, reduciendo la huella ecológica de su producción	Transição ecológica	✓	✓
5	solventar bajo criterios de Economía Verde, el tratamiento sostenible de los residuos agrarios, ganaderos y forestales, susceptibles de explotación energética	Transição ecológica	✓	✓
6	modernización de los parques empresariales para adaptarlos a las demandas de la nueva economía, mediante las inversiones necesarias en infraestructura, accesibilidad y conectividad	Transição digital e produtividade		✓
7	habilitar líneas de crédito al comercio que permitan abordar la digitalización, el comercio electrónico y los nuevos canales de relación con el cliente	Transição digital e produtividade	✓	
8	Plan de modernización del sector turístico	Transição ecológica	✓	
9	La puesta en valor de parajes singulares exige asimismo mejorar la red viaria que los conecta	Transição ecológica	✓	
10	crear programas específicos desde la Administración sanitaria de acuerdo con la distinta tipología de agua termales	Transição digital e produtividade		✓
11	desarrollo de ferrocarriles suburbanos para resolver el tráfico de proximidad, las conexiones con puertos y aeropuertos	Transição ecológica		✓
12	Impulso a la modernización del Corredor ferroviario del Atlántico	Transição digital e produtividade		✓
13	brecha existente en el acceso a prestaciones avanzadas, entre distintas áreas geográficas de un mismo territorio, generalmente entre zonas urbanas y rurales o suburbanas	Equidade	✓	✓
14	brecha entre distintos usuarios, normalmente determinada por el nivel de renta disponible	Equidade	✓	✓

Ref	Propostas, iniciativas e necessidades assinaladas	Estratégia Anual de Crescimento Sustentável para 2021	PRR	QFP
15	fomentar una cultura digital, poco frecuente en las PYMEs, que incluya marketing, facturación electrónica, integración de la información en tiempo real, relaciones con los clientes, etc.	Transição digital e produtividade	✓	
16	líneas específicas de inversión en el marco de la llamada Transición Digital	Transição digital e produtividade	✓	✓
17	implantar programas de digital skills para algunos segmentos de la población y de determinados sectores productivos	Equidade	✓	
18	el mayor desafío administrativo radica en la digitalización de los procedimientos internos para la toma de decisiones así como en el seguimiento por parte de los interesados	Equidade	✓	
19	la dificultad para implantar servicios digitales avanzados, como las aplicaciones de big data o de Inteligencia Artificial	Transição digital e produtividade	✓	
20	revisión de los procedimientos administrativos para evitar superposiciones, simplificar trámites, ganar tiempo y como consecuencia reducir costes de oportunidad	Transição digital e produtividade	✓	
21	promocionar el uso de energías limpias en los procesos productivos	Transição ecológica	✓	✓
22	sustitución de las actuales flotas de vehículos de transporte público que usan combustibles fósiles por otros eléctricos o con GLV	Transição ecológica	✓	✓
23	establecer conexiones entre las zonas urbanas y los espacios naturales	Transição ecológica		✓
24	programas de actuación sobre las áreas degradadas, que incluyan la rehabilitación del parque de viviendas, la creación de áreas peatonales y de zonas verdes, la mayor ocupación del espacio por las personas en detrimento de los vehículos, la calidad y utilidad del mobiliario urbano y, en general, la mejora de la calidad del espacio público	Transição ecológica		✓
25	promoción de vivienda en alquiler con precios protegidos	Equidade	✓	
26	actuar sobre el ciclo del agua, protegiendo los acuíferos y racionalizando el consumo del recurso hídrico	Transição ecológica		✓
27	mejorar la eficiencia de la infraestructura de abastecimiento, evitando pérdidas e impulsando la reutilización de aguas pluviales y residuales para usos no sanitarios	Transição ecológica		✓
28	planes de contingencia: sequía, incendios, inundaciones, etc	Transição ecológica	✓	✓
29	estrategia que aborde el reto demográfico en sus distintas vertientes,	Equidade	✓	
30	creación de una red de servicios sociosanitarios	Equidade	✓	✓
31	refuerzo de los servicios sociales locales y su ampliación ante las nuevas necesidades surgidas	Equidade	✓	
32	readaptación de algunas iniciativas a fórmulas alternativas de contacto con el público, lo que implica inversiones en equipamiento y en formación	Equidade	✓	
33	proyección de dichas manifestaciones, en especial de los eventos culturales singulares y de los festivales, actividades que tienen una influencia notable en la economía local y son un valor añadido a la marca de la Euroregión	Equidade	✓	

FOTOGRAFIAS

▶ AUTORES DO INFORME



FERNANDO GONZÁLEZ LAXE

Ex-presidente da Xunta de Galicia, Catedrático de Economia Aplicada, Diretor de Instituto de Estudos Marítimos da Universidade da Coruña e Coordenador do Relatório de Conjuntura do *Foro Económico de Galicia*.



JOSÉ LUIS MÉNDEZ ROMEU

Ex Secretário de Estado de Cooperação, ex *Conselleiro* da Presidencia, Administração Pública e Justiça da *Xunta de Galicia*, experto do Eixo Atlântico em administrações públicas.



JOSÉ SOEIRO

Ex-presidente do Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

▶ **EXPERTOS ASSISTENTES
POR VIDEOCONFERENCIA**





MIGUEL POIARES MADURO

Ex Ministro de Desenvolvimento Regional, ex Director da School of Transnational Governance do Instituto Universitário Europeu e atual Catedrático da Faculdade de Direito, Universidade Católica.



JOAQUIM OLIVEIRA MARTINS

Diretor Adjunto do Centro de Empreendimento, PME, Regiões e Cidades da OCDE.



JOSÉ PALMA

Ex Diretor de Cooperação da Comissão Europeia e experto do Eixo Atlântico em políticas comunitárias e fundos europeus.



MARIA JOÃO RAUCH

Consultora em políticas públicas e Perito URBACT.

▶ **EXPERTOS ASISTENTES
PRESENCIALMENTE**





ANDONI ALDEKOA

Professor da Universidade Geoge Washington e ex Concelheiro Delegado do Ayuntamiento de Bilbao.



ÁNGEL CARRACEDO

Catedrático de Medicina Legal, investigador e especialista internacional em genética. Membro da Real Academia Galega de Ciências e ex diretor do Instituto de Medicina Legal da Universidade de Santiago.



CARLOS MOEDAS

Ex Secretário de Estado Adjunto ao Primeiro-Ministro e ex Comissário Europeu de Investigação, Ciência e Inovação.



CARMEN LÓPEZ

Advogada especialista em empreendedorismo e mentora de Projetos empreendedores na Escola de Organização Industrial (EOI).



EMILIO FERNÁNDEZ SUÁREZ

Doutorado em Biologia e Catedrático de Ecologia na Universidade de Vigo. Ex Diretor-geral de Desenvolvimento Sustentável da *Consellería* de Meio Ambiente da *Xunta de Galicia*.



MANUEL RUIZ RIVAS

Alcalde de Ribeira



ALBERTO VARELA

Alcalde de Vilagarcía de Arousa



ALFREDO GARCÍA

Alcalde de O Barco de Valdeorras



ÁNGEL MATO

Alcalde de Ferrol



ARMANDO OJEA BOUZO

Teniente de alcalde Concello de Ourense



CLAUDIO GARRIDO

Alcalde de Sarria



EMÍDIO SOUSA

Presidente CM Santa Maria da Feira



EVENCIO FERRERO

Alcalde de Carballo



FÉLIX SEIJAS FERNÁNDEZ

Concelleiro de Sarria



FERNANDO ROCHA

Vicepresidente CM Matosinhos



GLORIA PRADA RODRÍGUEZ

Teniente de alcalde Concello Monforte de Lemos



HERNANI DIAS

Presidente CM Bragança



JOSÉ M^a COSTA

Presidente CM Viana do Castelo



JOSÉ MANUEL RIBEIRO

Presidente CM Valongo



JOSÉ SÁNCHEZ BUGALLO

Alcalde de Santiago de Compostela



JOSÉ TOMÉ

Presidente Diputación de Lugo



JUAN VILLOSLADA

Concelleiro de A Coruña



LUCINDA AMORIM

Vereadora CM Póvoa de Varzim



AGUSTÍN HERNÁNDEZ

Presidente CES



MIGUEL ALVES

Presidente do Conselho Regional do Norte



PAULO CUNHA

Presidente CM Vila Nova de Famalicão



PAULO RAMALHO

Vereador CM Maia



PEPE CRESPO

Alcalde de Lalín



RUI SANTOS

Presidente CM Vila Real



YÉSICA MÉNDEZ

Teniente de alcalde Concello de Culleredo



ALBERTO RIBEIRO

Diretor 'El Progreso'



DANIELA ASSUNÇÃO

Periodista 'Porto Canal'



DAVID LOMBAO

Diretor 'Praza Pública'



DAVID PONTES

Diretor Región Norte 'O Público'



JULIO RODRÍGUEZ

Diretor 'Atlántico Diario'



MANUEL FERREIRO

Diretor 'El Ideal Gallego'



MARÍA CERQUEIRA

Periodista 'RTP'



MIGUEL ÁNGEL RODRÍGUEZ

Diretor 'Diario de Pontevedra'



PAULO MONTEIRO

Diretor 'Correio do Minho'

A CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES FOI REFLETIDA EM

189

**PÁGINAS EM
MEIOS DE COMUNICAÇÃO
IMPRESSOS**

35

**NOTÍCIAS EM
MEIOS
DIGITAIS**

14

**NOTÍCIAS EM
RÁDIOS E TELEVISÕES**

**DOSSIER
MEIOS** |



EIXO ATLÁNTICO

CONFERENCIA DE ALCALDES EN PONTEVEDRA

Debate sobre as políticas municipais para a reconstrucción post-covid-19

O Eixo Atlántico organiza en Pontevedra a primeira Conferencia de Alcaldes post covid-19 o vindeiro xoves, día 17 de setembro, na que os 31 alcaldes que confirmaron a súa asistencia debaterán, con conxunto de expertos de alto nivel, as políticas a desenvolver no marco do proceso de reconstrucción para a superación da crise provocada pola pandemia, ao tempo que para reforzar a resiliencia das cidades para previr os efectos de vindeiras crises que se poidan producir.

É a primeira vez que na Península Ibérica, tanto en España coma en Portugal e posiblemente en Europa, os alcaldes dos dous países que constitúen un sistema urbano transfronteirizo, asumen conxuntamente o liderado do proceso e se reúnen para atopar solucións comúns e complementarias, para a maior crise que viviu Europa dende a Segunda Guerra Mundial.

Os concellos xogaron un papel determinante na xestión da pandemia, tanto polo mantemento dos servizos no medio do confinamento como garantindo os servizos sociais esenciais á poboación que máis estaba a sufrir os efectos dunha crise inesperada, e polo tanto para a que non se previra ningún tipo de medidas. Pero tamén a crise permitíunos comprobar aspectos inéditos que se deben considerar con carácter prioritario na nova etapa que se abre.

O confinamento produciu a desaparición case total do tráfico nas cidades, o que levou a un cambio radical na mellora da calidade do aire e con iso dos aspectos sanitarios nos que inflúe negativamente a contaminación. Esta situación ten que condicionar o modelo de mobilidade das nosas cidades, reforzando unha mobilidade sustentable a través de medidas como o incremento do transporte público e colectivo e a diminución do vehículo privado.

Outros aspectos como a dependencia excesiva de terceiros países especialmente do sueste asiático na produción de bens, a falta de reforzo da sanidade pública, ou o déficit de investimentos na investigación, mostraron o seu efecto máis perverso durante a crise, e son medidas que as cidades e os

gobiernos deben corrir. A creación de emprego e actividade económica, con especial atención a que tipo de emprego e que tipo de actividade económica, a calidade sobre a estatística e apostando pola excelencia e o valor engadido en base á investigación e innovación, as políticas sociais dando apoio aos que están a sufrir a crise, pero apostando pola innovación e emprendemento, fronte aos subsidios de carácter populista e o reforzo da sanidade, a educación e as políticas ambientais, serán os eixos sobre os que debaterán os Alcaldes e os expertos en Pontevedra.

EXPERTOS INTERNACIONAIS
Entre os expertos que confirmaron a súa asistencia atopáse Carlos Moedas, ex Comisario Europeo de Investigación, Ciencia e Innovación, José Soeiro, quen durante máis dunha década foi responsable do Instituto Financeiro de Desenvolvemento Rexional de Portugal e posteriormente Presidente da Axencia para o Desenvolvemento e Cohesión, María João Rauch consultora da OCDE, Anxo Carracedo, Catedrático de Medicina Legal, investigador, membro da Real Academia Galega de Ciencias e ex director do Instituto de Medicina Legal da Universidade de Santiago, Emilio Fernández Suárez, Catedrático de Ecoloxía, Ex Director Xeral de Desenvolvemento Sustentable da Xunta de Galicia e até hai pouco comisariado do Campus do mar, Andoni Aldekoa profesor Convocado da universidade George Washington, Fernando González Laxe, ex Presidente da Xunta, Catedrático de Economía Aplicada e ex Director do Foro económico de Galicia, Carmen López, avogada experta en emprendemento e mentora de proxectos emprendedores na Escola de Organiza-

ción Industrial, José Luis Méndez Romeu ex Secretario de Estado de Cooperación, ex Conselleiro de Presidencia, Administración Pública e Xustiza da Xunta e experto do Eixo Atlántico en administracións públicas.
Por videoconferencia participarán desde Bruxelas José Palma ex Director de Cooperación da Comisión Europea e experto do Eixo Atlántico en políticas comunitarias e fondos europeos, desde Florencia Miguel Poiates Maduro, ex Ministro de Desenvolvemento Rexional e director do Instituto de Estudos Europeos de Florencia, desde París Joaquim Oliveira Martins, Director Adxunto do Centro de Emprendemento, PE-ME, Rexións e Cidades da OCDE. Que aínda que inicialmente estaba prevista a súa presenza, as actuais circunstancias especialmente para os viaxeiros procedentes de España impediron a súa presenza física, aínda que participarán todo o debate por videoconferencia.

CONCLUSIÓNS
O documento resultante do debate e as ideas que nel se expoñan, configurarán a base que o Eixo Atlántico vai propor aos gobernos de Portugal e España, así como á Xunta de Galicia, para que sexan incluídas nas políticas de reconstrucción, tanto a nivel de xestión política como a nivel de



A asemblea xeral de Eixo Atlántico celebrada en Mala, en 2018.

PROGRAMA

- ✓ **As 9,00/9,30 horas:** Recepción asistentes (simultaneamente chegar a esta hora polas medidas de seguridade).
- ✓ **As 10,00 horas: comezo da reunión:**
 - Breve introdución por parte do Secretario Xeral, citando aos expertos e medios de comunicación asistentes.
 - Intervención brevedade Alcalde anfitrión.
 - Intervención brevedade Presidente do Eixo Atlántico.
 - Intervención brevedade Vicepresidenta do Eixo Atlántico.
- ✓ **As 10,20 horas:** primeiro bloque: emprego e economía (incluíndo aspectos como a investigación e innovación).
- ✓ **As 12,00 horas:** segundo bloque: política social.
- ✓ **As 13,00 horas:** terceiro bloque: cidade - administración local, sustentabilidade ambiental e mobilidade.
- ✓ **As 14,00 horas:** fin da conferencia.

Cada bloque comezará cunha intervención dos expertos vinculados aos diferentes ámbitos para a continuación abrir o debate entre expertos e Alcaldes. As intervencións deberán ocupar o tempo necesario pero sen estenderse en exceso, para dar ocasión a un debate fluido no que intervirán todos os que o desexen. De forma flexible procurarase que sexan intervencións que non superen os 5 minutos, para que en cada quenda poidan intervir ao menos 10 persoas. Ao final do debate os relatores elaborarán un breve resumo político dos aspectos máis relevantes. O debate será moderado e conducido polo Secretario Xeral. Moi importante, nas intervencións non se aceptará que ningún intervinente conte as experiencias ou xestión feita polo seu Concello, xa que todos teñen cousas que contar e o debate limitárase a unha narrativa de balance de xestión dos Concellos. Todo o debate deberá centrarse en ideas ou propostas de futuro ou dúbidas que os Concellos queiran resolver pero sempre sobre a xestión política de futuro.

financiamento. Ao mesmo tempo servirán de folia de ruta naquelas materias que sexan competencias dos concellos para poder acadar solucións de forma conxunta e complementaria, evitando a dispersión, a duplicidade e o enfrontamento nunha etapa na que é imprescindible unha xestión coordinada da crise.

financiamento. Ao mesmo tempo servirán de folia de ruta naquelas materias que sexan competencias dos concellos para poder acadar solucións de forma conxunta e complementaria, evitando a dispersión, a duplicidade e o enfrontamento nunha etapa na que é imprescindible unha xestión coordinada da crise.

▶ CORREIO DO MINHO



CISION

ID: 88638157

Correio do Minho

18-09-2020

Melo: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 24,16 x 10,16 cm²
Corte: 4 de 4

Correio do Minho.pt

SEXTA 18 SETEMBRO 2020 | Director PAULO MONTEIRO | Ano LXXXII Série VI N.º 11571 DIÁRIO € 1,00 IVA Inc.

ALCAIDES E ALCALDESAS POST COVID19
CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES PÓS COVID19

EIXO ATLÂNTICO

AUTARCAS EXIGEM APOIO

FECHO DE FRONTEIRAS "NÃO PODE SER SOLUÇÃO"

Págs. 13 e 15

HOSPITAL DE BRAGA
Mostra exibiu meios de protecção para segurança de todos
Pág. 8

VIANA DO CASTELO
José Maria Costa presidiu ao Comité Executivo das Cidades Atlânticas
Pág. 12

SC BRAGA
Guerreiros do Minho preparam estreia na I Liga com ambição e confiança
Págs. 16 e 19

BRAGA
Apreensão e euforia no regresso às aulas
Págs. 4 e 5

HOJE ESPECIAL
94.º Aniversário do GD Prado
Págs. 20 e 23

POUPE
ESTE FIM-DE-SEMANA
O ESSENCIAL DA POUPANÇA
MAIS DE 35%
DOURADA/ROBALO 200-600G
Agricultura Frasco 6,49€/kg

Ajudamos a concretizar os seus sonhos!

CONDIÇÕES
FINANÇAS E INVESTIMENTOS
SOLUÇÕES IMÓVEIS
CORREÇÃO
MANTENÇÃO
RECONSTRUÇÃO
JARDINS

VIANA DO CASTELO - BRAGA - GUARAZES - PORTO - LISBOA - FARO
www.casapeixoto.pt @CasaPeixoto

69

CISION

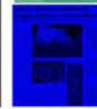
Correio
do Minho

ID: 88638157

18-09-2020

Melo: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 24,57 x 29,68 cm²
Corte: 2 de 4



Autarcas reivindicam protagonismo e exigem apoio para sectores produtivos

CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES, promovida ontem pelo Eixo Atlântico em Pontevedra, reuniu 31 autarcas dos dois lados da fronteira e um conjunto de especialistas para definir as linhas mestras para se fazer o caminho da reconstrução pós-pandemia.

EIXO ATLÂNTICO
| Patrícia Sousa |

Autarcas da Galiza e Norte de Portugal reivindicaram ontem, por unanimidade, o papel determinante que as cidades e os municípios desempenharam durante a pandemia, exigindo agora que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos sectores produtivos da Euro-região.

No encontro, promovido pelo Eixo Atlântico e que se realizou em Pontevedra durante quase quatro horas, "31 presidentes das principais cidades da Euro-região debateram com um conjunto de especialistas as principais linhas que devem definir o caminho da reconstrução.

O secretário-geral do Eixo Atlântico, Xoán Mao, começou por defender que "as ajudas não podem ir para empresas como a Iberia ou a Vodafone, que não são espanholas e o seu capital não é espanhol, é do Reino Unido, país que abandonou a EU, mas sim para os empresários e independentes portugueses e galegos". Xoán Mao foi mais longe: "Espanha não deve actuar como um cavalo de Tróia para que o dinheiro da UE vá para empresas inglesas, deve sim investi-lo em quem paga aqui os seus impostos e gera riqueza e com isso mantém a saúde, a educação e a própria administração pública".

Os responsáveis políticos começaram por reivindicar a situação dos territórios de baixa densidade, que "são sempre os mais desprotegidos, não da pandemia, mas dos apoios para superar os seus efeitos".

Uma postura defendida pelos presidente das câmaras da Galiza e de Portugal, que revelou "situações ignoradas" como as que está a viver o sector agroalimentar, muito ligado à gastronomia e ao turismo, dado que muitas das grandes superfícies vendem produtos de outras re-



'Conferência de Presidentes' do Eixo Atlântico realizou-se, ontem, em Pontevedra, na Galiza



Encontro contou com a participação de 31 autarcas portuguesas e galegas

giões.

Por isso, uma das reivindicações unânimes foi o apoio aos sectores produtivos do território tanto às pequenas e médias empresas como aos independentes.

Outra conclusão "unânime" do encontro prende-se com o "papel determinante que as cidades e os municípios desempenharam durante a pandemia, cobrindo com os seus próprios recursos a falta de apoios de outras entida-

des, nas áreas sanitária, social, educativa, cultural e de motivação da população para resistir ao confinamento". Precisamente porque são os municípios "os que melhor conhecem as necessidades dos seus cidadãos", reivindicaram "um papel protagonista no processo de reconstrução para garantir que o referido processo contemple e apoie as necessidades dos habitantes das cidades da Euro-região".

“Esta foi a primeira vez que na Península Ibérica, e possivelmente na Europa, os presidentes dos dois países, que constituem um sistema urbano transfronteiriço, assumem conjuntamente a liderança do processo e se reúnem para procurar soluções comuns e complementares para a maior crise que a Europa viveu desde a segunda guerra mundial.”

José Maria Costa
Presidente CM Viana do Castelo

As intervenções que centraram mais o debate foram as de Carlos Moedas pela sua condição de ex-comissário e o seu conhecimento que ofereceu sobre a implementação da inovação, os programas existentes e as políticas da UE nesta área e o seu impacto na competitividade num momento chave para gerar actividade económica.

"Foi das conferências mais interessantes que estive nos últimos tempos. A mensagem forte foi a necessidade de reforçar as políticas públicas, porque é a proximidade dos autarcas às pessoas que vai permitir liderar a mudança que é necessária. Estivemos a definir uma direcção."

Miguel Alves
Presidente CM Caminha

+ mais

O documento resultante deste debate vai configurar a base que o Eixo Atlântico vai propor aos governos de Portugal e Espanha, assim como à Xunta de Galicia, para serem incluídas nas políticas de reconstrução, tanto a nível de gestão política como de financiamento.

Servirá de roteiro para os municípios poderem formular soluções de forma conjunta e complementar, evitando a dispersão, a duplicação e o confronto quando é imprescindível uma gestão coordenada da crise.

Eixo Atlântico: autarcas e especialistas debatem recuperação pós-pandemia

CONFERÊNCIA internacional decorre na quinta-feira em Pontevedra (Galiza, Espanha) e coloca em cima da mesa temas relacionados com o desenvolvimento económico-social, a administração local e a sustentabilidade.

EIXO ATLÂNTICO

[Redacção/Lusa]

Vários autarcas e especialistas reúnem-se, na quinta-feira em Pontevedra (na Galiza) para debaterem a recuperação económica da pós-pandemia. Em cima da mesa estão, também, as políticas a desenvolver para fazer face a possíveis futuras crises.

Esta é a primeira vez que os 31 presidentes de câmaras municipais do Eixo Atlântico (que inclui municípios portugueses e espanhóis) se reúnem para procurar soluções comuns e complementares para "a maior crise que a Europa viveu desde a segunda guerra mundial", considerou o Eixo Atlântico em comunicado.

A conferência vai dar origem a um documento que servirá de base a uma proposta a apresentar aos governos de Portugal e Espanha e à Junta da Galiza, e cujas ideias podem ser incluídas nas políticas de reconstrução. Serve, ainda, como roteiro para os municípios, contribuindo para formulação de soluções de forma conjunta e complementar, "evitando a dispersão, a duplicação", ou "o confronto numa etapa em que é imprescindível uma gestão coordenada da crise", lê-se no mesmo comunicado.

O Eixo Atlântico salienta que os municípios tiveram um papel determinante na gestão da pandemia garantindo os serviços essenciais à população durante o confinamento.

Para aquela entidade, a crise permitiu identificar "aspectos inéditos" que devem ser considerados "prioritários" na nova etapa que se inicia, nomeadamente no que se refere à mobilidade, reforçando as políticas públicas de incremento do transporte público, coletivo com vista à redução do uso de veículos individuais.

A pandemia confrontou ainda a Península Ibérica, com a "excessiva" dependência de países ter-



Conferência junta autarcas de 31 municípios portugueses e espanhóis e peritos internacionais

Conferência

Programa Investigação em economia e administração local em debate

A Conferência tem início marcado para as 09.30 horas (hora espanhola) e conta com as presenças de do secretário-geral, do presidente e vice-presidente do Eixo Atlântico, bem como do autarca de Pontevedra (Galiza). O primeiro painel tem como tema 'Emprego e Economia, Incluindo Aspectos como a Investigação e Inovação'. Este bloco conta com a intervenção, via videoconferência, do professor universitário e ex-ministro, Miguel Poiães Maduro. A 'Política Social' e 'Cidade - Administração Local, Sustentabilidade Ambiental e Mobilidade' são os temas a abordar no segundo e terceiro blocos. Entre os especialistas internacionais estão o ex-Comissário Europeu de Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, e o deputado do Bloco de Esquerda José Soeiro. Maria João Rauch, consultora da OCDE, Andoni Aldekoa, da universidade George Washington, são entre outros, alguns dos nomes já confirmados, a que se junta, por videoconferência, Joaquim Oliveira Martins, director Adjunto do Centro de Empreendedorismo, PME, Regiões e Cidades da OCDE.

●●●
Esta é a primeira vez que os 31 presidentes de câmaras municipais do Eixo Atlântico (que inclui municípios portugueses e espanhóis) se reúnem para procurar soluções comuns e complementares para "a maior crise que a Europa viveu desde a segunda guerra mundial.

ceiros, especialmente do sudeste asiático, na produção de bens e sublinhou a necessidade de reforço dos serviços saúde públicos e de correção dos défices

de investimento na área da investigação.

Os autarcas e peritos internacionais irão focar-se em alguns eixos fundamentais, nomeadamente a criação de emprego, a aposta na investigação e inovação, o reforço das políticas sociais com base no empreendedorismo por oposição aos "subsídios populistas", e ainda o reforço das políticas de saúde pública, da educação e das políticas ambientais.

O Eixo Atlântico é uma associação que reúne 36 municípios do Norte de Portugal e da Galiza. A pandemia de covid-19 já provocou pelo menos 910.300 mortos e mais de 28,2 milhões de casos de infeção em 196 países e territórios, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP.

Braga

Autarcas do Eixo Atlântico e peritos debatem recuperação da crise e futuro das cidades

RECUPERAR E DESENHAR um futuro melhor. É este o mote para o mega debate que vai juntar, hoje, em Pontevedra (Galiza) 31 autarcas de municípios do Eixo Atlântico e peritos de renome internacional. O objectivo é a recuperação da crise pós-pandemia.

EIXO ATLÂNTICO

| Marta Amaral Caldeira |

É com os olhos postos em criar cidades mais sustentáveis, com melhor mobilidade, emprego de qualidade para os cidadãos e mais "amigas" das próximas gerações que autarcas de 31 municípios dos 35 da região do Eixo Atlântico e vários peritos debatem, hoje, em Pontevedra, na Galiza, a recuperação económica e social no pós-pandemia Covid-19.

Xoan Mao, secretário-geral do Eixo Atlântico, indica que o período é de "crise" e que é preciso "união" para a enfrentar, sublinhando que esta é a "primeira vez" que os responsáveis autárquicos dos vários municípios do Norte de Portugal e da Galiza se juntam para concertar ideias e "desenhar um futuro melhor".

Assinalando que os municípios foram também um "agente protagonista" na primeira linha de combate à pandemia da Covid-19 dentro das suas cidades, Xoan Mao defende que eles sejam agora também auscultados pelos estados centrais no que diz respeito ao planeamento futuro e à "reconstrução" económica e social dos seus municípios.

Considerando esta como a pior crise que a Europa vive depois da II Guerra Mundial, o secretário-geral do Eixo Atlântico diz



Xoan Mao, secretário-geral do Eixo Atlântico

que este encontro que se realiza hoje é também uma "oportunidade" para encontrar novas soluções com vista à recuperação da crise pandémica e também de acertar novas políticas, em conjunto, com o objectivo de prevenir outras crises no futuro.

"A verdade é que nada será igual como antes da pandemia", elucida Xoan Mao, frisando que "nós temos de ser capazes de procurar não repetir os erros do passado e esperar que as coisas sejam melhores realmente".

"É preciso que as cidades deem



aos cidadãos emprego de qualidade, baseado na inovação e na investigação, porque não podemos estar a atrair empresas e a apoiá-las com subsídios se não o merecem".

Xoan Mao,
Secretário-geral do Eixo Atlântico

aos cidadãos emprego de qualidade, baseado na inovação e na investigação, porque não podemos estar a atrair empresas e a apoiá-las com subsídios se não o merecem. Nós temos que apostar por empresas que tenham um emprego de qualidade, que tenham um valor acrescentado, e respeitem os direitos sociais", disse, dando como exemplo uma das políticas públicas que hoje vai ser debatida.

Há outros temas "essenciais" que vão estar em cima da mesa como a questão da sustentabilidade e mobilidade das cidades. "Nós precisamos de políticos que pensem não nas próximas eleições, mas, sim, nas próximas gerações e num planeamento das cidades a longo prazo", asseverou.

+ mais

No debate participam o ex-Comissário Europeu de Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas e o deputado do BE, José Soeiro, além de Maria João Rauch, consultora da OCDE, Andoni Aldekoa, da Universidade George Washington e outros que se juntam por videoconferência como Miguel Poiães Maduro, ex-ministro de Desenvolvimento Regional e director do Instituto de Estudos Europeus de Florencia, ou Joaquim Oliveira Martins, director adjunto do Centro de Empreendedorismo, Regiões e Cidades da OCDE. Da conferência resultará um documento que baseará uma proposta a apresentar aos governos de Portugal e Espanha e Junta da Galiza.

David Bruno
18/Set MG



Aplauso del Eixo Atlántico al modelo de Santiago con el Hub de A Sionlla

Destacan el estímulo a la innovación y la captación de talento como una de las mejores salidas a la crisis // “Somos bos investigando, pero malos en industria”

CARLOS DEAÑO
Santiago

El Hub de A Sionlla, el polo de innovación con empresas de tecnología avanzada que se está poniendo en marcha en Santiago, fue ayer puesto como ejemplo en la cumbre del Eixo Atlántico. Una reunión que sentó un precedente, ya que es la primera en la que junto a los representantes municipales gallegos y portugueses, participó un nutrido grupo de expertos en distintos ámbitos para analizar la situación que plantea la crisis sanitaria por la pandemia.

Bajo el título de *La era Post-covid*, de lo que realmente se habló no es del pasado, sino del presente y el futuro, porque la crisis puede suponer una oportunidad para poner en marcha atractivos proyectos. Y que se aproveche o se pierda es la cuestión.

Economía y empleo, políticas sociales y sostenibilidad fueron los ejes sobre los que se centró el debate y sobre los que sus participantes expresaron sus opiniones acerca del camino que se debe seguir.

La digitalización para romper la brecha existente, no solo a la hora de modernizar las administraciones locales, sino también para su extensión a toda la sociedad, fue uno de los ejes, y ahí la representación compostelana tuvo un especial protagonismo. Fue gracias a las intervenciones del alcalde, Sánchez Bagallo, y del investigador, Ángel Carracedo; mientras que el polo innovador, el denominado Hub de A Sionlla, se convirtió en ejemplo de cómo potenciar la investigación y, al tiempo, obtener rentabilidad económica y social de ella.



Mao, izquierda; Lara Méndez, Ricardo Río, Méndez Romeu y José Soeiro, durante la Jornada en Pontevedra. Foto: E. A.

Por ello, señaló Bagallo que una de las prioridades de los gobiernos locales debería ser garantizar la prosperidad, sobre todo de las nuevas generaciones, garantizar su futuro, evitando ese círculo vicioso que afecta a muchas urbes de disponer de jóvenes bien formados pero condenados a la emigración.

“Nos últimos anos tivemos un crecemento enorme, pero centrado no turismo e nos servizos, e menos na industria, que fai 30 anos representaba un 15 % ou un 17 % do PIB e hoxe representa o 7 %”, una situación que la crisis ha puesto al descubierto, porque “tanto máis dependemos do sector servizos e do turismo, e tanto máis internacionalizado e diversificado está este turismo, máis sufrimos”.

Por suerte, explicó, “no caso contamos cunha universidade que non só é histórica, senón punteira en investigación en Biomedicina e Biotecnoloxía”, cuyo potencial es necesario aprovechar, y para ello ya se han dado algunos pasos decisivos. “Temos que poñer en valor e incrementar todos os nosos recursos”, afirmó el regidor.

SECTOR PUNTERO. Recordó, asimismo, su sorpresa cuando con motivo de la visita de un científico alemán a Santiago éste le había manifestado que la ciudad estaba muy por delante en materia de investigación en Biomedicina, pero que el problema era que aquí no existía industria para canalizar este conocimiento. De esta forma, se-

ñaló que, en estos momentos de crisis, y con la perspectiva de disponer de los fondos europeos de reconstrucción, es necesario establecer muy bien las prioridades. Una de ellas es precisamente la puesta en marcha de proyectos de este tipo, capaces de generar empleo de calidad y evitar que el talento formado en Galicia se vea abocado a emigrar.

En esta misma línea intervino también Ángel Carracedo, destacando además la necesidad de combinar los innegables avances en investigación en el Eixo Atlántico, con una colaboración mucho más estrecha entre los diferentes centros. “Somos bos en investigación, pero malos en transferencia”, señaló, al tiempo que expresaba su confianza en que el nuevo polo de

innovación sirva para estrechar más los vínculos en la comunidad científica. “Ciencia e investigación son os motores necesarios para conseguir unha economía potente”, y para ello el polo previsto en el polígono de A Sionlla es uno de los primeros pasos.

Y es que, como señalaba el secretario del Eixo Atlántico, Xan Vázquez Mao, uno de los objetivos fundamentales para la recuperación no es crear cualquier tipo de empleo, sino que debe ser de calidad, también por interés social, porque de la buena marcha de las empresas, los autónomos y los trabajadores, dependen también los ingresos fiscales que luego permitirán el funcionamiento de los servicios públicos, y no las empresas foráneas.

CONCLUSIONES REFORMAR LA POLÍTICA URBANA

*** Además de convertir la digitalización y la investigación en áreas estratégicas, uno de los objetivos señalados en la reunión fue reformular las políticas urbanas, cubrir las necesidades sociales que la crisis del covid ha incrementado y estimular la competitividad.

*** También se señaló la importancia de apoyar a los sectores productivos de la euroregión, evitando lo que Vázquez Mao calificó como “caballos de troya”, empresas multinacionales que intentan aprovecharse para recibir subvenciones.

*** Otra de las líneas de trabajo, que iría en esta misma dirección, es buscar el recíproco apoyando a las zonas con una menor densidad de población.

*** Además de los alcaldes, también participaron expertos en la materia que interviniéron por videoconferencia, y otros personalmente, entre los que cabe citar a Carlos Moedas, María Jolío Rauch, Emilio Fernández Suárez, Antoni Alejos, José Soeiro, Fernando González Laxe, José Palma, Miguel Polares, Joaquim Oliveira o José Luis Méndez Romeu.

*** Además de remitir las conclusiones a la Xunta y a los Gobiernos de ambos países, también servirán como hoja de ruta para planificar las políticas municipales futuras.

Reivindican la participación municipal en las ayudas para reconstrucción

Reunirán todas las propuestas en un documento para enviarlo al Gobierno

Santiago. Otro de los ejes de las intervenciones en la reunión de ayer fue la participación de los gobiernos locales en la elaboración de la lista de proyectos que aspirarán a participar en el fondo europeo de recuperación. Y es

que, como señaló el alcalde compostelano, “somos os máis pegados ao territorio” y conocen bien las necesidades.

También la alcaldesa de Lugo, Lara Méndez, reivindicó “que se nos escoite, se nos deive participar, ese nos dote de recursos”. En este sentido, destacó la importancia de la reunión, en la que la colaboración de alcaldes y expertos había permitido elaborar una hoja de ruta que se plasmará

en el plazo de un mes en un documento en el que se recogerán las principales líneas de actuación.

Entre ellas, señaló, figuran la digitalización para la modernización de la administración, pero también para su implantación en la sociedad, la construcción de la ciudad del futuro, y el diseño de políticas que permitan crear economías fuertes y solventes “pegadas ao territorio”.

Por su parte, el alcalde de Braga y presidente del Eixo Atlántico, Ricardo Río, destacó que es el momento de reforzar la capacidad de intervención de los poderes locales, con reuniones como la de ayer que permitan plantear diversas iniciativas a los gobiernos regionales y nacionales. Unas propuestas concretas que se plasmarán en los próximos meses.

El anfitrión de la reunión,

el alcalde pontevedrés Miguel Anxo Lores, que no pudo estar presente por un problema leve de salud, sí intervino a través de videoconferencia, y realizó un llamamiento a impulsar el desarrollo de la euroregión y aumentar su competitividad a través de una apuesta por las nuevas tecnologías, la economía circular y la puesta en valor del territorio. Frente a una crisis que, como señalaba el secre-

tario, Vázquez Mao, es la más grande desde el final de la Segunda Guerra Mundial, los alcaldes y técnicos comparecieron cerraron ayer un amplio abanico de propuestas centradas en la adaptación de las políticas urbanas a la nueva situación: la reindustrialización y la captación de talento. Se trata, como señaló un alcalde portugués, de romper con la excesiva dependencia de los fondos europeos.

Iniciativa pionera contra los efectos de la covid-19

BALANCE. La reunión celebrada este jueves en el teatro Principal de Pontevedra supone una iniciativa pionera para analizar la situación generada por la crisis sanitaria y establecer las mejores estrategias para, partiendo de la actual situación, aprovechar las oportunidades que ofrece de cara a una recuperación que no sea un mero regreso al pasado. Desde la iniciativa municipal, la administración más

próxima al ciudadano, y por lo tanto la que mejor conoce sus necesidades e inquietudes, y con la asesoría de los más destacados expertos en la materia, en la reunión se hizo un diagnóstico de los problemas más acuciantes y de sus posibles soluciones, con el objetivo de que a partir de las conclusiones de la cumbre se pueda ofrecer a los gobiernos y a la Unión Europea un ambicioso programa para orientar las polí-

ticas que permitan dar carpetazo a la crisis y hacer frente a situaciones similares que se puedan producir en el futuro. Tal y como señalaban los organizadores, es la primera vez que en la Península ibérica, tanto en España como en Portugal y posiblemente en Europa, los Alcaldes de dos países que constituyen un sistema urbano transfronterizo, asumen conjuntamente el liderazgo del proceso y se reúnen para

buscar soluciones comunes y complementarias, para la mayor crisis que ha vivido Europa desde la segunda guerra mundial. Desde los efectos que produjo el confinamiento en el tráfico de las ciudades, hasta aspectos como la desindustrialización y la dependencia de los productores de otros continentes, o el bajo nivel de inversiones en aspectos tan fundamentales como la sanidad pública o la investigación,

fueron objeto de análisis por parte de los participantes, y su resumen formará parte de un documento estratégico que ahora se trasladará a los gobiernos para que en plazo de un mes dispongan de todo el material con el que elaborar las políticas que con el respaldo de la Unión Europea se van a poner en marcha en los próximos años para conseguir superar los efectos de esta situación de crisis. **eco**

Medidas para potenciar la investigación con el polo de Biotecnología como ejemplo

Apuesta decidida del Eixo Atlántico por la digitalización // Hoja de ruta para afrontar la crisis desde una perspectiva local

CARLOS DEAÑO
Santiago

La reunión do Eixo Atlántico celebrada esta semana en Pontevedra supone un antes y un después en la historia de la euronregión, por cuanto ha servido para plantear las estrategias de conjunto con vistas a la salida de la crisis y para la transformación y modernización de toda el área. En este encuentro pionero no se plantearon las reivindicaciones al uso ni se hizo un repertorio de los trabajos desarrollados durante la pandemia, en la que los gobiernos municipales fueron las líneas

de choque contra los efectos más dañinos, sino un foro donde plantear las transformaciones necesarias para la recuperación y la consolidación. La elaboración de un nuevo modelo con Europa como marco y las áreas municipales como base. De esta forma, como decía uno de los participantes, el resultado de la cumbre no es una "carta a los reyes magos", sino una hoja de ruta con las líneas generales que es aconsejable seguir para alcanzar la recuperación económica y social y sentar los cimientos de una economía sostenible. De ahí que frente a la globa-

lización se propusiera el apoyo a los sectores productivos del territorio, el fomento de los ciclos cortos, tanto productivos como de consumo, y el apoyo a la economía local. Todo ello acompañado de una mejora de la movilidad urbana, y también de los transportes que permitan intercomunicar mejor todo el área de la euronregión. Desde el punto de vista del empleo, fundamental para la recuperación económica, sobre todo en busca de empleo de calidad, se destacó la apuesta por las nuevas tecnologías, la digitalización, con el ejemplo del centro de nuevas

tecnologías que ya está dando sus primeros pasos en el compostelano polígono industrial de A Sionlla. El ejemplo compostelano, que allí presentó el alcalde de Santiago, Xosé Sánchez Bugallo, y que refrendó el prestigioso investigador compostelano Ángel Carraacedo, retiene las características fundamentales que se demandan para la recuperación de la crisis. Aprovechar la potencia investigadora de la Universidade de Santiago, generar empleo de calidad, dando salida a los profesionales formados en la institución académica, y favorecer la implantación de nue-

vas industrias en la ciudad. El encuentro sentó las bases de una nueva forma de trabajar en la que las ciudades quieren tener un peso fundamental, especialmente en estos momentos en los que se están poniendo en marcha planes de recuperación en los que es preciso tener muy claras las líneas de trabajo, un aspecto en el que los miembros del Eixo Atlántico reivindicaron un papel más decisivo para los municipios, la administración más cercana a los ciudadanos y que mejor conoce sus necesidades, y cuáles son las prioridades. Como manifestó uno de los representantes portugueses presentes en la sesión, es la hora de empezar a romper con la excesiva dependencia de los fondos europeos, para empezar a plantear líneas de trabajo que permitan la captación de recursos propios y el establecimiento de una economía sostenible, cohesionada en toda la región, y que rompa también con la excesiva dependencia de los sectores turístico y de servicios, que tanto se han visto afectados por la crisis.

De esta forma, lo que reivin-

LA CIFRA

22

Laboratorios modulares

Además de espacios de uso común dotados con equipamientos de alta tecnología está previsto instalar en el nuevo polo de innovación A Sionlla Biotech, que tiene su sede en el polígono industrial compostelano, para el que el Ayuntamiento ha cedido una parcela de 2.500 metros cuadrados y la Xunta ha aprobado una financiación de más de 4 millones de euros.

dicó fue un mayor protagonismo por parte de las administraciones locales en el diseño del panorama post-covid, y que se tuvieran en cuenta sus propuestas por parte de los gobiernos autonómicos y centrales de los dos países a la hora de orientar las políticas y las líneas de inversión.

Las conclusiones de la sesión, con las principales líneas de trabajo en materia de economía, empleo y recupere-



La conferencia, en la que participaron alcaldes gallegos y portugueses y expertos internacionales, tuvo lugar en el teatro principal de Pontevedra este jueves. Foto: Eixo Atlántico

CUMBRE. Entre los expertos que participaron en la cumbre se encontraba Carlos Moedas, excomisario europeo de Investigación, Ciencia e Innovación; José Soeiro, quien durante más de una década fue responsable del Instituto Financiero de Desarrollo Regional de Portugal y posteriormente presidente de la Agencia para el Desarrollo y Cohesión; María João Rauch consultora de la OCDE; Emilio Fernán-

Participación de los máximos especialistas de toda Europa en las diferentes materias que se debatían

dez Suárez, catedrático de Ecología, exdirector general de Desarrollo Sostenible de la Xunta de Galicia y hasta hace poco comisionado del Campus del Mar; Andoni Aldekoa profesor invitado de la universidad George Washington; Fernando González Laxe, expresidente de la

Xunta, catedrático de Economía Aplicada y codirector del Foro Económico de Galicia; Carmen López, abogada experta en emprendimiento y mentora de proyectos emprendedores en la Escuela de Organización Industrial; José Luis Méndez Romeu exsecretario de Estado de

Cooperación, exconsejero de Presidencia, y experto del Eixo Atlántico en administraciones públicas. Por videoconferencia participaron, desde Bruselas, José Palma exdirector de Cooperación de la Comisión Europea y experto del Eixo Atlántico en políticas comunitarias y fondos europeos; des-

de Florencia, Miguel Poiares Maduro, exministro de Desarrollo Regional y director del Instituto de Estudios Europeos de Florencia; desde París, Joaquim Oliveira Martins, director adjunto del Centro de Emprendimiento, PYME, Regiones y

Ciudades de la OCDE. El documento resultante del debate y las ideas que en él se plantearon a lo largo de toda la jornada, configurarán la base que el Eixo Atlántico propondrá a los gobiernos de Portugal y España, así como a la Xunta de Galicia, para ser incluidas en las políticas de reconstrucción, tanto a nivel de gestión política como en el ámbito de la búsqueda de financiación para llevarlas a la práctica.

ración social, y que fueron objeto de un sucinto resumen al final de la sesión, serán ahora elaboradas en forma de documento, y remitidas a ambas instancias administrativas, para que sean tenidas en cuenta en el momento de decidir el destino de los fondos para la recuperación.

BENEFICIARIOS. En este sentido versó la intervención de la alcaldesa de Lugo, Lara Méndez, quien anunció la *mano tendida* de los gobiernos locales a los autonómicos, en el caso concreto de la Xunta para la elaboración de los planes que aspirarán a recibir estos fondos.

También la voluntad de que los principales beneficiarios de los mismos sean las empresas y autónomos que trabajan en estos territorios, y que son los que generan empleo y riqueza, no las multinacionales con sedes e intereses en otros países.

Otra de las líneas de trabajo importantes que se destacaron en la reunión fue la necesidad de aprovechar los cambios que ha introducido la crisis sanitaria para dar un salto adelante en aspectos que las restricciones ya han comenzado a modificar. Entre ellos, la movilidad urbana, un campo en el que ya se había avanzado ganado espacio para los peatones y potenciando el transporte público frente al vehículo privado.

En esta línea estarían también las políticas medioambientales ya iniciadas, así como una revisión de las líneas de apoyo social, ya que como destacó Lara Méndez, la mejor política social es la creación de empleo.

Pero también atendiendo a otros factores, como recordó el experto Andoni Aldekoa, quien destacó que en esta crisis, con sus restricciones y períodos de confinamiento, a diferencia de la que se desató en 2008, también hay que atender a los aspectos emocionales, por la profunda huella anímica que ha dejado en muchas personas, y no solo por la pérdida del puesto de trabajo o el miedo hacia la situación futura.



Fernando González Laxe, izquierda, Lara Méndez y Sánchez Bugallo, en el descanso de la reunión. Foto: E. A.

Con los deberes hechos en nuevas tecnologías

Cuando llegó la pandemia Santiago ya había dado pasos firmes en innovación // Nuevos avances en A Sionlla

CARLOS DEANO
Santiago

La crisis pilló a Compostela con mucho trabajo avanzado en materia de implantación de nuevas tecnologías, gracias a la estrecha colaboración de las administraciones autonómica y local con el sector privado. Así, uno de los aspectos que se señalaron como claves en la reunión del Eixo Atlántico ya cuenta en la capital de Galicia con una base firme sobre la que desarrollarse.

El denominado Acuerdo da Sionlla para instalar en este polígono industrial de reciente creación un polo de innovación centrado en la Biomedicina y la Biotecnología fue dando pasos firmes, el último este mismo año con la aprobación en el Consejo de la Xunta de la instalación de Sionlla Biotech, centrado en la Biomedicina y la Biotecnología, que contará con un presupuesto de más de cuatro millones de euros.

El Ayuntamiento de Santiago, por su parte, ya ha tramitado la cesión de los terrenos necesarios para la construcción de la sede, que conta-

rará con veintidós laboratorios y espacios de investigación, a través de los que se espera canalizar el talento formado en la Universidade de Santiago y crear nuevos puestos de trabajo en la ciudad.

REINDUSTRIALIZACIÓN. Asimismo, la administración autonómica también ha reservado espacio en este suelo empresarial para favorecer la instalación de nuevas empresas tecnológicas en la ciudad, que ayuden a lo que es el principal objetivo del proyecto, acometer la reindustrialización de Santiago rompiendo con la dependencia de los sectores turísticos y de servicios, que si bien soportaron mejor la crisis de 2008, han sufrido y lo siguen haciendo con la llegada de la pandemia.

De hecho, ya hubo varias empresas que se interesaron por la situación de alguna de las siete parcelas que se han reservado en el polígono, incluso antes de la puesta en funcionamiento del nuevo polo.

Con su creación, empresas e instituciones podrán disponer en un solo centro de instalaciones y equipa-

mientos especializados, además de beneficiarse de la colaboración y las sinergias que se establezcan entre las compañías y los centros de conocimiento.

En este sentido, el centro, que se integrará en el Hub de innovación digital liderado por Bioga, facilitará la colaboración para el desarrollo de nuevos proyectos y modelos de negocio conjuntos, y la interacción con grandes empresas con las que compartirán servicios e instalaciones.

No son los únicos proyectos, ya que cabría sumar el centro de innovación de DataLife, y además la Mesa también participó activamente en la génesis y consecución del proyecto Spin & Up, para la transferencia bidireccional empresa-universidad de conocimiento y tecnología, en el Espacio de Cooperación Intereg Galicia-Norte de Portugal, en el que la Asociación Área Empresarial do Tambre participa como socio.

En esta misma línea estaría la incubadora de proyectos biotecnológicos BioIncubatech, para el fomento de la innovación y transferencia de conocimientos en el ámbito de la sa-

“

X. Sánchez Bugallo
ALCALDE DE SANTIAGO

“A prioridade para Santiago é a prosperidade da cidade, e garantir o futuro das xeracións novas para que poidan atopar aquí traballo e non teñan que emigrar”

Ángel Carracedo
CATEDRÁTICO DE MEDICINA

“Ciencia, técnica e innovación son os motores dunha economía potente. Somos bos en investigación, pero malos en transferencia de coñecemento”

lud y las tecnologías alimentarias.

Uno de los problemas endémicos al que aludió el alcalde compostelano durante su intervención era precisamente la salida al talento investigador de la USC, al que también se refirió el catedrático de Medicina Ángel Carracedo, que también participó en el acto. Sánchez Bugallo recordó su sorpresa cuando durante una visita de un investigador alemán éste le afirmó que Santiago estaba por delante en investigación en Biomedicina, pero que le faltaba el respaldo de la industria para desarrollar estos conocimientos, y por lo tanto se perdía su rentabilidad.

En la misma línea, Carracedo destacó también el problema de la transferencia de este conocimiento, fallo que impedía la rentabilización del mismo. El nuevo polo vendría a cubrir este hueco, facilitando también la conexión con otros centros de investigación, y promoviendo la creación de un importante número de empleos en la ciudad.

Se invertiría así la actual tendencia que hace que el peso de la industria en el PIB local haya bajado a un 7% en los últimos años, mientras el sector turístico ha crecido hasta superar el veinte por ciento.

Cumbre del Eixo Atlántico para crear la hoja de ruta municipal contra la covid

Compostela participará en la reunión de municipios que tendrá lugar el día 17 // Medidas ante la actual y posibles futuras crisis

REDACCIÓN
Santiago

Compostela, a través de su alcalde, participará en la reunión que el Eixo Atlántico organiza la próxima semana, el día 17 en Pontevedra, y que será la primera Conferencia de Alcaldes Postcovid19. En esta reunión los 31 alcaldes que han confirmado su asistencia debatirán, en compañía de un conjunto de expertos del más alto nivel, las políticas que es necesario desarrollar en el marco del proceso de reconstrucción para la superación de la crisis provocada por la pandemia, al tiempo que analizarán las medidas necesarias para reforzar la resiliencia de las ciudades y poder así prevenir los efectos de futuras crisis que pudieran producirse.

Es la primera vez que en la Península Ibérica, tanto en España como en Portugal y posiblemente en Europa, los alcaldes de dos países que constituyen un sistema urbano transfronterizo, asumen conjuntamente el liderazgo del proceso y se reúnen para buscar soluciones comunes y complementarias, para la mayor crisis que ha vivido Europa desde la segunda guerra mundial.

En este sentido, cabe destacar que los ayuntamientos han jugado un papel determinante en la gestión de la pandemia, tanto en lo que se refiere al mantenimiento de los servicios en medio del confinamiento como garantizando todos los servicios sociales esenciales a la población que más estaba sufriendo los efectos



El Eixo Atlántico volverá a reunirse con presencia de los alcaldes la próxima semana

de una crisis inesperada, y por lo tanto para la que no había previsto ningún tipo de medidas.

De esta forma, los organizadores señalan que también la crisis nos ha permitido comprobar aspectos inéditos que deben ser tomados en consideración con carácter prioritario para afrontar en las mejores condiciones la nueva etapa que se abre.

Recuerdan que el periodo de confinamiento trajo consigo la desaparición casi total del tráfico en las ciudades, lo que conllevó a un cambio radical que se tradujo en la mejora de la calidad del aire y con ello de los aspectos sanitarios en los que influye negativamente la contaminación. Por ello, señalan que esta nueva situación deberá con-

dicionar a partir de ahora el modelo de movilidad de nuestras ciudades, reforzando una movilidad sostenible a través de medidas como el incremento del transporte público y colectivo acompañadas de la minoración del uso del vehículo privado.

Otros aspectos que también serán objeto de debate en el transcurso de la reunión

Se analizarán desde los cambios en la movilidad hasta el gasto en investigación

Impulsar el empleo de calidad y mejorar la actividad económica, principales objetivos

son la dependencia excesiva de terceros países especialmente del sureste asiático en lo que se refiere a la producción de bienes, al igual que la falta de refuerzo de la sanidad pública, o el déficit de inversiones en la investigación.

Unos aspectos que los organizadores recuerdan que han mostrado su efecto más perverso durante los momentos más duros de la crisis, y que por ello son medidas que las ciudades y los gobiernos deben corregir.

Por otra parte, señalan también la necesidad de impulsar de forma decidida la creación de empleo y la recuperación de la actividad económica, con especial atención a qué tipo de empleo y qué tipo de actividad económica es necesario promover,

primando la calidad sobre la simple estadística y apostando por la excelencia y el valor añadido en base a la investigación e innovación, las políticas sociales dando apoyo a los que están sufriendo la crisis, pero apostando por la innovación y emprendimiento, frente a los subsidios de carácter populista y el refuerzo de la sanidad, la educación y las políticas medioambientales. Estos y otros muchos serán los ejes sobre los que debatirán los alcaldes y los expertos en la reunión que tendrá lugar la próxima semana en Pontevedra.

A través de los participantes que asistan a la jornada, pero también de las intervenciones de los expertos internacionales que se realizarán a través de medios telemáticos, se abordarán todos estos problemas y se aportarán las posibles soluciones.

DOCUMENTO. El documento resultante del debate y las ideas que en él se planteen, configurarán posteriormente la base que el Eixo Atlántico propondrá a los gobiernos de Portugal y España, así como a la Xunta de Galicia, para que pasen a ser incluidas en las políticas de reconstrucción, tanto a nivel de gestión política como también a nivel de financiación.

Al mismo tiempo, todas estas aportaciones servirán como hoja de ruta en aquellas materias que sean competencias de los ayuntamientos para que las entidades locales, a su vez, puedan acometer soluciones de forma conjunta y complementaria, evitando la dispersión, la duplicidad y el enfrentamiento en una etapa en la que, recuerdan, es imprescindible una gestión coordinada de la crisis.

Las sesiones darán comienzo a las nueve de la mañana en el teatro Principal de Pontevedra, con el acto inaugural presidido por el secretario xeral del Arco Atlántico, que será también el encargado de actuar como moderador, y se desarrollarán a lo largo de toda la mañana, para concluir con una comida que tendrá lugar en Finca Batacos, a las dos y media.

Aportarán su opinión varios expertos en cada una de las materias

Algunos especialistas harán su intervención desde otros países por videoconferencia

Santiago. Entre los expertos que han confirmado su asistencia se encuentra Carlos Moedas, excomisario europeo de Investigación, Ciencia e Innovación; José Soeiro, quien fue responsable del Instituto Financiero de Desarrollo Regional de Portugal y posteriormente presidente de la Agencia para el Desarrollo y Cohesión; María João Rauch, consultora de la OCDE; Ángel Carracedo, catedrático de Medicina Legal, investigador, miembro de la Real Academia Gallega de Ciencias y exdirector del Instituto de Medicina Legal de la USC; Emilio Fernández Suárez, catedrático de Ecología, exdirector general de Desarrollo Sostenible de la Xunta y hasta hace poco comisario del Campus del mar; Andoni Aldeko, profesor de la universidad George Washington; Fernando González Laxe, ex presidente de la Xunta, catedrático de Economía Aplicada y codirector del Foro económico de Galicia; Carmen López, abogada experta en emprendimiento; José Luis Méndez Romeu, exsecretario de Estado de Cooperación, exconsejero de Presidencia, Administración Pública y Justicia de la Xunta y experto del Eixo Atlántico en administraciones públicas.

Por videoconferencia participarán desde Bruselas José Palma, exdirector de Cooperación de la Comisión Europea y experto del Eixo Atlántico, desde Florencia, Miguel Poiras Maduro, director del Instituto de Estudios Europeos de Florencia; desde París, Joaquim Oliveira Martins, director adjunto del Centro de Emprendimiento, PYME, Regiones y Ciudades de la OCDE.

▶ **DIARIO DE PONTEVEDRA**



DiariodePontevedra

18/09/2020

Prensa: **DIARIO**
Tirada: **5.178**
Valoración: **1.978 €**

Sección: **PORTADA**
Difusión: **4.461**



Página: **1**



Incendio repentino en Ons

En la zona de O Buraco do Inferno | Un rayo provoca una fuerte llamarada en la Illa de Ons que acaba devastando cuatro hectáreas de terreno en el Parque Nacional Illas Atlánticas >15



Piñeiro reemplaza a Tourís

Feijóo premia a la alcaldesa de Moraña con la delegación de la Xunta en Pontevedra >9 y 25

EL TIEMPO PREVISTO MÁX 27º MÍN 15º

VIERNES, 18 DE SEPTIEMBRE DE 2020 | PRECIO 1,30 € | NÚMERO 31.676 | AÑO CXXXI

FUNDADO EN 1889

DiariodePontevedra

INDICE | 2 PONTEVEDRA CIUDAD | 13 POIO | 15 MARÍN | BUEU | OUNGAS | SANXENZO | O SALNÉS | CALDAS | DEZA | PROVINCIA | 44 ESQUELAS | 49 JUEGOS | 47 CARTELLERA | 49 EL TIEMPO | 48 TRANSPORTES | 50 TELEVISIÓN

Alcaldes de Galicia y Portugal reivindican en Pontevedra su papel en la crisis post-coronavirus

▶ El Eixo Atlántico remitirá a los gobiernos de ambos países un **dosier de medidas** elaborado por expertos para que las ciudades cobren protagonismo en la **recuperación económica** y social >24



Aspecto del Teatro Principal en las jornadas convocadas por el Eixo Atlántico. | FINEK/CEVERA-MERCADILLO



POIO
DE ALDEA A ECOGRANXA

A familia Esperón Tajés logra **transformar** o lugar poioense de **Riomouro Pequeno** nunha aldea rural provista dunha **granxa escola** >13

CULTURA
COÑECENDO A VIRGINIA PEREIRA

Montse Fajardo presenta unha **biografía da muller de Castelao** na que descubre o seu compromiso político >12



Pandemia
Fallece por covid en Montecelo un paciente de 56 años, la víctima más joven en el área sanitaria

▶ La Xunta pide a Vilaboa, Poio, Pontevedra, Marín y Sanxenxo que refuercen las medidas de control

▶ Pedro Sánchez recibirá a Díaz Ayuso para abordar la situación en la comunidad de Madrid >9 y 21-24

Local
La okupación creció un 50% en Pontevedra desde enero hasta agosto >10

Y ADEMÁS 18.09.20

CIUDAD Muere en prisión 'Nicol', el capo de la heroína detenido en Pontevedra >11

PROVINCIA La DO Rías Baixas vendimia 32 millones de kilos de uva en dos semanas >8

ECONOMÍA Bankia y CaixaBank dan luz verde a la fusión del mayor banco español >34

ENCUESTA CIS Cs se acerca a Vox y el PSOE amplía su distancia con el PP >31

CATALUÑA Torra se niega a convocar elecciones mientras no esté inhabilitado >32

DEPORTES El Pontevedra se estrena el sábado con un amistoso frente al Coruxo >37



Imagen de las inundaciones en la Avenida de Ourense. >7

▶ La tormenta inunda de aguas fecales varias zonas del centro de Marín >15

Lo buscamos, lo ves; te gusta, lo tienes!

Hablamos INMOBILIARIA

asesoramiento personalizado

alquiler viviendas, vacías o turísticas

casas venta pisos apartamentos

locales comerciales agrícolas

traspasos

RECIBIR CASA? ¿QUIERES INFORMACIÓN SOBRE LA OFERTA? LLAMA: 988.108.1080

PONTEVEDRA 687.296.717

hablamosinmobiliaria@gmail.com

CUMBRE DE LA EURORREXIÓN ▶ Qué hacer o cómo actuar desde los Concellos ante la crisis del coronavirus. Las recetas de los expertos pasan por la innovación, pero también por la reivindicación de las ciudades como 'espacios de libertad' llamados a ser los centros de la recuperación económica. El Eixo Atlántico remitirá a los gobiernos un documento con el resumen de los consejos extraídos de la jornada de reflexión desarrollada ayer en Pontevedra.

Smart-gobernanza, vocación y maritimidad, claves para salvar la crisis

A.G. PONTEVEDRA. Entre las propuestas vertidas ayer por el panel de expertos del Eixo Atlántico para abordar la crisis del coronavirus desde las ciudades destaca la incorporación de los medios digitales e inteligentes en la gestión ordinaria de los gobiernos. Esa 'smart-gobernanza' será clave a muy corto plazo y diferenciará a las ciudades menos eficaces y eficientes de las que no lo son. Pero, sobre todo, conviene recetar empleo. Empleo para corregir las desigualdades sociales a las que no llegarán los presupuestos; empleo para mejorar la calidad de vida de las personas y las familias; y empleo para dar estabilidad al resto de las políticas sociales. La pregunta es: ¿cómo pueden los Concellos contribuir a la generación de puestos de trabajo? Técnicos y políticos apuntaron ayer algunas claves. Entre ellas, la posición estratégica de la eurorregión Galicia-Norte de Portugal, que debe reivindicarse como un 'espacio de libertad', verde y sostenible, capaz de atraer las inversiones asociadas al talento. Los genios de la investigación en todos los campos huyen cada vez más de las grandes aglomeraciones y del severo control establecido por gigantes como China o Estados Unidos. «Europa es un nuevo espacio de libertad en este sentido», señaló el **excomisario europeo de Investigación, Ciencia e Innovación Carlos Moedas**, «y el Eixo Atlántico debe posicionarse desde sus ciudades como un área privilegiada para vivir y trabajar».

Además, los concellos tienen que definir sus vocaciones sociales y estratégicas y ser consecuentes con ellas en el medio y largo plazo. Cuando así ocurre, las empresas alineadas con esa vocación aparecen para quedarse y desarrollarse. Así lo planteó **Carmen José López, mentora de proyectos emprendedores en la Escuela de Organización Industrial (EOI)**. Luego está el regreso a la economía de proximidad. El nuevo capitalismo debería deshacer poco a poco la dependencia de China u otros países asiáticos a la hora de adquirir todo tipo de productos. «Cambiamos las cadenas de valor y producimos más en Europa para comprar menos en China», afirmó Carlos Moedas.

Y también la puesta en valor de los sectores primarios y su inserción en un comercio local sostenible. El **expresidente de la Xunta Fernando González Laxe** recaló la importancia de reforzar la 'maritimidad' del territorio como uno de los grandes ejes de desarrollo económico y recordó la importancia de incorporar la innovación e investigación a este sector invirtiendo en ambos, insistiendo en



Un momento de la intervención de Carlos Moedas, ayer. JOSÉ LUZ OUBRA

la importancia de la digitalización y en el relevante papel que los ayuntamientos tienen que jugar en este proceso.

En el mismo sentido, **Miguel Poiarés Maduro, director del Instituto de Estudios Europeos de Florencia**, recordó la importancia de una administración ágil y eficaz y la necesidad de que la innovación se lleve a los ayuntamientos y a través de las ciudades a su tejido social y económico.

Laxe insistió en los elementos que los ayuntamientos deben tener en cuenta en un futuro inmediato, como la creación de empleo, el cambio climático, «que va a transformar la economía pro-

ductiva en los próximos años», la conectividad, la cualificación humana y tecnológica, las necesidades sociales y la participación de los ciudadanos en las decisiones que les afecten.

Otro elemento central en el debate fue la necesidad de desarrollar la sostenibilidad del territorio, no sólo por su carácter económico y de calidad de vida, sino, como se ha visto durante esta pandemia, por su fuerte componente sanitario, así como la necesidad de incentivar los ciclos cortos, tanto productivos, como de consumo, que redundan en el comercio de proximidad y que supone poner en valor el consumo de productos tradicionales. **Emilio Fernández, catedrático de Ecología en la Universidade de Vigo**, subrayó que la bajada de la contaminación que se produjo durante el confinamiento supuso un elemento muy positivo de prevención sanitaria especialmente para enfermedades respiratorias.

En este sentido se incidió en la necesidad de desarrollar planes de movilidad urbana sostenible para minorar el uso e impacto del vehículo privado. También se reforzó la necesidad de mejorar las infraestructuras pendientes, especialmente ferroviarias para favorecer una movilidad más sostenible y saludable. Fernández recordó que pese a la caída de la contaminación en los meses de confinamiento, ésta solo se rebajó a niveles similares a los del año anterior: «evidentemente muy poco», subrayó. Muy destacables fueron también las intervenciones de **Ángel Carraedo, Catedrático de Medicina Legal o María João Rauch, consultora de la OCDE**, que apostaron por la investigación como clave para salir de esta nueva crisis incidiendo en la transferencia de este conocimiento como elemento indispensable. También insistieron en la necesidad de retener el talento e invertir en nuestro territorio.

Cinco recetas para los alcaldes en la era del covid

Andoni Aldekoa, asesor del gobierno vasco y uno de los máximos responsables de la transformación urbana de Bilbao, apuntó ayer en la jornada del Eixo Atlántico algunas de las claves que, a su juicio, deberían adoptar los alcaldes en esta época plagada de incertidumbres. Previamente, matizó que la crisis del coronavirus «está transformando mucho la emoción social y, realmente, no controlamos hacia dónde va. De un respaldo a las medidas del gobierno es muy probable que pasemos a otro nivel de exigencia, porque no nos perdonarán no haber planificado bien. Esta crisis no es la del 2008 porque es una crisis emocional, social y sanitaria con consecuencias económicas graves. No será sólo una crisis de economistas, sino también de antropólogos y sociólogos».

MEDIDAS

Las cinco claves de los alcaldes en estas circunstancias serían las siguientes:

- 1º) Los alcaldes tienen que transmitir a la ciudadanía acción, pero conscientes de que tenemos capacidades limitadas. Ante la mayor demanda de servicios públicos, hay que gestionar bien los básicos y recuperar servicios públicos con normalidad.
- 2º) Los regidores locales tienen que esforzarse en su capacidad operativa. Estar menos obsesionados por el 'hacer yo' y más por 'que se haga en mi ciudad'. Deben movilizar recursos para sus causas. Necesitamos alcaldes muy políticos que generen alianzas para que se invierta en sus objetivos de ciudad.
- 3º) Concebir la ciudad como una gran plataforma económica. Generar condiciones para que la economía se desenvuelva en los territorios.
- 4º) Mayor atención a los sectores urbanos. Hay que mejorar cuestiones como el comercio urbano o la cultura urbana.
- 5º) Aumento de la relación entre lo urbano y su territorio. Más diálogo con el hinterland. Las ciudades son una plataforma del territorio circundante. Hay que aumentar el ámbito de influencia.

«Esta crisis hará que cambiemos las cadenas de valor y que produzcamos más en Europa para comprar menos en China»

16 CONFERENCIA DE ALCALDES EN PONTEVEDRA



DIARIO DE PONTEVEDRA | sábado, 26 de septiembre de 2020

Las ciudades lideran la reconstrucción

Agustín Durán

PONTEVEDRA La Conferencia de Presidentes del Eixo Atlántico celebrada en Pontevedra reclamó el papel determinante que los ayuntamientos gallegos y las cámaras municipales portuguesas desempeñaron durante la pandemia. Asimismo, debatieron con un conjunto de expertos de alto nivel de ambos países las líneas maestras que deben definir la hoja de ruta de la reconstrucción.

Varias de las propuestas realizadas en la ciudad del Lérez ya habían sido tratadas en anteriores reuniones del organismo y se estaban llevando a cabo en algunas ciudades o quedaban pendientes de concretarse en un futuro lo más próximo posible. El principal punto a tratar fue la distribución de forma eficaz de los Fondos Europeos de Recuperación que los municipios de la Eurorregión negociarán con los estados portugueses y español, así como con la propia Unión Europea si ofrece cualquier otro tipo de ayudas para afrontar las consecuencias de la pandemia.

El tema económico fue uno de los puntos estrella de la conferencia. Generar empleo es uno de los objetivos principales de los regidores municipales, no solo para mejorar la calidad de vida de los ciudadanos, también para paliar en la medida de lo posible las crecientes desigualdades sociales. Se trabaja en un mapa para detectar la pobreza y evitar bolsas de marginación. Igualmente, es necesario recuperar el talento que tuvo que emigrar a otros destinos que ofrecían mejores condiciones para desarrollar su trabajo.

La Eurorregión cuenta con un pilar fundamental. Sus universidades están a la altura para formar a profesionales de primer nivel, sin nada que envidiar a otros países punteros. Sin embargo, para cerrar el círculo y lograr un motor de desarrollo económico es necesario apostar decididamente por la investigación, dotándola de los recursos necesarios para facilitar que ese talento se quede o considere su regreso. El alcalde de Santiago de Compostela, Xosé Manuel Sánchez Bugallo, señaló «la elevada capacidad e investigación que genera el núcleo de biotecnología y tecnología biomédica generado en el Campus de Excelencia de la Salud, pero la escasa capacidad de comercialización de patentes y productos de esta investigación». Mejorar la competitividad de las empresas es otro de los retos que se proponen los alcaldes, aunque durante la pandemia se



La Conferencia de Presidentes del Eixo Atlántico reunió en Pontevedra a más de 30 regidores municipales y varios expertos de ambos países.

CUMBRE DEL EIXO ATLÁNTICO Presidentes y alcaldes de la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal harán llegar a los gobiernos un documento con sus propuestas para la recuperación tras los efectos de la pandemia. Los ayuntamientos asumen un papel protagonista para que este proceso apoye las necesidades de sus ciudadanos

ha visto una buena capacidad de respuesta por parte de este sector. Quedó de manifiesto también el peligro de una dependencia excesiva de los mercados foráneos. Hay que buscar alianzas entre las grandes empresas y emprendedores que pueden generar innovación, así como eliminar las trabas burocráticas a autónomos y contar con una administración que agilice los procesos necesarios para la creación de empresas. Precisamente, Miguel Poiares, director del Instituto de Estudios Europeos de Florencia, insistió en la importancia de una administración ágil y eficaz. Llevando la innovación al tejido social y económico de las ciudades. Mientras, Xoán Vázquez

Ma, secretario general del Eixo Atlántico, precisó que «el dinero de la UE debe invertirse en quienes pagan impuestos y generan riqueza aquí» y no en empresas que lo hacen en otros países. La apuesta por el comercio de proximidad también es clave para poner en valor el consumo de productos tradicionales. Es necesario desarrollar la sostenibilidad del territorio para

asegurar las necesidades del presente sin comprometer las del futuro. Además, durante el confinamiento se produjo una bajada de la contaminación que confirma los beneficios sanitarios, especialmente para las enfermedades respiratorias, aunque fue una caída leve y debe ser refrendada por aminorar el uso del vehículo privado y favorecer la movilidad más sostenible y saludable como la ferroviaria. De ahí que sea clave invertir en las infraestructuras de este transporte.

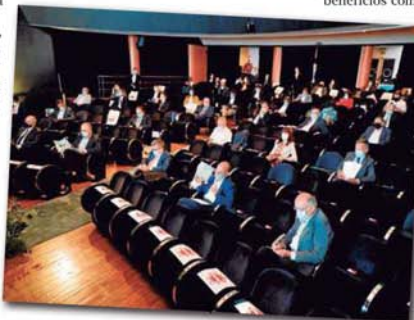
La Eurorregión Galicia-Norte de Portugal busca superar la dependencia de los Fondos de Cohesión Europeos con medidas como el fortalecimiento y fomento de los grupos de empresas que trabajan en un mismo sector industrial y colaboran estratégicamente para obtener beneficios comunes. El vicepresidente de la Xunta de Galicia, Fernando González Laxe, aconseja una apuesta firme por la maritimidad, argumentando que es el futuro y uno de los bienes más preciados que tienen Galicia y el Norte de Portugal por su situación

geográfica atlántica, históricamente generadora de importantes recursos pesqueros y facilitadora de las transacciones comerciales. Eso sí, teniendo en cuenta que el cambio climático va a transformar la economía productiva por su influencia sobre los cultivos agrarios y la movilidad de los peces a causa de las variaciones de temperatura.

INVESTIGACIÓN

Administraciones más accesibles y eficaces

La digitalización es otra de las grandes propuestas que se trataron en la Conferencia de Presidentes del Eixo Atlántico. Gestores municipales y expertos coinciden en que las administraciones deben continuar modernizándose para ser más accesibles a los ciudadanos y ofrecer una mayor eficacia ante sus demandas. Los medios digitales e inteligentes marcarán la diferencia entre los gobiernos que los utilicen en su gestión y aquellos que se queden rezagados. Además, la apuesta por la digitalización favorecerá el trabajo en red entre instituciones y empresas para el intercambio de conocimiento, algo que ya viene desarrollando desde hace algún tiempo el Eixo Atlántico.



Agustín Durán

¿Qué balance hace de la cumbre del Eixo Atlántico?

—Muy positivo, con un enriquecedor debate de ideas, un sentido crítico y activo para la construcción de modelos y proyectos de respuesta transversal a toda la Eurorregión. El sentido de compromiso asumido en este encuentro es loable y la voluntad de cooperación inmensa. Ahora tendremos que saber adaptar estas definiciones de forma consistente en nuestros territorios y mirar para la crisis creada por el covid-19, no como una amenaza, más bien como una oportunidad. En suma, deberemos forzar una mayor colaboración regional e institucional entre los poderes públicos y un mayor enlace con los agentes de la sociedad civil.

¿Tiene el Eixo Atlántico suficiente peso para obtener buenos resultados en las negociaciones con los Gobiernos por los fondos de reconstrucción?

—Este grupo de especialistas y autarcas de 31 municipios de la asociación transfronteriza del Eixo Atlántico, que ahora se reunió, tiene por definición y obligatoriedad consolidar la fuerza y el peso político que deberemos tener junto a las instituciones europeas y nuestros gobiernos. Precisamente porque son los municipios los que mejor conocen las necesidades de sus ciudadanos y las realidades de sus territorios, obviamente reivindicamos un papel protagonista en el proceso de reconstrucción para garantizar que el proceso de recuperación

RICARDO RIO

Presidente del Eixo Atlántico



“Los municipios deben tener un papel relevante”

contemple y apoye las necesidades de los habitantes de las ciudades de la Eurorregión.

¿Cómo se logra que más de 30 alcaldes hablen con una sola voz?
—En este encuentro quedó

bien patente la importancia de la colaboración y de compartir responsabilidades entre poderes públicos a nivel local, de cooperación institucional y de compromiso de todos los

agentes de nuestra sociedad, para poder potenciar modelos de desarrollo más sustentados, asentados en la innovación y, al mismo tiempo, de compromiso y de apertura y participación de los ciudadanos. Colocamos este tema como prioritario sobre nuestras agendas, pues tenemos la percepción que es un tema prioritario que a todos nos afecta. Cuanto más rápido consigamos aplicar métodos de combate a los efectos económicos y sociales provocados por la pandemia, más rápido nos volveremos sostenibles y vigorosos. Nuestra economía, nuestro empleo y nuestra calidad de vida va a aumentar cada día.

Muchas de las estrategias que se trataron como solución a los efectos de la pandemia en la economía y la sociedad ya formaban parte de los proyectos del Eixo.

—Sí. Difícilmente se encuentran regiones transfronterizas con el dinamismo y la capacidad que tenemos aquí en el noroeste peninsular, a través del trabajo desarrollado en el contexto del Eixo Atlántico. Somos una de las mayores, si no la mayor comunidad transfronteriza que une dos países en torno a un objetivo común. Y somos, sobre todo, aquella que lo ha hecho de forma más ejemplar desde hace más de 25 años. Los proyectos y las líneas orientativas de nuestro trabajo son desde hace mucho una respuesta por sí mismos en el combate a esta crisis ahora verificada. Para recuperar rápidamente el escenario económico de la Eurorregión necesitamos implementar

medidas concretas que influyan directamente y de forma rápida en nuestras empresas y economías locales. Al mismo tiempo, la reanimación de la economía, con foco en la reanudación de las exportaciones y del turismo, deben ser el punto de las actuaciones. Sin olvidar la creación de respuestas para todas las carencias sociales que esta pandemia va necesariamente a agravar.

¿Qué papel jugarán las ciudades en el futuro? ¿Habrá un trabajo directo de los concellos y la UE?

—Nuestro foco cotidiano colectivo y por consecuencia también nuestros desafíos, nos obligan a reentrar todas nuestras atenciones y esfuerzos en torno de lo primario y elemental para toda la sociedad. Más que un país o la Península Ibérica, Europa y el mundo fueron afectados y no podemos posponer respuestas, ni esperar que otros tomen decisiones que determinarán nuestro futuro. Los municipios deben tener un papel determinante junto a la UE. Es preciso apostar en diferentes formas de creación de nuevas políticas urbanas que respondan a los desafíos actuales, estimulando la competitividad y la innovación, creando mejores condiciones para el desarrollo territorial. Los resultados del encuentro servirán de base para preparar un documento que el Eixo presentará a los Gobiernos de Portugal y España, y a la Xunta de Galicia, para ser incluidos en las políticas de recuperación, a nivel de gestión política y de financiamiento. ■

LARA MÉNDEZ

Vicepresidenta do Eixo Atlántico

“A sostibilidade marca a nova transformación”

No inicio da pandemia foron as administración locais as máis resolutivas?

—Pola proximidade co cidadán, estamos obrigadas a ser máis resolutivas, porque os problemas da veciñanza vivímolos de primeira man e somos, ademais, as que coñecemos mellor as necesidades dos distintos colectivos dos nosos municipios porque temos un contacto constante e permanente con eles. Nesta pandemia activamos medidas vinculadas coa protección da saúde, reforzamos os servizos de benestar, pensando especialmente nos colectivos máis desfavorecidos,

e puxemos en marcha medidas de carácter económico, e se non chegamos a facelo con axilidade a poboación quedaría máis desamparada.

Encoraron solucións para paliar o golpe ao comercio e as pequenas e medianas empresas?

—Desde o primeiro momento vimos as consecuencias que podería provocar o confinamento nos colectivos máis desfavorecidos e nos sectores produtivos locais. Por exemplo, en Lugo, o día posterior ao decreto do Estado de Alarma creamos un comité de seguimento e acordamos programas de apoio e seguimento especialmente



destinado a nenos, maiores, persoas sen fogar e dependentes, e xa lanzamos unha liña de axudas directas por valor de 5 millóns de euros, co que axudamos a 3.378 autónomos,

microempresas, pemes e familias a protexer os postos de traballo e amortecer a redución drástica de ingresos. Ademais, garantimos cun decreto que as empresas prestadoras de servizos ao Concello non tivesen que recorrer a Ertes, co que beneficiamos a 700 familias. Aprazamos o pago de impostos e exoneramos do abono dalgunhas taxas, impulsamos un programa de emprendemento para ese tempo, do que naceron 22 iniciativas e puxemos en marcha proxectos de dixitalización de empresas e de reactivación de barrios.

En Lugo xa iniciara varios proxectos para reforzar os sectores produtivos?

—En Lugo xa entendemos moito antes que as cidades deben camiñar cara un novo urbanismo máis resiliente na loita contra o cambio climático, e podemos dicir xa que a sostibilidade marca a nova transformación que está a experimentar e que está a situarnos como un referente na vangarda no deseño das cidades sostibles a través dunha estratexia clara, que se está a desenvolver cos fondos europeos: o LIFE Lugo+ Biodiná-

mico, co que impulsamos o urbanismo sostible con proxectos destacables como a construción do primeiro barrio multitecolóxico de España; o DUSI Muraña, co que buscamos gañar accesibilidade entre a trama urbana e o río, acabando coa discontinuidade e mellorando os ámbitos sociais dunha ampla zona da cidade, e o Smart City, co que modernizamos a Administración e puxemos en marcha accións piloto de eficiencia enerxética no ámbito urbano e rural.

A parte dos fondos europeos que cheguen a Lugo, onde serán investidos?

—Lugo seguirá traballando nesta transformación sostible que comezamos e pola que Europa está apostando, xa que o futuro pasa por avanzar a pasos axigantados cara a unha transición ecolóxica e dixital, onde a dinamización económica será un factor fundamental para a nosa cidade, que ten a capacidade de captar empresas vinculadas cunha economía verde e circular. Os fondos deben servir para acometer transformacións reais que permitan avanzar nos cambios que se necesitan. ■

18 CONFERENCIA DE ALCALDES EN PONTEVEDRA



DIARIO DE PONTEVEDRA | sábado, 26 de septiembre de 2020



FERNANDO GONZÁLEZ LAXE
Expresidente da Xunta de Galicia

“Hoxe un 80% do comercio mundial faise por mar”

A. D. PONTEVEDRA Un dos expertos presentes na conferencia é Fernando González Laxe, expresidente da Xunta de Galicia, con grande experiencia na administración e no sector académico. É catedrático de Economía Aplicada, director do Instituto de Estudos Marítimos da Universidade da Coruña e codirector do Foro Económico de Galicia.

O mar sempre foi clave na economía dos pobos da Eurorrexión. É a maritimidade tamén o futuro?

—Sen dúbida algunha. Dentro duns anos, 18 das 20 cidades máis populosas do planeta estarán ubicadas á beira do mar. Hoxe, as principais nacións son costeiras. E, sobre todo, hai que recordar que o 80% do comercio mundial faise pola vía marítima. De aí, a gran relevancia estratéxica que posúen os portos naquelas comunidades costeiras. Asemade, se a poboación crece, a humanidade necesita alimentos. E o mar proporciona unha grande parte dos

mesmos. Mesmo se pode falar dun gran clúster marítimo que abrangue a multitude de actividades vencelladas entre si. Consientes desta relevancia, os nosos dous países veciños (Francia e Portugal) teñen hoxe en día un Ministerio do Mar.

Como afecta o cambio climático a unha economía tan ligada á pesca e ás explotacións agrarias?

—Moito. As actividades pesqueiras dependen duns factores exógenos na súa extracción. É dicir, a súa abundancia e accesibilidade está en función das correntes, salinidade, temperatura, efectos derivados da contaminación, entre outros. En suma, dun amplo ecosistema. Se se producira unha alteración do mesmo, os primeiros e máis afectados serían os peixes. Algúns desprazaríanse (en calquera dirección), afantándose das nosas costas ou desaparecendo dos nosos ecosistemas. Por un tempo, produciríase unha substitución duns peixes

Sese produce unha alteración no ecosistema os primeiros e máis afectados serían os peixes*

Non cabe dúbida do divorcio e a falla de coordinación entre a Universidade e a empresa*

por outros. E, finalmente, o actual patrón de especialización produtiva do marisqueo e acuicultura veríase modificado polos cambios na temperatura. Aquí radica a relevancia do cambio climático nos sectores pesqueiro, marisqueiro e acuícola.

Por que as empresas invisten tan pouco en I+D+i en Galicia?

—A investigación en Galicia é levada, maioritariamente, polos centros públicos. A diferenza doutras partes de Europa, onde son as empresas que dinamizan e apostan pola I+D+i, aquí son as universidades as que asumen o reto de investigar e patentar inventos. Só as grandes empresas posúen laboratorio de I+D+i e levan a cabo investimentos neste eido. Algúns dos nosos empresarios prefiren importar tecnoloxía e patentes que adicarse a fomentar a investigación. De aí o noso atraso, retraso e dependencia. Non cabe dúbida algunha do divorcio e falta de coordinación entre a Universidade e as empresas. Non deixa de ser unha asignatura pendente dende hai anos.

Pódese frear a fenda entre os países máis ricos e os pobres?

—Si, aínda que é difícil. Os países máis ricos teñen máis capacidade económica para avanzar, a pesares dos erros que cometen. Os países emerxentes foron quen de progresar moi rapidamente nos derradeiros anos. Os países menos adelantados continúan aínda tentando de corrixir os umbrais da probeza existentes en moitos lugares do mundo. Só, se existira unha alteración e solidariedade internacional albisariaríamos niveis de desenvolvemento social, económico, territorial e agora dixital que pechara certas fendas. Nesa dinámica hai que estar.■



CARMEN LÓPEZ
Mentora de proxectos emprendedores

“Esta situación fíxonos máis creativos e innovadores”

A crise de 2008 deixounos empresas que melloraron o seu funcionamento. Considera que tamén poden chegar cambios positivos con esta dobre crisis sanitario-económica?

—Principalmente a crise de 2008 nos deixou a evidencia de que as empresas só poderían sobrevivir nunha con torna cambiante se eran capaces de adaptarse rapidamente aos cambios que acontecían no seu contexto e responder con axilidade ás necesidades do mercado. Estabamos acostumados a grandes estruturas pétreas. Esta crise é distinta, a súa orixe non está nun factor económico, senón sanitario, unha crise que altera a nosa propia forma de vivir e relacionarnos. Sempre que xorden cambios tan drásticos xorde tamén a necesidade de que as empresas creen produtos e servizos para dar resposta a estes cambios. Dende un inicio os emprendedores e as empresas tivemos que buscar fórmulas para dar resposta a unha situa-

ción tan inesperada, volvéndonos máis creativos e innovadores.

Que futuro ve para os emprendedores?

—Dende un primeiro momento as empresas do territorio, grandes e pequenas, deron a cara, moitas delas chegaron incluso a mudar os seus procesos produtivos para satisfacer á sociedade e ás administracións de produtos dos que estabamos desabastecidos. Naquel momento se puxo de manifesto o perigo dunha excesiva dependencia de mercados foráneos. Espero que esta aprendizaxe nos sirva para entender o importante que é apoiar as nosas empresas. Non me atrevo a facer un vaticinio, pero agardo que se transforme nunha posta en valor, tamén por parte dos consumidores, do noso tecido empresarial. **Vostede fala de acercar o emprendedor ás universidades. Que é necesario? Que beneficios se poden obter con esta alianza?**

—Algúns dos termos que máis repetimos ultimamente son innovación e

Na práctica hai unha distancia difícil de reducir entre a universidade e a empresa*

As administracións deben ser áxiles para que as iniciativas emprendedoras non se frustren ou fracasen*

investigación e, sen dúbida, as universidades son unha importante fonte de ambas. Toda esa xeración de valor que emana da investigación pode traducirse moitas veces nun servizo ou produto competitivo no mercado, pero o feito de que a universidade e a empresa funcionen de forma tan distinta provoca que na práctica exista unha distancia entre ambas difícil de reducir. Necesitamos buscar fórmulas atractivas e factibles para que a transferencia de coñecemento flúa. Esa transferencia se converte actualmente nun factor clave para a competitividade da nosa economía. Hai tempo que a globalización puxo de manifesto que non podemos competir a partir do prezo da man de obra. Nin podemos facelo nin creo que ese deba ser o noso obxectivo.

Algunhas empresas non son competitivas e a administración tampouco ten moitos reflexos. Como se poden mellorar estes aspectos?

—Non se trata de que as nosas empresas non sexan competitivas. Esta situación puxo de manifesto o contrario, que as nosas empresas son competitivas cando o contexto está, por dicilo dalgunha forma, predisposto. As nosas empresas son e poden ser competitivas pero precisan das circunstancias idóneas para que eso sexa posible. En moitas ocasións os tempos das administracións poden chegar a ser un lastre, e non me refiro á propia creación da empresa se non á posta en marcha da actividade, ás licencias e autorizacións administrativas. Como dicía, as administracións deben ser áxiles para que as iniciativas emprendedoras non se frustren ou fracasen antes incluso de poder arrancar.■



MIGUEL POIARS
Director do Instituto de Estudos Europeos

“Se perdeu a confianza en as fontes de autoridade”

¿A qué se debe a perda de confianza de los cidadanos en las administracións?

—En primer lugar a un problema xeral de perda de confianza en as fontes de autoridade. A facilidade de acceso a la información y participación que a revolución dixital traxo produce a veces unha ilusión de coñecemento que leva a cuestionar as fontes de autoridade en las que tradicionalmente confiábamos. Hoy cuando alguen va al médico es frecuente ir al Google a tratar de controlar el diagnóstico médico. En segundo lugar, esa perda de confianza está relacionada con la pérdida global de confianza en las élites políticas, cada vez vistas, mal o bien, como capturadas por certos intereses, partidarios u outros. Es fundamental aumentar la credibilidade de la administración y exención para contrariar esa tendencia.

La situación creada por

aumento del populismo. ¿Cómo se puede combatir esta situación?

—Combatir el populismo pasa por combatir las causas de las que se alimenta sin adoptar sus prácticas demagógicas y radicais. Pasa, como decía antes, por restablecer la confianza en las élites promoviendo unha cultura política diferente, máis transparente y de maior exigencia ética. El populismo se asienta en la idea de que hay un división entre el pueblo y las élites, en que éstas ya no lo representan, pero si, exclusivamente, a sus propios intereses. El populismo no ofrece solucións, solo chivos expiatorios. Pero compete a las élites políticas reconquistar la confianza de los cidadanos. Y nos compete a todos hacer un esforzo serio por buscar la verdad a través del método y confiando en la ciencia. Tenemos que hacer un esforzo de literatura mediática y no tratar fuentes de información descoñecidas

Compete a las élites políticas reconquistar la confianza de los cidadanos?

Las ciudades son hoy las principales unidades de organización social?

bilidad con la que tratamos fuentes de las que tenemos un historial de confianza.

¿Qué debe mejorar la administración para proporcionar un mejor servicio?

—También la administración debía confiar máis en el cidadano. Y el hecho de no ser así explica los elevados niveles de burocracia y formalismo. El segundo aspecto fundamental es que la administración debe prestar sus servicios en función de las necesidades de los cidadanos y no en función de su propia organización tradicional. La lógica de la ‘one stop shop’, o sea, de que el cidadano solo debe tener un interfaz con la administración y que debe ser ese interfaz a obtener todo lo que necesita despois junto a los otros servicios, solo es posible con ese cambio de cultura en el funcionamiento de la administración. Con la transformación dixital los costos de este cambio son baixos. Que el paradigma sean las necesidades del cidadano.

¿Cuál es la importancia de las ciudades para trasladar la innovación al tejido social y económico?

—Las ciudades son hoy las principales unidades de organización social. En esa medida constituyen ideas para experimentar formas innovadoras de organización del tejido económico y social. Pero máis allá de eso, su escala descentralizada permite probar múltiples solucións, replicando despois las exitosas. Es máis fácil experimentar algo nuevo a esa escala o aprender con la experiencia de otra ciudad. Es también máis fácil movilizar los diferentes recursos y conocimientos que son necesarios para innovar, algo que exige juntar gente diferente y saberes diferentes. Exige unas políticas y gobernanza



JOSÉ LUIS MÉNDEZ ROMEU
Exsecretario de Estado

“A resposta dos concellos foi axeitada, non politizada”

Como un dos retadores das conclusións da xornada desenvolta en Pontevedra, cales cre que son as conclusións que deben trasladarse aos gobernos nacionais ou rexionais para que as cidades cobren protagonismo na recuperación económica?

—Se hai algo común nos concellos diante da crise sanitaria, é a capacidade de resposta no ámbito das súas competencias: actuacións na rúa, nos parques e xardíns, nas restriccións de mobilidade, nos servizos sociais, control de horarios e aperturas, entre outras. Onde e cando foi necesaria a actuación do poder local, a resposta foi axeitada, non politizada, construtiva. É máis do que se pode dicir doutros niveis da Administración. Para o futuro, os concellos van a trasladar aos gobernos, autonómico e nacional, propostas en relación cos fondos europeos e tamén con determinadas políticas multinivel susceptibles de cambios e melloras

bilidade interurbana, as políticas medioambientais, a vivenda pública e a mellora da habitabilidade do actual parque, a desigualdade social ou a fenda dixital.

Na súa opinión, cales son os principais problemas aos que se enfrontan os gobernanter locais na actual situación económica e social derivada da pandemia?

—Hai un problema previo, agravado pola normativa de Estabilidade Orzamentaria: os concellos teñen bloqueado un elevado nivel de recursos e ó mesmo tempo soportan un marco de financiación insuficiente en relación coas súas obrigas, legais e reais. Historicamente o financiamento local foi sempre preterido en favor do financiamento autonómico. A pandemia ten provocado maior desigualdade, moi visible nas demandas de axuda para vivenda e mesmo para alimentación. Tanto os servizos sociais municipais como as organizacións do terceiro sector,

Os concellos soportan un marco de financiación insuficiente en relación coas súas obrigas?

O Eixo Atlántico terá voz diante dos gobernos estatais e tamén en Bruxelas?

dunha situación que segue empeorando día a día. Cómpre un acordo entre administracións para coordinar, racionalizar e incrementar a axuda social.

Que vantaxes ten nestes momentos formar parte dunha eurorexión organizada e con estruturas afeitas a abordar problemas comúns aos dous países? Cre que influirá na recuperación?

—As estruturas da eurorexión son aínda febles e voluntaristas. O Eixo Atlántico é unha estrutura de debate, de intercambio de experiencias e interlocutora das institucións comunitarias. Teremos voz diante dos Gobernos e tamén en Bruxelas. Sería conveniente que o diálogo e os fluxos financeiros non se limitaran ao nivel dos Gobernos estatais. A Eurorexión ten unha oportunidade para situar algúns problemas estratéxicos no cerne do debate dos fondos europeos para a reconstrución, como as conexións ferroviarias ou a interface portuaria.

Cre que a UE está a xogar o papel que lle corresponde? Bota algo en falla no esquema de axudas á recuperación que plantexa a Comisión Europea?

—A posición da UE, a diferencia da crise de 2008, está sendo rápida e moi ambiciosa. Probablemente tamén moi esixente cos receptores da axuda. O que botamos en falla é un diálogo inclusivo, non só cos Gobernos estatais, senón cos demais niveis gobernantais e coa sociedade civil. As consecuencias da pandemia mudarán fundamentalmente a economía europea e tamén as institucións sociais. Sería conveniente a participación da sociedade na definición dos grandes obxectivos. Dito coloquialmente, a crise é demasiado importante para deixala soamente

▶ DIARIO DO MINHO



CISION

ID: 88638254

Diário do Minho

18-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 16,09 x 13,44 cm²
Corte: 3 de 3

Diário do Minho

SEXTA-FEIRA 18 SET 2020 WWW.DIARIODOMINHO.PT 1,00 € | Diretor: DAMIÃO A. GONÇALVES PEREIRA | Ano CI | n.º 32608

fritempo
EQUIPAMENTOS DE FRI
— AR CONDICIONADO —
Avenida de Sequeira - Braga
T. 253 691 939

AUTARCAS CONTRA NOVO FECHO DE FRONTEIRAS

Eixo Atlântico quer fundos europeus aplicados nas pequenas empresas

REGIÃO P.09-10

SUPLEMENTO

GD PRADO

94.º ANIVERSÁRIO

Escolas queixam-se da falta de assistentes operacionais

BRAGA P.05

BRAGA P.03

HOSPITAL GARANTE QUE PROFISSIONAIS TIVERAM SEMPRE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

DESPORTO P.25

JOGO ENTRE SPORTING E GIL VICENTE ADIADO POR CAUSA DA COVID-19

DESPORTO P.20

SALVADOR ACREDITA QUE SPORTING NÃO VAI FALHAR PAGAMENTO

DESPORTO P.23

DUMIENSE/CJPII INVESTE 300 MIL EUROS NO CAMPO CELESTINO LOBO

Óptica VILAS BOAS

A SAÚDE OCULAR EM 1º LUGAR

P. Alexandre Hortalha, n.º 44-45
253.221.426 - 913.287.727 BRAGA

GTIB
CENTRO DE INSPEÇÕES
PERIÓDICAS | FACULTATIVAS | EXTRAORDINÁRIAS
ATRIBUIÇÃO DE MATRÍCULA

1.º PENSAMOS NA SEGURANÇA

WWW.GTIB.PT

PARQUE INDUSTRIAL DE ADAUFE - RUA STO. ANDRÉ, 201
ADAUFE - BRAGA - T. 253 628 893 | F. 253 628 894

PRONTO SOCORRO GRATUITO
913899184

AUTO CHECKPOINT
INSPEÇÕES VEÍCULOS MÓVEIS
IPÓVIANA

PARQUE INDUSTRIAL PAÇÓ - LOTE 1
ARCOS DE VALDEVEZ - T. 258 454 136/441 | F. 253 454 137

CISION

Diário do Minho

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Regional

Pág: 10

Cores: Cor

Área: 26,00 x 30,80 cm²

Corte: 2 de 3



ID: 88638254

18-09-2020

OS 31 PRESIDENTES DE CÂMARA FALARAM DO PAPEL DAS AUTARQUIAS NO COMBATE À PANDEMIA E QUEREM CONTINUAR A SER PROTAGONISTAS

Norte de Portugal e Galiza querem apoios comunitários aplicados nas PME

Os presidentes de câmara do Norte de Portugal e da Galiza e defenderam ontem, por unanimidade, que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos setores produtivos da eurorregião.

A reivindicação foi corroborada por todos os autarcas que integram o Eixo Atlântico e que participaram, em Pontevedra, Galiza, na "Conferência de Presidentes" promovida pela associação transfronteiriça para debater a recuperação da crise provocada pela pandemia da covid-19.

«Uma das reivindicações unânimes foi o apoio aos setores produtivos do território tanto às pequenas e médias empresas como aos independentes, reforça a nota enviada à imprensa no final do encontro na Galiza.

O secretário-geral do Eixo Atlântico, Xoán Vázquez Mao, citado naquele documento, defendeu que «as ajudas comunitárias não podem ir para empresas como a Iberia ou a Vodafone.

«Não são empresas es-



Presidentes de câmaras do Norte de Portugal e da Galiza defendem investimentos no setor produtivo das eurorregiões

panholas e o seu capital não é espanhol, é do Reino Unido, país que abandonou a União Europeia (UE). As ajudas devem ir para os empresários e independentes portugueses e galegos, afirmou, acrescentando

«Espanha não deve atuar como um cavalo de Troia para que o dinheiro da UE vá para empresas inglesas, deve sim investir-lo em quem paga aqui os seus impostos e gera riqueza e com isso man-

tém a saúde, a educação e a própria administração pública», reforçou.

Autarcas tiveram papel determinante no combate ao vírus substituindo o Estado

O encontro de ontem, realizado em Pontevedra, Galiza, que se prolongou durante quase quatro horas, os presidentes das principais cidades da eurorregião que fazem parte do Eixo Atlântico, debateram

com um conjunto de especialistas as principais linhas que devem definir o caminho da reconstrução.

Um feito sublinhado, porque 31 presidentes de câmara dos dois países assumem conjuntamente a liderança do processo, reunindo-se para procurar soluções comuns e complementares para «a maior crise que a Europa viveu desde a segunda guerra mundial».

Um conclusão «unânime» da reunião prende-

-se com o «papel determinante que as cidades e os municípios desempenharam durante a pandemia, cobrindo com os seus próprios recursos a falta de apoios de outras entidades, nas áreas sanitária, social, educativa, cultural e de motivação da população para resistir ao confinamento.

«São os municípios quem melhor conhecem as necessidades dos seus cidadãos, que reivindicaram um papel protagonis-

ta no processo de reconstrução para garantir que contemple e apoie as necessidades dos habitantes das cidades da eurorregião», refere o texto.

Os responsáveis reclamaram ainda apoio aos territórios de baixa densidade, que «sempre os mais desprotegidos», tendo sido destacadas as dificuldades com que se debate o setor agroalimentar.

O debate destacou ainda «a necessidade de desenvolver a sustentabilidade do território», não só do ponto de vista económico e de qualidade de vida das populações, como na vertente sanitária, e do desenvolvimento de planos de mobilidade, reforçando as políticas públicas de incremento do transporte público, coletivo com vista à redução do uso de veículos individuais.

A criação de emprego, a aposta na investigação e inovação, o reforço das políticas sociais e de saúde pública, da educação e das políticas ambientais, foram outros dos temas abordados na conferência.

Redação/Lusa

Ricardo Rio defende maior cooperação institucional e ligação à sociedade com vista à recuperação pós-pandemia

Um dos autarcas presentes na "Conferência de Presidentes do Eixo Atlântico" foi Ricardo Rio, que preside o organismo. Na sessão, o presidente da Câmara de Braga defendeu maior cooperação institucional, com vista à recuperação no pós-pandemia.

«Neste encontro ficou bem patente a importância da colaboração e partilha de responsabilidades entre poderes públicos a nível local, de cooperação institucional e de envolvimento de todos os agentes da nossa sociedade para podermos potenciar modelos de desenvolvimento mais sustentados, assentes na inovação e, ao mesmo tempo, de envolvimento e de abertura à participação dos cidadãos», referiu Ricardo Rio, presidente do Eixo Atlântico.



Durante a conferência, foram abordados os desafios com que as autarquias se deparam para lá das dificuldades que a pandemia vai colocando. «Há um conjunto de desafios que temos à frente e que muitas vezes não são legitimadas pela população porque não

respondem a uma necessidade sentida pelos cidadãos e isso leva-nos a ter que partilhar responsabilidades e a envolver toda a sociedade civil na formulação dessas opções», explicou.

O autarca sublinhou ainda que «existe uma necessidade de otimizar a gestão de recursos ao criar condições e dar espaço para que apareçam outros agentes que não as autarquias a apresentarem soluções» que correspondam às necessidades dos territórios e dos cidadãos. «Se existir essa colaboração haverá uma maior capacitação da administração pública», garantiu Ricardo Rio.

Recorde-se que os resultados desta conferência vão servir de base para um documento que o Eixo Atlântico vai apresentar aos governos de Portugal e Espanha, bem como à Xunta de Galicia, para serem incluídos nas políticas de recuperação, tanto a nível de gestão política como a nível de financiamento.

CIMEIRA VAI REALIZAR-SE NA CIDADE DE PONTEVEDRA, NO PRÓXIMO DIA 17 DE SETEMBRO

Eixo Atlântico chama autarcas e peritos a definirem soluções para crise económica

©JOAQUIM MARTINS FERNANDES

Os presidentes dos municípios do Eixo Atlântico reúnem-se a 17 de setembro, na cidade galega de Pontevedra, com especialistas internacionais para debater, na primeira conferência pós-covid-19, a recuperação da crise pandémica e as políticas a desenvolver para prevenir os efeitos de futuras crises.

Em comunicado, o Eixo Atlântico disse ontem que «é a primeira vez» que na Península Ibérica, tanto em Espanha como em Portugal, os 31 presidentes de câmara dos dois países assumem conjuntamente a liderança do processo, reunindo-se para procurar soluções comuns e complementares para a maior crise que a Europa viveu desde a segunda guerra mundial».

Da conferência, que terá lugar em Pontevedra e que contará com a presença de vários peritos internacionais, resultará um documento que servirá de base a uma proposta a apresentar aos Governos de Portugal, Espanha e à Junta da Galiza, e cujas



Municípios do Eixo Atlântico unem-se para relançar a economia da Eurorregião

ideias podem ser incluídas nas políticas de reconstrução. Simultaneamente, este documento, servirá como roteiro para os municípios, contribuindo para formulação de soluções de forma conjunta e complementar, «evitando a dispersão, a duplicação», ou «o confronto numa etapa em que é imprescindível uma gestão coordenada da crise».

No documento, o Eixo Atlântico salienta que os municípios tiveram um papel determinante na gestão da pandemia garantindo os serviços essenciais à população durante o confinamento.

Para aquela entidade, a crise permitiu identificar «aspectos inéditos» que devem ser considerados «prioritários» na nova etapa que se inicia, nomeadamente

que se refere à mobilidade, reforçando as políticas públicas de incremento do transporte público, coletivo com vista à redução do uso de veículos individuais.

A pandemia confrontou ainda a Península Ibérica com a «excessiva» dependência de países terceiros, especialmente do sudeste Asiático, na produção de bens e subli-

nhou a necessidade de reforço dos serviços saúde públicos e de correção dos défices de investimento na área da investigação.

Em face destes novos desafios, os autarcas e peritos internacionais irão focar-se em alguns eixos fundamentais, nomeadamente a criação de emprego, a aposta na investigação e inovação, o reforço das políti-

cas sociais com base no empreendedorismo por oposição aos «subsídios populistas», e ainda o reforço das políticas de saúde pública, da educação e das políticas ambientais.

Entre os especialistas internacionais que, segundo o Eixo Atlântico, já confirmaram a sua presença, estão o ex-Comissário Europeu de Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, e o deputado do Bloco de Esquerda José Soeiro.

Maria João Rauch, consultora da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Andoni Aldekoa professor Convidado da universidade George Washington, são entre outros, alguns dos nomes já confirmados, a que se juntam, por videoconferência, nomes como Miguel Poiarses Maduro, ex-ministro de Desenvolvimento Regional e diretor do Instituto de Estudos Europeus de Florencia, ou Joaquim Oliveira Martins, Diretor Adjunto do Centro de Empreendedorismo, PME, Regiões e Cidades da OCDE.

*Com Lusa

AFIRMOU A LUSA O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mobilidade na função pública será último recurso

O secretário de Estado da Administração Pública disse ontem que a deslocação de trabalhadores para local diferente do posto de trabalho habitual está prevista na lei e que, no âmbito da pandemia, deve ser usada em último recurso.

«É um instrumento de "ultima ratio" [último recurso], que está previsto

na lei geral e a nossa preocupação é que os empregadores públicos tenham orientações para usar todos os instrumentos e também este, no sentido de proteger o trabalhador ou a equipa», afirmou em declarações à Lusa o secretário de Estado da Administração Pública, José Couto.

O governante disse que

rão poucos e que a norma deve ser usada «quando outras medidas como o teletrabalho, horários rotativos ou mudança da hora de entrada» não consigam «garantir a proteção dos trabalhadores» face à covid-19. Em causa está uma orientação aos serviços publicada pela Direção-geral da Administração e do Emprego Público

(DGAEP), no âmbito das medidas relacionadas com a pandemia covid-19.

«Aos trabalhadores da administração pública que não estejam em teletrabalho pode ser imposto, pelo empregador público, para salvaguarda quer do interesse público, quer do interesse do trabalhador, o exercício de funções em local diferente do habitual,

quando estejam em causa razões de gestão do órgão ou serviço e para acautelar o cumprimento das suas atribuições», pode ler-se no site da DGAEP dedicado à pandemia.

Para o secretário de Estado, a norma não é nova e está prevista na lei geral, tendo sido publicada agora no âmbito das medidas covid-19 para po-

der ser usada pelos serviços públicos no contexto da pandemia. «Este instrumento sempre existiu. O que nós fizemos foi tentar circunscrever esse instrumento no atual contexto da situação pandémica às garantias de condições de trabalho e saúde dos próprios trabalhadores», disse.

Redação/Lusa

▶ EL PROGRESO

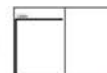


EL PROGRESO

18/09/2020

Prensa: **DIARIO**
Tirada: **13.070**
Valoración: **2.324 C**

Sección: **AUTONOMIA**
Difusión: **11.027**



Página: 24



Mesa presidencial y de ponentes de la cumbre del Eixo Atlántico celebrada ayer en el Teatro Principal de Pontevedra. JAVIER CERVEIRA MERCADILLO (DPT)

Los concellos del Eixo Atlántico reclaman financiación para superar la crisis del covid

▶ Pontevedra acogió ayer la primera reunión de alcaldes de dos países de la UE que reivindican el papel de las administraciones locales en la reconstrucción socioeconómica de la era poscoronavirus ▶ «Somos un ejemplo en Europa», dicen los regidores

S.A.(DPT)

PONTEVEDRA. Los concellos del Eixo Atlántico quieren ser partícipes del plan de reconstrucción de social y económica de la era postcoronavirus. Y así lo dejaron patente ayer en Pontevedra, que acogió la primera reunión de alcaldes de dos países de la Unión Europea que reivindican el papel de las administraciones locales para superar la crisis que está provocando el covid-19. «Somos un ejemplo en Europa», afirmaron.

«Temos un coñecemento pro-

fundadas necesidades e dos proxectos máis acidos para os nosos territorios», explicou el presidente del Eixo y alcalde de Braga, Ricardo Rio, que considera que los municipios son interlocutores «totalmente aptos» para canalizar las ayudas que los estados miembros y la UE pongan en marcha para afrontar las consecuencias de la pandemia.

El mismo argumento del regidor portugués defendió la vicepresidenta de la entidad transfronteriza y alcaldesa de Lugo, Lara Méndez, que recordó que los

concellos deben jugar «un papel fundamental» en la etapa de la recuperación. «Xa o fixemos no momento de tomar medidas de choque no eido sanitario, económico e social. É fundamental que se nos escoite, tanto onde temos competencias como onde non, e ese nos dote de recursos», destacou.

Además de los 19 alcaldes, cuatro tenientes de alcalde y representantes de otros siete ayuntamientos de Galicia y el Norte de Portugal, la cumbre contó con la participación de ocho expertos.

Algunos de ellos realizaron conexiones desde Florencia, París y Bruselas para analizar la situación que deja el virus y posibles planes de actuación.

PROPUESTAS. El alcalde de Pontevedra, Miguel Anxo Fernández Lores, anfitrión de la jornada, también intervino vía online para realizar sus aportaciones. «Hai que apostar pola competitividade, as novas tecnoloxías, a economía verde e poñer en valor este territorio, a Eurorexión», subrayó.

El regidor del BNG también destacó la importancia de aplicar políticas para lograr espacios urbanos más habitables para las personas, de modo que se amplíen las zonas de prioridad peatonal para garantizar medidas como el distanciamiento social. «Pontevedra reúne unhas características especiais. É unha cidade que ten feito os deberes na recuperación do espazo público, na eliminación da contaminación ambiental e na mellora da calidade do aire», reivindicó.

Entre las conclusiones de la

En imágenes



Un grupo de asistentes charla antes de comenzar la cumbre del Eixo Atlántico. Y la alcaldesa de Lugo, Lara Méndez, atiende a los medios de comunicación a su llegada.





► **José Luis Méndez Romeu** Exparlamentario del PSdeG

Fue uno de los ponentes del acto, al que asistieron los presidentes del CES y de la Fegamp

Ricardo Rio
Presidente del Eixo Atlántico

«Nós temos un coñecemento profundo das necesidades e dos proxectos máis acidos para os nosos territorios»

Lara Méndez
Vicepresidenta del Eixo Atlántico

«É fundamental que se nos escoite. Tanto onde temos competencias como onde non. Queremos que se nos dote de recursos»

Miguel Anxo Fernández Lores
Alcalde de Pontevedra

«Hai que apostar pola competitividade, as novas tecnoloxías, a economía verde e poñer en valor esta Eurorrexión»



Uno de los dos controles de acceso de la cumbre, con termómetro e hidrogel. | CERVERA-MENCAIGLO

**Prevención
Desinfección de
manos y toma
de temperatura**

La Conferencia de Presidentes del Eixo Atlántico se celebró ayer entre estrictas medidas de seguridad. La organización estableció un doble control en el acceso al Teatro Principal. En el primero, a los asistentes a la cumbre se les midió la temperatura corporal. El gel desinfectante también fue obligatorio para entrar a la jornada, que se desarrolló con menos de 60 personas de aforo y con la obligación del uso de la mascarilla. En los baños también se adoptaron medidas de prevención.

cumbre figuran la apuesta del Eixo Atlántico por la digitalización, de modo que las administraciones puedan modernizarse y ser más accesibles y eficaces para los ciudadanos. La apuesta por las nuevas tecnologías también ha de extenderse, según el ente transfronterizo, a las empresas para ser más competitivas.

La mejora de las comunicaciones ferroviarias y la inversión en I+D+i fueron otras propuestas.

«**MANTENDIDA**». La vicepresidenta del Eixo, Lara Méndez, reclamó mayor atención del Gobierno gallego. «O presidente da Xunta non se dirixiu ás entidades locais nin aos alcaldes e alcaldesas das grandes cidades para termos en conta, escoitarnos e saber que problemas e necesidades estamos a ter», dijo en respuesta a preguntas de los periodistas sobre el papel del Ejecutivo autonómico con los municipios durante la pandemia.

Méndez, que afirmó que «non é momento de recriminacións e de botar a vista atrás», apeló a la «salidade». «Eu tendo a man para que a Xunta nos teña en conta».

Un mapa para combatir la pobreza

► La Eurorrexión contará en 2021 con un sistema para conocer la situación de cada ciudad con el fin de evitar «bolsas de maxinación» ► También se creará un plan para limitar el uso de los coches

S.A.D.P) PONTEVEDRA. El Eixo Atlántico trabaja en la elaboración de un mapa para detectar la pobreza. El objetivo de este sistema, que permitirá conocer la situación social y económica de las ciudades y municipios, es evitar «bolsas de maxinación» a través de la activación de políticas públicas de reactivación. Así lo avanzó ayer el secretario general de la entidad transfronteriza, Xoán Vázquez Mao, que confirmó que la iniciativa estará lista el año que viene.

La Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal también pondrá el acento en la necesidad de activar nuevos modelos urbanos. La intención es la creación de un plan de movilidad urbana sostenible que tratará de impulsar iniciativas para limitar el uso del coche y

promover otras formas de transporte. Con esta medida se buscará mejorar los parámetros ambientales y contribuir a la lucha contra la emergencia climática.

Vázquez Mao reivindicó como ejemplo a exportar el papel «innovador» y de colaboración entre los municipios transfronterizos para superar las adversidades. «Somos dous territorios similares, pero dispares que temos demostrado que somos quen de aunar esforzos. A pesares das distintas cores políticas, falamos e chegamos a puntos de acordo. Ese ten que ser o espello onde miramos», afirmó respecto a la nueva etapa que se abrirá después de la actual crisis del coronavirus.

El secretario general del Eixo señaló, además, que la salida a esta situación no puede ser la

apuesta por los empleos precarios. «Cantos destes traballos lle permiten á xente ter un proxecto de vida? E manter a Seguridade Social e pagar impostos para manter a educación?», dijo Vázquez Mao, que reclamó puestos de trabajo «de calidade».

«**CABALO DE TROIA**». Vázquez Mao se refirió también al fondo de reconstrucción al que el Gobierno de España tiene acceso para ayudar a empresas que están en apu-

Vázquez Mao defiende que el Gobierno no puede destinar a empresas de capital no español ayudas del fondo de reconstrucción

ros. Y lo hizo a título individual para defender que esta línea de apoyo económico no puede llegar a compañías como Ibeira o Vodafone, «que non son empresas do noso territorio e nin sequera son españolas, senón do Reino Unido, que abandonou a Unión Europea».

«España non debe de actuar como un cabalo de Troia para que o diñeiro da UE vaia a empresas inglesas, senón que debe de investir en quen paga aquí os seus impostos e xera riqueza, e con iso manteñen a sanidade, a educación e a propia administración pública», argumentó Vázquez Mao, que propuso además que estos recursos se utilicen en las firmas de proximidad. «Tienen que ser para as nosas empresas e para os nosos autónomos».



El director de El Progreso, Alfonso Riveiro, a su llegada al evento, que congregó en el Teatro Principal de Pontevedra a medio centenar de asistentes.



O Eixo Atlántico organiza en Pontevedra unha conferencia de alcaldes contra a pandemia

- ▶ Rexedores galegos e lusos, xunto con expertos internacionais, buscarán solucións para a reconstrución poscovid
- ▶ O encontro, que se celebra este xoves no teatro Principal, é o primeiro destas características na península Ibérica

M.V./M.B.

PONTEVEDRA. O Eixo Atlántico organiza en Pontevedra a primeira conferencia de alcaldes poscovid este xoves. No encontro, cofinanciado por Interreg España-Portugal/Poctep/Feder, os 31 alcaldes que confirmaron a súa asistencia debaterán, cun conxunto de expertos de alto nivel, as políticas a desenvolver no marco do proceso de reconstrución para a superación da crise provocada pola pandemia, ao tempo que para reforzar a resiliencia das cidades para previr os efectos de vindeiras crises que se poidan producir.

É a primeira vez que na península Ibérica, tanto en España coma en Portugal e posiblemente en Europa, os alcaldes dos dous países que constitúen un sistema urbano transfronteirizo, asumen conxuntamente o liderado do proceso e se reúnen para atopar solucións comúns e complementarias, para a maior crise que viviu Europa dende a Segunda Guerra Mundial.

Os concellos xogaron un papel determinante na xestión da pandemia, tanto polo mantemento dos servizos no medio do confinamento como garantindo os servizos sociais esenciais á poboación que máis estaba a sufrir os efectos dunha crise inesperada, e polo tanto para a que non se previra ningún tipo de medidas. Pero tamén a crise permitiunos comprobar aspectos inéditos que se deben considerar con carácter prioritario na nova etapa que se abre.

O confinamento produciu a desaparición case total do tráfico nas



Última reunión da asamblea xeral do Eixo Atlántico celebrada en Maia. CEDA

cidades, o que levou a un cambio radical na mellora da calidade do aire e con iso dos aspectos sanitarios nos que inflúe negativamente a contaminación. Esta situación ten que condicionar o modelo de mobilidade das nosas cidades, reforzando unha mobilidade sustentable a través de medidas como o incremento do transporte público e colectivo e a diminución do vehículo privado.

Outros aspectos como a dependencia excesiva de terceiros países especialmente do sueste asiático na produción de bens, a falta de reforzo da sanidade pública, ou o

déficit de investimentos na investigación, mostraron o seu efecto máis perverso durante a crise, e son medidas que as cidades e os gobernos deben corrixi-
 O encontro reúne na Boa Vila 31 rexedores da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal para abordar unha xestión coordinada da crise

a educación e as políticas ambientais, serán os eixos sobre os que debaterán os alcaldes e os expertos en Pontevedra.

EXPERTOS. Entre os expertos que confirmaron a súa asistencia atopápanse Carlos Moedas, excomi-

sario Europeo de Investigación, Ciencia e Innovación; José Soeiro, quen durante máis dunha década foi responsable do Instituto Financeiro de Desenvolvemento Rexional de Portugal e posteriormente presidente da Axencia para o Desenvolvemento e Cohesión; María João Rauch, consultora da OCDE; Anxo Carracedo, catedrático de Medicina Legal, investigador, membro da Real Academia Galega de Ciencias e exdirector do Instituto de Medicina Legal da Universidade de Santiago; Emilio Fernández Suárez, catedrático de Ecoloxía, exdirector xeral de

RICARDO RIO PRESIDENTE DO EIXO ATLÁNTICO É MEMBRO DO COMITÉ DE LAS REGIONES

«Xuntos seremos máis fortes»

Que espera deste encontro? Cal é o principal obxectivo?

Todos os 31 alcaldes que confirmaron a presenza neste encontro temos como punto en común a vontade e o interese estratéxico de debater o urxente desenvolvemento de políticas comúns para combater a crise xerada pola pandemia que a todos nos afectou. Estas políticas e medidas urxentes deben ser encaradas por todos como ferramentas importantes a implementar no noroeste peninsular, de forma común e transversal. Con este encontro pretendemos de igual modo reforzar as capacidades de resposta e de resiliencia das nosas cidades para previr e mitigar os efectos de

futuras crises.

Por onde considera que debe comezar a reconstrución do tecido económico?

O desafío de aquí en diante, que se impón a todos os gobernantes, é ter territorios nos que os nosos cidadáns, empresas e empresarios se tornen de novo motores de crecemento dos respectivos países e que as nosas cidades se tornen tamén exemplos a seguir. Para recuperar rapidamente o escenario económico da Eurorrexión, necesitamos implementar medidas concretas que inflúan directamente e de forma rápida nas nosas empresas e economías locais. Así mesmo, a reanimación da economía, co foco na reanundación

das exportacións e do turismo, coa implementación de medidas de activación da economía circular, entre outras, debe ser o gran foco de actuación. Sen esquecer a creación de respostas para todas as carencias sociais que esta pandemia esixe. A Eurorrexión, a casa de todos nós, debe ser o farol de esperanza na construción dun futuro mellor para todos.

Cal debe ser o papel das administracións municipais na reconstrución económica trala pandemia?

É a primeira vez que teremos na península Ibérica, e talvez en Europa, un encontro que reúne os alcaldes e presidentes que constitúen un sistema urbano transfronteirizo, que asumen en



conxunto o liderado da creación de respostas e solucións comúns e complementarias para unha das maiores crises que viviu Europa. Cada concello deu o mellor de si na resposta local e supra municipal á pandemia coa implementación de

respostas inmediatas e enfocadas no seu territorio. Agora chega a hora de que as administracións e gobernos municipais encontren respostas colectivas a aplicar en toda a nosa rexión, creando ferramentas e camiños para unha recuperación económica e social que nos permita saír o máis rápido posible desta crise non anunciada. Xuntos seremos máis fortes e teremos que demostrar que conseguiremos con políticas comúns e cunha orientación no mesmo sentido o rexurdir da nosa economía, o noso turismo, as nosas cidades e rexións.

Que vantaxes ofrece a cooperación transfronteiriza na recuperación dos concellos? Como se pode aproveitar?

A crise permitiunos entender aspectos que descoñeciamos. Os efectos dun confinamento ao cal estivemos suxeitos revelou inmensas fragilidades que urxe resolver

Desenvolvemento Sustentable da Xunta de Galicia e até hai pouco comisionado do Campus do Mar; Andoni Aldekoa, profesor convidado da universidade George Washington; Fernando González Laxe, expresidente da Xunta, catedrático de Economía Aplicada e codirector do Foro Económico de Galicia; Carmen López, avogada experta en emprendemento e mentora de proxectos emprendedores na Escola de Organización Industrial, e José Luís Méndez Romeu, secretario de Estado de Cooperación, exconselleiro de Presidencia, Administración Pública e Xustiza da Xunta e experto do Eixo Atlántico en administracións públicas.

Por videoconferencia participarán, desde Bruxelas, José Palma, exdirector de Cooperación da Comisión Europea e experto do Eixo Atlántico en políticas comunitarias e fondos europeos; desde Florencia, Miguel Poiares Maduro, exministro de Desenvolvemento Rexional e director do Instituto de Estudos Europeos de Florencia, e desde París, Joaquim Oliveira Martins, director adxunto do Centro de Emprendemento, Peme, Rexións e Cidades da OCDE. Aínda que inicialmente estaba prevista a súa presenza, as actuais circunstancias especialmente para os viaxeiros procedentes de España impediron a súa presenza física, aínda que participarán todo o debate por videoconferencia.

O documento resultante do debate e as ideas que nel se expoñan, configurarán a base que o Eixo Atlántico vai propor aos gobernos de Portugal e España, así como á Xunta de Galicia, para que sexan incluídas nas políticas de reconstrución, tanto a nivel de xestión política como a nivel de financiamento.

Ao mesmo tempo servirán de folia de ruta naquelas materias que sexan competencias dos concellos para poder acometer solucións de forma conxunta e complementaria, evitando a dispersión, a duplicidade e o enfrontamento nunha etapa na que é imprescindible unha xestión coordinada da crise.

nesta nova fase que agora vivimos. A cooperación transfronteiriça debe unir e fortalecer as nosas economías. Se facemos o exercicio de ollar para todo este territorio e entendémo-lo como un só, percibimos facilmente que desde aquí, no Noroeste Peninsular, temos un tecido económico que produce coñecemento, mais tamén produce bens, servizos e produtos esenciais a grande escala. Unha forte cooperación que induza ao consumo interno do que aquí mellor se produce, para toda a Península Ibérica, evitando a excesiva dependencia das importacións é fundamental para a recuperación económica. Outros dos aspectos que se deben considerar prioritarios é o formato sustentable de mobilidade entre cidades e rexións, reforzando a componente sustentable, reforzando os medios de transportes colectivos, públicos, entre rexións e países, co obxectivo de minimi-



Vázquez Mao Políticas para a reconstrución, o obxectivo

«Todo o mundo está centrado no diñeiro para a reconstrución, pero a nós o que nos interesa son as políticas para a reconstrución. Ten que haber unha aposta de futuro para cambiar unha serie de cousas», afirma Xoán Vázquez Mao, secretario xeral do Eixo Atlántico.

Respecto á creación de emprego e ao rexurdimento da economía, Vázquez Mao defende que hai que «minorar a dependencia de países do sur asiático» e pon como exemplo a Portugal, «que se reciclou e fan mascarillas, tamén empresas galegas». «Vimos a importancia que ten investir en ciencia e investigación», engade Vázquez Mao.

Propostas

No tocante ás propostas que saian da Conferencia de Alcaldes, o secretario xeral do Eixo Atlántico salienta que se elaborará un informe coas medidas acordadas que «será remitido á Xunta de Galicia e aos gobernos de Portugal e España» para que sexan incluídas nas políticas de reconstrución, tanto a nivel de xestión política como a nivel de financiamento.

zar o impacto do uso do transporte individual.

Cales son as fortalezas dos municipios que integran o Eixo Atlántico?

Todos os municipios que compoñen o Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular saben que a maior forza é a unión. Xuntos conseguiremos crear medidas e respostas fortes, concretas e inmediatas. O desafío é inmenso e de enorme responsabilidade para con todos aqueles que representamos. Tamén aquí, creo, o Eixo Atlántico e todos nós, con poderes e deberes políticos, e coa masa crítica e o traballo intelectual que nos é esixido, deberemos ollar para esta ameaza como un desafío, transformándoo nunha proba da nosa cohesión. Deberemos ser os primeiros en dar o exemplo, aos nosos países, á Unión Europea e ao mundo, como unha unión de políticos e gobernantes.

LARA MÉNDEZ ALCALDESA DE LUGO E VICEPRESIDENTA DO EIXO ATLÁNTICO

► A conferencia de alcaldes será, en palabras de Lara Méndez, «clave», xa que as administracións locais coñecen «de primeira man as necesidades e as transformacións nas zonas urbanas e rurais».

«Sairán propostas de gran riqueza e trascendencia para o futuro»

Que papel xogaron os concellos desde o inicio da pandemia e cal cre que debe ser a partir de agora de cara á etapa post-covid?

O papel dos concellos foi determinante porque ao estar na primeira liña de exposición e ser a administración máis próxima, tivemos que reforzar e reenfocar os servizos que son competencia nosa, pero tamén aqueles que non o son, o que supuxo un esforzo enorme de xestión. Pero tamén de investimento, porque, por pór un exemplo, só en Lugo, cada ano gastamos o 13% do noso orzamento en competencias improprias, das que a Xunta debería facerse cargo. Pero este ano, ademais dos gastos extraordinarios en limpeza ou benestar social, por citar só algúns, e da baixada de ingresos porque aprazamos ou exoneramos do pago de taxas e impostos, tamén proxectamos importantes medidas de reactivación económica enfocadas ás familias e ao tecido empresarial, investimos en melloras dos espazos públicos das nosas cidades, e agora estamos a aprobar gastos importantes nos colexios para afrontar a volta a clase con máis seguridade. Todo o estamos afrontando os concellos sen axuda económica doutras administracións. Agora, de cara á etapa post-covid queremos liderar unha participación máis activa nos plans europeos, estatais e autonómicos, que se nos escoite, porque ninguén como nós, que somos a primeira porta á que os veciños e veciñas acoden, para avaliar as necesidades, razón pola que debemos participar na toma de decisións e na disposición de recursos suficientes. As cidades e o rural están a transformarse a unha velocidade máis rápida con esta crise e debemos estar preparados para dar respostas sustentables. As políticas ambientais, a mobilidade, o emprego, os reforzos en sanidade e educación son algúns dos eixos sobre os que debateremos en Pontevedra.

Que esperan da conferencia de alcaldes do Eixo Atlántico que se celebrará en Pontevedra o día 17?

Será unha conferencia clave na que as administracións locais, as que coñecemos de primeira man as necesidades e as transformacións nas zonas urbanas e rurais, debatamos con expertos de alto nivel, polo que o documento final que sairá de aí recollerá propostas de gran riqueza e trascendencia para o futuro. Será un docu-



mento avalado por 31 concellos de Galicia e o norte de Portugal, o primeiro que se fai conxuntamente entre dous países, que o Eixo Atlántico elevará despois ao Goberno portugués e español, e tamén á Xunta de Galicia, para que as ideas sexan incluídas nas políticas de reconstrución, tanto a nivel de xestión política como a nivel de financiamento, porque sen a parte económica, insisto, coxearíamos. Ao mesmo tempo servirá de folia de ruta naquelas materias municipais para poder acometer solucións de forma conxunta, evitando a dispersión, a duplicidade e o enfrontamento nunha etapa na que é imprescindible unha xestión coordinada da crise.

Cales considera que son as bases sobre as que se ten que realizar a reconstrución económica de Galicia?

Para Galicia ábrese unha gran oportunidade pensando nos eixos do plan de recuperación expostos por Europa, a transformación dixital e o camiño cara a unha transición ecolóxica xusta,

na que a nosa comunidade, polos seus propios recursos naturais e a súa configuración rural, ten un campo aberto que debe explorar e explotar, pensando ademais na crise demográfica. E ollo, que cando falamos de transición ecolóxica e sustentabilidade falamos de que debe ser totalmente transversal, vinculada a xerar economía non só na nova industria verde, tamén nun turismo menos masificado e de maior calidade, na transformación das cidades, nunha maior aposta polo rural, nun maior coidado do patrimonio e nos cambios de hábito de vida. E debémolo facer da man do I+D+i, das Universidades, dos emprendedores, cunha maior implicación de todo o tecido produtivo e social, apostando pola excelencia e o valor engadido. E creo que a reconstrución debe ir da man dun reforzo moi importante nas políticas centradas na saúde e na educación.

Nun momento tan extraordinario como este, non que se pon de manifesto a importancia da solidariedade entre países e tendo en conta que a Unión Europea non pasa polo seu mellor momento tampouco, considera que é o momento de reforzar o concepto de Europa?

Sen ningunha dúbida, máis que nunca. Pero o concepto de Europa solidario, do que nos afastamos nos últimos anos, e vímolo claramente na crise do 2008-2012, na que as praus da recuperación a fixaron os países máis fortes, deixando a moitas persoas polo camiño. O acordo europeo pechado para a reconstrución da pandemia parece avanzar por outras liñas, e así debe ser porque a cooperación territorial europea debe dotarse de máis significativos recursos financeiros comúns e máis eficazmente repartidos.

Programa Debate entre expertos e alcaldes

A conferencia de alcaldes comezará coas intervencións do secretario xeral do Eixo Atlántico, Xoán Vázquez Mao; do alcalde anfitrión, Miguel Anxo Fernández Lores; do presidente do Eixo Atlántico, Ricardo Rio, e da vicepresidenta do Eixo Atlántico, Lara Méndez.

O encontro articularase en tres bloques: o primeiro versará sobre emprego e economía, incluíndo aspectos como a investigación e innovación; o segundo sobre política social e terceiro sobre cidade-administración local, sustentabilidade ambiental e mobilidade.

Cada bloque comezará cunha intervención dos expertos vinculados aos diferentes ámbitos para a continuación abrir o debate entre expertos e alcaldes.

Táboa Redonda

NO INTERESE POLA CULTURA

todos os domingos,
con El Progreso

Este domingo

Camilo Franco fala de Ray Bradbury, o escritor que marchou vivir ao futuro e ademais...

Javier Nogueira
Nicolás Carreira
Ramón Rozas
Portorosa
Jaureguizar

ELPROGRESO



Tecnología, empleo, talento y sostenibilidad, algunas de las claves para la era poscovid apuntadas ayer.

Tres claves para superar la crisis: 'smart-gobernanza', vocación y 'maritimidad'

► «El Eixo Atlántico debe posicionarse como área privilegiada para vivir y trabajar» frente a las «aglomeraciones y la presión» de EE.UU. o China

A.G. PONTEVEDRA. Entre las propuestas vertidas ayer por el panel de expertos del Eixo Atlántico para abordar la crisis del coronavirus desde las ciudades destaca la incorporación de los medios digitales e inteligentes en la gestión ordinaria de los gobiernos. Esa 'smart-gobernanza' será clave a muy corto plazo y diferenciará a las ciudades menos eficaces y eficientes de las que no lo son. Y junto a la tecnología es fundamental el empleo, como herramienta para corregir las desigualdades sociales a las que no llegarán los presupuestos. La pregunta es: ¿cómo pueden los concellos ayudar a generar puestos de trabajo?

Una forma es aprovechando la posición estratégica de la Eurorregión, que debe reivindicarse como un «espacio de libertad», verde y sostenible, capaz de atraer las inversiones asociadas al talento, en contraposición con las grandes aglomeraciones y el severo control establecido por gigantes como China o Estados Unidos. «Europa es un nuevo espacio de libertad en este sentido», señaló el excomisario europeo de Investigación, Ciencia e Innovación Carlos Moedas, «y el Eixo Atlántico debe posicionarse desde sus ciudades como un área privilegiada para vivir y trabajar».

Además, los concellos tienen que definir sus vocaciones sociales y estratégicas y ser consecuentes con ellas en el medio y largo plazo. Cuando así ocurre, las empresas alineadas con esa vocación aparecen para quedarse y desarrollarse. Así lo planteó Carmen José López, de Escuela de Organización Industrial (EOI).

Y también la puesta en valor de los sectores primarios y su inserción en un comercio local sostenible. El **expresidente de la Xunta Fernando González Laxe** recalcó la importancia de reforzar la 'maritimidad' del territorio como uno de los grandes ejes de desarrollo económico y recordó la importancia de incorporar la innovación e investigación a este sector invirtiendo en ambos, insistiendo en la importancia de la digitalización.

En el mismo sentido, **Miguel Poiares Maduro, director del Instituto de Estudios Europeos de Florencia**, recordó la importancia de una administración ágil y eficaz y la necesidad de que la innovación se llevara a los ayuntamientos y a través de las ciudades a su tejido social y económico.

Otro elemento central en el debate fue la necesidad de desarrollar la sostenibilidad del territorio, no sólo por su carácter económico y de calidad de vida, sino, como se ha visto durante esta pandemia, por su fuerte componente sanitario, así como la necesidad de incentivar los ciclos cortos, tanto productivos, como de consumo, que redundan en el comercio de proximidad y que supone poner en valor el consumo de productos tradicionales. **Emilio Fernández, catedrático de Ecología en la UVigo**, subrayó que la bajada de

la contaminación que se produjo durante el confinamiento supuso un elemento muy positivo de prevención sanitaria especialmente para enfermedades respiratorias. «Esta crisis hará que cambiemos las cadenas de valor y que produzcamos más en Europa para comprar menos en China». En este sentido se incidió en la necesidad de desarrollar planes de movilidad urbana sostenible para minorar el uso e impacto del vehículo privado. También se reforzó la necesidad de mejorar las infraestructuras pendientes, especialmente ferroviarias, claves para lograr esa sostenibilidad.

Ángel Carracedo, catedrático de Medicina Legal o María João Rauch, consultora de la OCDE, apostaron por la investigación como clave para salir de esta nueva crisis incidiendo en la transferencia de este conocimiento como elemento indispensable. También insistieron en la necesidad de retener el talento.

OTRAS APORTACIONES. Además de los propios ponentes, entre el público se citaron representantes institucionales de ambos lados del Miño, como Agustín Hernández, del CES; el presidente de la Fegamp, Alberto Varela; numerosos regidores y concejales o representantes lucense como José Tomé o Claudio Garrido.

Precisamente Tomé, presidente de la Diputación, también realizó su aportación al encuentro, al asegurar que «reforzará» el liderazgo de la institución provincial lucense en la captación y gestión de fondos europeos «para que lleguen a los concellos más pequeños», aseguró ayer en Pontevedra.

El Eixo Atlántico remitirá a los gobiernos resumen de los consejos extraídos de la jornada de reflexión de ayer en Pontevedra



Pontevedra acoge un encuentro de alcaldes para preparar la reconstrucción post-Covid

Acuden 31 regidores de Galicia y Norte de Portugal junto a varios expertos ▶ Se reúnen con el objetivo de trazar medidas para lograr la recuperación económica de la Eurorregión

REDACCIÓN ■ Pontevedra

El Teatro Principal de Pontevedra acoge hoy una cumbre de 31 alcaldes y alcaldesas del Eixo Atlántico "por la reconstrucción post-covid". Asistirán regidores de casi todas las ciudades del eje Galicia-Norte de Portugal, con el objetivo de trazar las estrategias para la recuperación económica de la Eurorregión. Se trata de una reunión de alcaldes y técnicos para estudiar qué medidas se pueden adoptar para reducir la incidencia negativa del Covid-19 en estos municipios, explicó ayer el anfitrión, Miguel Anxo Fernández Lores.

Serán la primera vez que en la Península ibérica, tanto en España como en Portugal, los alcaldes de dos países, que constituyen un sistema urbano transfronterizo, asumen conjuntamente el liderazgo del proceso y se reúnen para buscar soluciones comunes y complementarias.

Los regidores debatirán, con un conjunto de expertos, las políticas a desarrollar en el marco del proceso de reconstrucción para la superación de la crisis provocada por la pandemia, al tiempo que prevenir los efectos de futuras crisis que pudieran producirse.

En la convocatoria del Eixo Atlántico se expone que los ayuntamientos han jugado un papel determinante en la gestión de la pandemia, tanto por el mantenimiento de los servicios en medio del confinamiento como garantizando los servicios sociales esenciales a la población que más estaba sufriendo los efectos de esta crisis inesperada, y por lo tanto para la que no había previsto ningún tipo de medidas.

Recuerdan además que el confinamiento produjo la desaparición casi total del tráfico en las ciudades, lo que conllevó a un cambio radical en la mejora de la calidad del aire y con ello de los aspectos sanitarios en los que influye negativamente la contaminación. "Esta situación deberá condicionar el modelo de movilidad de nuestras ciudades, refor-

zando una movilidad sostenible a través de medidas como el incremento del transporte público y la minoración del vehículo privado".

Otros aspectos como la dependencia excesiva de terceros países especialmente del sureste asiático en la producción de bienes, la falta de refuerzo de la sanidad pública, o el déficit de inversiones en la inves-

tigación, serán cuestiones a tratar, dado que "han mostrado su efecto más perverso durante la crisis, y son medidas que las ciudades y los gobiernos deben corregir". La creación de empleo y actividad económica, con especial atención a qué tipo de empleo y qué tipo de actividad económica, la calidad sobre la estadística y apostando por la excelencia y

el valor añadido sobre la base de la investigación e innovación, las políticas sociales dando apoyo a los que están sufriendo la crisis, pero apostando por la innovación y emprendimiento y el refuerzo de la sanidad, la educación y las políticas medioambientales, serán los ejes sobre los que debatirán los alcaldes y los expertos en Pontevedra.



Una actividad celebrada recientemente en el Teatro Principal cumpliendo las "normas covid". // G.S.

Lores critica la gestión de la Xunta en esta crisis

"Me da la impresión de que no se están cumpliendo los protocolos como se debería; el no tomar decisiones, o retrasar ciertas cosas, puede implicar que vayamos para atrás", opina el alcalde de Pontevedra sobre la gestión de esta crisis que están haciendo las autoridades sanitarias. "La Xunta va un poco de campeona, siendo los primeros en salir del confinamiento, por ejemplo, y ahora re-

sulta que retrocedemos", lamenta Fernández Lores, quien se declaró "preocupado" por el desarrollo de la crisis sanitaria en Pontevedra y Galicia. "Deberían hacer las cosas con menos alegría", dijo, para considerar a continuación que el curso escolar es una de esas decisiones que se pudieron tomar sin evaluar realmente las medidas preventivas disponibles y las consecuencias.

Además el alcalde lamenta también la "falta de información" por parte de la Xunta, tanto a las restantes administraciones como a la ciudadanía en general a través de los medios de comunicación. "Tienen que poner los datos encima de la mesa; el gerente del área sanitaria nos convocó el otro día pero tendría que haberlo hecho mucho antes", opina Lores, quien pide "responsabilidad".

▶ EL IDEAL GALLEGO



Alcaldes gallegos y lusos exigen participar en el plan de reconstrucción

Una treintena de regidores y varios expertos en distintos ámbitos se reunieron llamados por el Eixo Atlántico

EFE PONTEVEDRA

Una treintena de alcaldes de ciudades de Galicia y del norte de Portugal, asociadas al Eixo Atlántico, acordaron exigir a los gobiernos de Madrid y Lisboa ser un "interlocutor preferente" para abordar los planes de reconstrucción tras la pandemia del coronavirus. Las ciudades tienen un "conocimiento profundo", destacó el presidente del Eixo Atlántico y alcalde de Braga, Ricardo Rio, de sus necesidades y de los proyectos que "mejor pueden apoyar nuestras estrategias de desarrollo" para abordar las consecuencias del Covid-19.

El encuentro celebrado en Pontevedra, en el que participaron expertos en materia política, económica y social, dejó "claro", en palabras de Rio, que el reparto de los fondos de reconstrucción deben ser empleados "en verdadero beneficio de los territorios".

Esa fue la petición unánime de la Eurorregión que forman Galicia y el norte de Portugal, tal y como defendió la alcaldesa de Lugo, Lara Méndez, que reivindicó que las ciudades deben jugar un "papel fundamental" en esta estrategia. "Queremos que se nos escuche, que se nos deje partici-



Un momento de la reunión organizada por el Eixo Atlántico en Pontevedra

Entre sus propuestas está promover mayor cohesión territorial entre Galicia y el norte de Portugal

par y que se nos dote de recursos", exigió Méndez, actual vicepresidenta del Eixo Atlántico, de forma que Lisboa y Madrid "ideen una hoja de ruta" contando con aquellos "que estamos más cerca de los ciudadanos".

Una de las principales acciones que propone el Eixo Atlántico es promover una mayor cohesión

territorial entre Galicia y el norte de Portugal. "No queremos un territorio con apenas media docena de ciudades muy desarrolladas y competitivas", detalló el alcalde de Braga.

"Reformatear"

Para ello, Galicia y el norte de Portugal plantean "reformatear" las políticas urbanas, cubrir las necesidades sociales, estimular la competitividad y la innovación empresarial o captar nuevos talentos, "que es uno de los grandes desafíos que tenemos todos", subrayó Ricardo Rio.

Además, entienden que la investigación y la digitalización deben ser "áreas estratégicas"

para crear "ciudades del futuro", añadió Lara Méndez, que cuenten con economías "fuertes, solventes y pegadas al territorio".

Las primeras conclusiones reivindican también un mayor apoyo a los sectores productivos de la Eurorregión o un refuerzo en la protección de las áreas de menor densidad poblacional, al entender que son los más desprotegidos por los efectos de la pandemia.

El secretario del Eixo Atlántico, Xoán Vázquez Mao, señaló por su parte que después de la pandemia del Covid-19 "nada será igual" y que, al igual que ocurrió tras el final de la Segunda Guerra Mundial, "se abre una etapa nueva" para Europa. ●

Alcaldes de Galicia y Portugal abordan la recuperación post Covid

El Eixo Atlántico celebra hoy en Pontevedra una conferencia de regidores para la reconstrucción

R.G. A CORUÑA

El Eixo Atlántico organiza hoy en Pontevedra la primera Conferencia de Alcaldes Post Covid-19, en la que los 31 alcaldes que han confirmado su asistencia debatirán, con un conjunto de expertos de alto nivel, las políticas a desarrollar en el marco del proceso de reconstrucción para la superación de la crisis provocada por la pandemia, al tiempo que para reforzar la "resiliencia" de las ciudades para prevenir los efectos de futuras crisis que pudieran producirse.

Según señala la organización, es la primera vez que en la Península ibérica, tanto en España como en Portugal y "posiblemente en Europa", los alcaldes de dos países que constituyen un sistema urbano transfronterizo, asumen conjuntamente el liderazgo del proceso y se reúnen para buscar soluciones comunes y complementarias, para la mayor crisis que ha vivido Europa desde la segunda guerra mundial.

De hecho, desde el organismo señalan que los ayuntamientos han jugado un papel determinante en la gestión de la pandemia, tanto por el mantenimiento de los servicios en medio del con-



Asamblea general del Eixo Atlántico celebrada en Maia

El Eixo Atlántico anima a "corregir" la dependencia excesiva de la producción en terceros países

finamiento como "garantizando lo servicios sociales esenciales a la población que más estaba sufriendo los efectos de una crisis inesperada, y por lo tanto para la que no había previsto ningún tipo de medidas". Pero también la crisis nos ha permitido comprobar aspectos inéditos que deben ser

tomados en consideración con carácter prioritario en la nueva etapa que se abre", aseguran desde el Eixo Atlántico.

Durante el acto de hoy se pondrá sobre la mesa la desaparición casi total del tráfico que se produjo durante el confinamiento, lo que conllevó a "un cambio radical en la mejora de la calidad del aire y con ello de los aspectos sanitarios en los que influye negativamente la contaminación".

"Esta situación deberá condicionar el modelo de movilidad de nuestras ciudades, reforzando una movilidad sostenible a través de medidas como el incremento del transporte público y colectivo y la minoración del vehícu-

lo privado", confirman desde el Eixo. Otros aspectos como la dependencia excesiva de terceros países especialmente del sureste asiático en la producción de bienes, la falta de refuerzo de la sanidad pública, o el déficit de inversiones en la investigación, "han mostrado su efecto más perverso durante la crisis, y son medidas que las ciudades y los gobiernos deben corregir", señala el Eixo, que propondrá a los 31 alcaldes un debate sobre ello.

La creación de empleo y actividad económica, con especial atención a qué tipo de empleo y qué tipo de actividad económica serán otros de los temas que se abordarán en Pontevedra. ●



La Región

18/09/2020

Prensa: **DIARIO**
Tirada: **10.145**
Valoración: **1.046 €**

Sección: **AUTONOMÍA**
Difusión: **9.044**

Página: **31**

Las urbes piden protagonismo en la reconstrucción post covid

Alcaldes de Galicia y Norte de Portugal defienden que la crisis abierta debe ser una oportunidad

REDACCIÓN
PONTEVEDRA

La Conferencia de Presidentes del Eixo Atlántico reivindicó unánimemente el papel determinante que las ciudades y los ayuntamientos han desempeñado durante la pandemia, cubriendo con sus propios recursos los déficits de otras administraciones desde los aspectos sociales y sanitarios de mayor urgencia e incluyendo los educativos, hasta los aspectos culturales y de motivación de la población para resistir el confinamiento.

Precisamente porque son los ayuntamientos los que mejor conocen las necesidades de sus ciudadanos, han reivindicado un papel protagonista en el proceso de reconstrucción para garantizar que dicho proceso contemple y apoye las necesidades de los habitantes de las ciudades de la Euroregión.

Durante cuatro horas los alcaldes de las principales ciudades de la Euroregión integrados en el Eixo Atlántico, entidad convocante de la conferencia, debatieron con un conjunto de expertos de alto nivel las líneas maestras que deben definir la hoja de ruta de la reconstrucción.

DESPROTECCIÓN

Los responsables políticos reivindicaron la situación de los territorios de baja densidad, que siempre son los más desprotegidos, no de la pandemia, sino de los apoyos para superar sus efectos. Una postura defendida por los alcaldes portugueses y gallegos, reveló situaciones ignoradas como las que está viviendo el sector agroalimentario vinculado a la gastronomía y al turismo ya que muchas de las grandes superficies venden productos de otras regiones españolas. Por ello, una de las reivindicaciones más importantes fue el apoyo a los sectores productivos del territorio tanto en lo referente a las pequeñas y medianas empresas, como a los autónomos.

El secretario del Eixo, Xoán Vázquez Mao, defendió que las ayudas no pueden ir a empresas como Iberia o Vodafone que no son españolas y su capital no es español, sino del Reino Unido, sino a los empresarios y autónomos portugueses y gallegos. "España no debe actuar como caballo de Troya para que dinero de la UE vaya a empresas inglesas, debe invertir en quienes pagan aquí impuestos y generan riqueza y mantienen la salud, la educación y la administración pública", señaló.



La mesa de la Conferencia de Presidentes del Eixo, con los alcaldes de Braga y Lugo.

La transformación que viene y el papel de los ayuntamientos

El expresidente de la Xunta Fernando González Laxe recalcó la importancia de reforzar la maritimidad del territorio como uno de los grandes ejes de desarrollo económico y en sintonía con lo expuesto por Carlos Moedas, ex-Comisario Europeo de Investigación, recordó la importancia de incorporar la innovación e investigación a este sector invirtiendo en ambos sectores, insistiendo en la importancia de la digitalización y en el papel relevante que los ayuntamientos tienen que jugar.

Laxe insistió en los elementos que los ayuntamientos deben tener en cuenta como la creación de empleo, el cambio climático, "que va a transformar la economía productiva en los próximos años", la conectividad, la cualificación humana y tecnológica, y la participación de los ciudadanos en las decisiones que les afecten. Otro elemento fue la necesidad de desarrollar la sostenibilidad del territorio, no sólo por su carácter económico y de calidad de vida, sino por su fuerte componente sanitario, así como la necesidad de incentivar los ciclos cortos, tanto productivos, como de consumo, que redundan en el comercio de proximidad.

Enilio Fernández, catedrático



Los asistentes, con distancia obligada para sentarse.

de Ecología en la Universidade de Vigo, subrayó que la bajada de la contaminación que se produjo durante el confinamiento supuso un elemento muy positivo de prevención sanitaria especialmente para enfermedades respiratorias. Incidió en la necesidad de desarrollar planes de movilidad urbana sostenible para minimizar el uso e impacto del vehículo privado. También se reforzó la necesidad de mejorar las infraestructuras pendientes, especialmente ferroviarias para favorecer una movilidad más sostenible y saludable. Ángel Carracedo, catedrático de Medicina Legal, y María Julia Rauch, consultora de la

OCDE, apostaron por la investigación como clave para salir de esta nueva crisis incidiendo en la transferencia de este conocimiento como elemento indispensable. También insistieron en la necesidad de retener el talento e invertir en nuestro territorio.

Xosé Manuel Sánchez Bugallo, alcalde de Santiago, refirió una conversación con una empresa alemana que quiere invertir en Santiago y que le trasladó la elevada capacidad e investigación que genera el núcleo de biotecnología y tecnología biomédica generado al Campus de Excedencia de la Salud, pero la escasa capacidad de comercialización de patentes.

Los regidores destacan la unión de la Euroregión

Con todo, el debate se centró especialmente en los aspectos económicos destinados a dinamizar la economía y recuperación del empleo en el menor tiempo posible. Para José Palma Andrés, ex-director de Cooperación de la Comisión Europea, "Europa tiene una gran oportunidad ante sí y España y Portugal tienen mucho que ganar en la nueva estrategia europea y conseguir salir del ciclo, que calificó de "maldito", de dependencia de los Fondos de Cohesión.

En las numerosas intervenciones de los alcaldes se propusieron medidas concretas para la activación de la cobertura social, como Emilio Sousa, alcalde de Santa María da Feira o el concejal de relaciones internacionales de Maia, Paulo Ramalho. Entre los alcaldes gallegos, Ángel Mato de Ferrol puso a Navantia como un ejemplo de desarrollo industrial en base a la aplicación de las nuevas tecnologías y su trabajo en los parques eólicos que está desarrollando con Iberdrola y una multinacional francesa, tanto en el parque eólico de Viana do Castelo, como en el futuro parque eólico de Breñaña.

CARÁCTER PIONERO

Varios de los asistentes reflejaron el carácter pionero de esta conferencia en Europa y trasladaron su felicitación por el hecho inusual de que en una reunión de alcaldes todos defendieron lo colectivo y ninguno planteó cuestiones locales.

La vicepresidente del Eixo y alcaldesa de Lugo, Lara Méndez, habló del papel fundamental de los municipios en todas las medidas de choque como administración más cercana al ciudadano; "queremos ser actores activos en la reconstrucción y que podamos estar en la toma de decisiones y en su financiación" y concluyó afirmando que "éste es un momento de cambio que tenemos que aprovechar como una oportunidad de futuro".

Por su parte, el presidente del Eixo y alcalde de la ciudad de Braga, Ricardo Rio, destacó el papel de liderazgo de la entidad transfronteriza al conseguir reunir a más de 300 alcaldes para centrarse, "no en una lista de reivindicaciones, sino en fortalecer un modelo de cooperación que queremos afianzar entre ayuntamientos, agentes sociales y ciudadanos."

▶ ANTENA MINHO



Covid-19: Eixo Atlântico reúne autarcas e peritos para debater recuperação pós-pandemia



[Regional](#)

11 Setembro 2020

Lusa

O Eixo Atlântico reúne, a 17 de setembro, em Pontevedra, autarcas e especialistas internacionais para debater, na primeira conferência pós-covid-19, a recuperação da crise pandémica e as políticas a desenvolver para prevenir os efeitos de futuras crises.

▶ BRAGA TV



Eixo Atlântico debateu recuperação económica e social no pós-pandemia

[Braga TV](#) 2 dias atrás [Notícias](#) Comentários fechados em Eixo Atlântico debateu recuperação económica e social no pós-pandemia



CMB

Mais colaboração regional e institucional entre os poderes públicos e maior ligação aos agentes da sociedade civil. Este foi um dos motes resultantes da conferência que juntou hoje, em Pontevedra, na Galiza, um grupo de especialistas e autarcas de 31 municípios da associação transfronteiriça do Eixo Atlântico, para debaterem a recuperação económica e social em toda a euro-região no pós-pandemia Covid-19.

▶ COPE



EIXO ATLÁNTICO

Ángel Mato defiende la transición ecológica como una oportunidad para la recuperación

Participó en Pontevedra en la reunión del Eixo Atlántico junto a una treintena de regidores gallegos y portugueses



Ángel Mato en la reunión do Eixo Atlántico. FOTO: Concello de Ferrol

[Redacción COPE Ferrol](#)

▶ DIÁRIO DE TRAS-OS-MONTES



As cidades do Atlântico reivindicam o seu protagonismo na reconstrução pós-COVID
19

Autarcas da Galiza e do Norte de Portugal defendem que a crise deve ser uma oportunidade para a Euro-região

DTM em Sex, 18/09/2020 - 00:20



Na Conferência de Presidentes do Eixo Atlântico, realizada hoje em Pontevedra, foi unânime a reivindicação do papel determinante que as cidades e os municípios desempenharam durante a pandemia, cobrindo com os seus próprios recursos os défices de outras administrações desde os aspetos sanitários e sociais de maior urgência incluindo os educativos, até aos aspetos culturais e de motivação da população para resistir ao confinamento.

▶ DINHEIRO VIVO



Norte de Portugal e Galiza querem apoios comunitários investidos nas PME

Dinheiro Vivo/Lusa 17.09.2020 / 18:36

Presidentes de câmara da Galiza e Norte de Portugal defenderam hoje, por unanimidade, que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos setores produtivos da eurorregião.

A reivindicação foi corroborada por todos os autarcas que integram o Eixo Atlântico e que hoje participaram, em Pontevedra, Galiza, na "Conferência de Presidentes" promovida pela associação transfronteiriça para debater a recuperação da crise provocada pela pandemia. "Uma das reivindicações unânimes foi o apoio aos setores produtivos do território tanto às pequenas e médias empresas como aos independentes", reforça a nota hoje enviada à imprensa no final do encontro.

▶ ECONOMIA AO MINUTO



ECONOMIA AO MINUTO

Norte de Portugal e Galiza querem apoios comunitários investidos nas PME

Presidentes de câmara da Galiza e Norte de Portugal defenderam hoje, por unanimidade, que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos setores produtivos da eurorregião.



17/09/20 18:17 · Há 16 Horas por Lusa

Economia [Covid-19](#)

A reivindicação foi corroborada por todos os autarcas que integram o Eixo Atlântico e que hoje participaram, em Pontevedra, Galiza, na "Conferência de Presidentes" promovida pela associação transfronteiriça para debater a recuperação da crise provocada pela pandemia.

▶ GALICIA CONFIDENCIAL





galicia confidencial

Os alcaldes do Eixo Atlántico reclaman participar no plan de reestruturación despois da COVID

O alcalde de Braga e presidente do Eixo Atlántico, Ricardo Río, incidiu en que o feito de reunirse en Pontevedra "practicamente todos" os alcaldes e presidentes de Cámara do norte de Portugal e de Galicia "é unha demostración moi clara da relevancia deste momento".

Por Europa Press / Redacción | SANTIAGO DE COMPOSTELA | 17/09/2020 | Actualizada ás 17:06

A alcaldesa de Lugo e vicepresidenta do Eixo Atlántico, Lara Méndez, reivindicou este xoves o papel das administracións locais e a participación dos concellos no plan de reestruturación.

"Que se nos escoite, que se nos deixe participar e que se nos dote de recursos", dixo Lara Méndez no transcurso da primeira 'Conferencia de alcaldes Post Covid-19' que organizou o Eixo Atlántico este xoves en Pontevedra e na que unha trintena de alcaldes da eurrerxión debateron cun conxunto de expertos de alto nivel as políticas a desenvolver no marco do proceso de reconstrución para a superación da crise provocada pola pandemia.

▶ GALICIA PRESS





Los alcaldes del Eixo Atlántico trabajan en una eurrerxión Galicia-Norte de Portugal fuerte y unida para afrontar la crisis

Redacción | jueves, 17 de septiembre de 2020, 20:35

Una eurrerxión competitiva, moderna y que apuesta por las políticas de la economía circular. Esos han sido algunos de las propuestas surgidas de la primera 'Conferencia de alcaldes Post Covid-19' organizada por el Eixo Atlántico.

Más de una treintena de alcaldes y alcaldesas y expertos en economía y política han participado en este encuentro que, según los organizadores y por medio del presidente del Eixo, Ricardo Río, resultó una gran "oportunidad para reforzar la capacidad de intervención de los poderes locales" y "presentar propuestas concretas".



Celebración de la primera 'Conferencia de alcaldes Post Covid-19'

▶ MINHO VALE MAIS



Minho
vale mais
jornalismo de referência

Covid-19: Norte de Portugal e Galiza querem apoios comunitários investidos nas PME

Por
[Vale Mais](#)



Presidentes de câmara da Galiza e Norte de Portugal defenderam, por unanimidade, que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos setores produtivos da euroregião.

A reivindicação foi corroborada por todos os autarcas que integram o Eixo Atlântico e que participaram, em Pontevedra, Galiza, na "Conferência de Presidentes" promovida pela associação transfronteiriça para debater a recuperação da crise provocada pela pandemia.

▶ NOTÍCIAS AO MINUTO



NOTÍCIAS AO MINUTO

Eixo Atlântico reúne autarcas e peritos para debater recuperação

O Eixo Atlântico reúne, a 17 de setembro, em Pontevedra, autarcas e especialistas internacionais para debater, na primeira conferência pós-covid-19, a recuperação da crise pandémica e as políticas a desenvolver para prevenir os efeitos de futuras crises.

11/09/20 14:15 · Há 19 Horas por Lusa

Em comunicado, o Eixo Atlântico refere que "é a primeira vez" que na Península Ibérica, tanto em Espanha como em Portugal, os 31 presidentes de câmara dos dois países assumem conjuntamente a liderança do processo, reunindo-se para procurar soluções comuns e complementares para "a maior crise que a Europa viveu desde a segunda guerra mundial".

Da conferência, que terá lugar em Pontevedra e que contará com a presença de vários peritos internacionais, resultará um documento que servirá de base a uma proposta a apresentar aos Governos de Portugal, Espanha e à Junta da Galiza, e cujas ideias podem ser incluídas nas políticas de reconstrução.

Simultaneamente, este documento, servirá como roteiro para os municípios, contribuindo para formulação de soluções de forma conjunta e complementar, "evitando a dispersão, a duplicação", ou "o confronto numa etapa em que é imprescindível uma gestão coordenada da crise".

▶ O MINHO



O MINHO

Norte de Portugal e Galiza querem apoios comunitários investidos nas PME

Covid-19

17/09/2020



Foto: DR

Presidentes de câmara da Galiza e Norte de Portugal defenderam hoje, por unanimidade, que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos setores produtivos da euroregião.

▶ O SIL



OSIL.info

[Inicio/En portada](#)/Os concellos do Eixo Atlántico reivindicam o seu protagonismo na reconstrución poscovid

Os concellos do Eixo Atlántico reivindicam o seu protagonismo na reconstrución poscovid

Os alcaldes de Galicia e do norte de Portugal, reunidos hoxe en Pontevedra, defenden que a crise debe ser unha oportunidade para a Eurorrexión

17 de Setembro de 2020



▶ PONTEVEDRA VIVA



Xuntanza do Eixo Atlántico pola COVID-19 en Pontevedra

© Mónica Patxot

[Pontevedra](#)

As cidades do Eixo Atlántico esixen ter un "papel fundamental" nos plans de reconstrución

▶ PORTO CANAL



Norte de Portugal e Galiza querem apoios comunitários investidos nas PME



17-09-2020 18:17 | [Economía](#)
Porto Canal com Lusa

Presidentes de câmara da Galiza e Norte de Portugal defenderam hoje, por unanimidade, que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos setores produtivos da eुरorregião.

▶ PRAZA PÚBLICA






Accede fátz socia 🔍

Coronavirus Política / Pontevedra

A eurorexión aposta por impulsar á reindustrialización e a innovación 'verde' nos concellos post-COVID

David Lombán @davidlomban
vovos 17 setembro 2020

🔗 📷 🗨



Lara Méndez, alcaldesa de Lugo, intervindo na súa calidade de vicepresidenta do Eixo, na sesión inaugural da conferencia celebrada en Pontevedra CCBVSA. Praza Pública

▶ PRESS MINHO






Eixo Atlântico descarta novo fecho de fronteiras

Autor: [Fernando Gualtieri \(CP 1200\)](#): 17 Setembro, 2020 - 21:43
[Imprimir Email](#)

O secretario-geral do Eixo Atlântico, Xoan Mão, considerou esta quinta-feira non existirem motivos que justifiquen un novo encerramento de fronteiras entre Portugal e España, defendendo antes un reforzo das medidas preventivas da doenza de covid-19.

A posición do Eixo Atlântico, presidido polo presidente da Cámara de Braga, Ricardo Rio, surge no mesmo día em que o director do Agrupamento Europeo de Cooperación Territorial (AECT) do Rio Minho, Fernando Nogueira, se mostrou contráριο a un novo encerramento de fronteiras entre Portugal e España que “non resolve” a propagação do novo coronavirus adiantando que “há outras formas mais eficazes para conter e suster a propagação do novo coronavirus”.

▶ RADIO GALEGA





RADIO GALEGA

[Galicia por Diante](#)

Cumio do Eixo Atlántico: a reconstrución de Galicia e Portugal pasa pola colaboración transfronteiriza

23/09/2020 - 13:08 h



Un novo xeito de compartir audios  [Axuda](#)

▶ RTP





Norte de Portugal e Galiza querem apoios comunitários investidos nas PME

por Lusa

Presidentes de câmara da Galiza e Norte de Portugal defenderam hoje, por unanimidade, que os fundos comunitários disponibilizados para a recuperação da crise pandémica devem ser aplicados nos setores produtivos da eurorregião.

A reivindicação foi corroborada por todos os autarcas que integram o Eixo Atlântico e que hoje participaram, em Pontevedra, Galiza, na "Conferência de Presidentes" promovida pela associação transfronteiriça para debater a recuperação da crise provocada pela pandemia.

"Uma das reivindicações unânimes foi o apoio aos setores produtivos do território tanto às pequenas e médias empresas como aos independentes", reforça a nota hoje enviada à imprensa no final do encontro.

O secretário-geral do Eixo Atlântico, Xoán Vázquez Mao, citado naquele documento, defendeu que "as ajudas comunitárias não podem ir para empresas como a Iberia ou a Vodafone".

▶ TVI24



Eixo Atlântico reúne autarcas e peritos para debater recuperação pós-pandemia

O Eixo Atlântico reúne, a 17 de setembro, em Pontevedra, autarcas e especialistas internacionais para debater, na primeira conferência pós-covid-19, a recuperação da crise pandémica e as políticas a desenvolver para prevenir os efeitos de futuras crises.

Em comunicado, o Eixo Atlântico refere que "é a primeira vez" que na Península Ibérica, tanto em Espanha como em Portugal, os 31 presidentes de câmara dos dois países assumem conjuntamente a liderança do processo, reunindo-se para procurar soluções comuns e complementares para "a maior crise que a Europa viveu desde a segunda guerra mundial".

Da conferência, que terá lugar em Pontevedra e que contará com a presença de vários peritos internacionais, resultará um documento que servirá de base a uma proposta a apresentar aos Governo de Portugal, Espanha e à Junta da Galiza, e cujas ideias podem ser incluídas nas políticas de reconstrução.

▶ VIEIRA DO MINHO



Eixo Atlântico aposta na cooperação institucional e ligação à sociedade com vista à recuperação pós-pandemia

Publicado 18 Setembro, 2020 · Atualizado 18 Setembro, 2020

Mais colaboração regional e institucional entre os poderes públicos e maior ligação aos agentes da sociedade civil. Este foi um dos motes resultantes da conferência que juntou hoje, em Pontevedra, na Galiza, um grupo de especialistas e autarcas de 31 municípios da associação transfronteiriça do Eixo Atlântico, para debaterem a recuperação económica e social em toda a Euro-região no pós-pandemia Covid-19.

Com o objectivo de discutir estratégias, tendo em conta os interesses da Euro-região do Norte de Portugal e da Galiza, neste encontro foram debatidas as políticas a desenvolver, no quadro do processo de reconstrução para superar a crise causada pela pandemia, bem como para fortalecer a resiliência das cidades para prevenir os efeitos de futuras crises que possam ocorrer.



▶ PORTO CANAL



▶ RTP



▶ **TELEVIGO**



